

JOAQUIM ORLANDO DANIEL KANUMBUA

**A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM
ANGOLA NO PERÍODO 2002-2017**

Orientador:Doutor Eduardo Moraes Sarmiento

Co-orientador:Dr. José Paulo Oliveira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

LISBOA

2019

JOAQUIM ORLANDO DANIEL KANUMBUA

**A PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA EM
ANGOLA NO PERÍODO 2002-2017**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em Economia no Curso de Mestrado em Economia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a 11 de Fevereiro de 2019, com o Despacho Reitoral nº 29/2019, com a seguinte composição de júri:

Presidente: Prof. Doutora Ana Brasão

Arguente: Prof. Doutor Alexandre Abreu

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Moraes Sarmento

Co-orientador: Dr. José Paulo Oliveira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

LISBOA

2019

Índice Geral

Dedicatória

Agradecimento

Pensamento

Abreviaturas, Siglas e símbolos

RESUMO	10
ABSTRACT	11
Introdução.....	12
PARTE I.....	16
CAPÍTULO I – Produção e distribuição da riqueza	16
1.1- Conceito de Riqueza	16
1.1.1- A Riqueza Nacional.....	17
1.2- Produção e distribuição da riqueza	18
1.2.1- Produção da Riqueza	18
1.2.2- Distribuição da riqueza.....	20
1.3-Desigualdade social e equidade.....	28
1.3.1- Desigualdade económica.....	30
1.4- Conclusão	32
CAPÍTULO II - CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	34
2.1- Crescimento económico.....	34
2.1.1- Conceito.....	34
2.1.2 - Determinantes do crescimento económico	35
2.1.3 - Como se mede o crescimento económico?.....	38
2.1.4- Problemas do crescimento económico	39
2.1.5- Efeitos do crescimento económico	43
2.2 – Desenvolvimento económico	44
2.2.1- Conceito.....	44
2.2.2 - Como se mede o desenvolvimento económico.....	45
2.2.3 - Efeitos do desenvolvimento económico	46
2.2.4- Aspectos económicos do desenvolvimento	47
2.3- Descentralização e desenvolvimento económico regional	49
2.4- Intervenção do Estado na economia	51
2.4.1- Instrumentos de intervenção do Estado na economia.....	53
2.5- Planeamento económico	54
2.6- Conclusão	56
CAPÍTULO III - IDH – Índice de Desenvolvimento Humano	58
3.1- Conceito - Índice de desenvolvimento humano	58
3.2- O estado global do desenvolvimento humano em 2018	59
3.2.1- A desigualdade ajustada ao índice de desenvolvimento humano	61
3.3 - Indicadores do Desenvolvimento humano	65
3.3.1- População	65
3.3.2-Saúde	65

3.3.3- Educação	67
3.3.4- Renda nacional e recursos	67
3.3.5- Emprego e desemprego	67
3.3.6- Segurança humana.....	68
3.3.7- Bem-estar: como indicador suplementar	69
3.3.8- Tratados fundamentais de direitos humanos	70
3.4- Sustentabilidade ambiental e socioeconómica	72
PARTE II	76
CAPÍTULO IV - Caracterização de Angola.....	76
3.1- Caracterização de Angola.....	76
3.2- Situação económica de Angola	77
3.2.1- Potencialidades económicas de Angola.....	80
3.3- Situação social de Angola.....	82
3.3.2- Saneamento básico	85
3.3.3- Electricidade	85
3.4- Angola em relação ao IDH.....	86
3.4.1- Saúde	89
3.4.2- Mercado de trabalho	90
3.4.3- Educação	92
3.5- Conclusão	93
CAPÍTULO V- A produção e distribuição da riqueza em Angola no período 2002-2017	94
4.1- Problemas existentes na produção e distribuição da riqueza em Angola.....	94
4.1.1- Factores condicionantes à produção da riqueza em Angola	94
4.1.2- Possíveis soluções aos problemas relacionados ao processo de produção e distribuição da riqueza em Angola	96
CONCLUSÃO.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	103
ANEXOS	I

Índice de Gráficos

Gráfico Nº 1- Variação do PIB per capita (% anual) 2002-2017.....	79
Gráfico Nº 2- Proporção da população que usa água potável para o consumo.....	85
Gráfico Nº 3- Proporção da população segundo o principal tipo de iluminação	86
Gráfico Nº 4 - Evolução do IDH – Angola.....	88
Gráfico Nº 5 - Esperança de vida a nascença.....	89
Gráfico Nº 6 – Mercado de trabalho em Angola	90
Gráfico Nº 7- Proporção da população com 18 ou mais anos de idade por grupo etário, segundo grau de escolaridade concluído.....	92

Índice de Figuras

Figura Nº 01 - Pirâmide da distribuição da riqueza mundial - 2017.....	22
Figura Nº 02 – Fluxo de criação e distribuição do rendimento.....	28
Figura nº 3- Formas de crescimento	37
Figura Nº 4 - Progresso do índice de Desenvolvimento Humano de 1990 - 2017	60
Figura Nº 5 – Desigualdades nos resultados do desenvolvimento humano em todo o mundo, 2017	61
Figura Nº 5 – Desigualdades nos resultados do desenvolvimento humano em todo o mundo, 2017. 62	
Figura Nº 6 – Índice de Desenvolvimento Humano no mundo 2017-2018.....	63
Figura Nº 7- Expectativa de vida saudável por grupo de desenvolvimento humano – 2017 66	

Índice de Tabelas

Tabela Nº 1- Classificação do IDH por Regiões e Grupos, 2015 – 2018.....	64
Tabela Nº 2- Indicadores de medicação do bem-estar a nível das organizações	70
Tabela Nº 3 - Variação média dos indicadores económicos 2002 - 2017.....	78
Tabela Nº 4- Produtividade Sectorial 2002 - 2016	81
Tabela Nº 5- Contribuição por sectores da economia.....	82
Tabela Nº 6 - Indicadores socioeconómicos de Angola, 2002-2017	84
Tabela Nº 7- Indicadores de destaque ao IDH de Angola - 2016.....	87
Tabela Nº 8 - IDH – Índice de desenvolvimento Humano Angola 2002 – 2017.....	88
Tabela Nº 9- Panorama do Emprego em Angola 202-2016.....	91

Índice de Quadro

Quadro Nº 01- População com 18 ou mais anos , segundo o nível de escolaridade (%) - 2014	92
--	----

Dedicatória

Aos,

Meus filhos: Sócrates A. C. Kanumbua

Aristóteles J. G. Kanumbua

“É na esperança de uma vida melhor para vocês, que o papai emigrou”.

Agradecimento

A Deus pela protecção,

Ao tio Raimundo Sapalo Mangens, pelo incomensurável suporte.

Ao meu Orientador Dr. Eduardo Moraes Sarmento e ao Co-Orientador Dr. José Paulo Oliveira, pela sapiência, mestria e doação, com que me ajudastes a construir o presente trabalho.

Ao meu eterno coronel de feliz memória FELA, pela oportunidade única que me concedeu de em Portugal poder dar continuidade aos meus estudos.

Aos meus queridos pais, João Kanumbua e Francisca Daniel, pelas orações que por mim tendes rogado.

Ao meu irmão Amândio Kanumbua, pelo apoio na resolução dos meus problemas em Angola, pois tem sido um fiel procurador.

Aos meus professores e colegas do Programa Doutoral na Universidade de Aveiro.

Aos meus familiares e amigos em especial ao Zacarias Gervambe “amigão”.

Meu profundo agradecimento

Pensamento

Mesmo quando faltar alimento e teto, não percas o foco.

Abreviaturas, siglas e símbolos

AO Angola

CEIC Centro de estudo e investigação Científica da Universidade Católica de Angola

CIA Central intelligence Agency, 2017

DB Deutsche Bank

DH Direitos humanos

HDR Human Development Report

INE Instituto Nacional de Estatística

IPC Índice do preço do consumidor

MPC The Aggregate Marginal Propensity to Consume

MRLM Modelos de Regressão Linear Múltipla

NDE Novíssimo Dicionário de Economia.

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OLAE Observatório lusófono das actividades económicas

ONU Organização das nações unidas

OPEP Organização dos países exportadores de petróleo

PDL Projecto de Desenvolvimento Local

PND Plano de Desenvolvimento Nacional

PNUD Programa das nações unidas para o desenvolvimento

PBSNF Produção de Bens e Serviços não Financeiros

RFE Recursos Financeiros Externos (empréstimos)

RFI Recursos Financeiros Internos (capitais próprios)

RH Recursos Humanos

RT Recursos Tecnológicos (equipamentos)

RP Recursos Produtivos (consumíveis)

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UNICEF Fundação das Nações Unidas para a Infância

UNPD United Nations Development Programme (UN)

RESUMO

A produção e distribuição da riqueza em Angola no período de 2002 à 2017 é o tema central da nossa dissertação. A importância do estudo do presente problema está no facto de reconhecermos ser indispensável e prioritário falar da produção e distribuição da riqueza em Angola por ser uma região do continente Africano em que os seus dados relativos aos indicadores do desenvolvimento económico e social apresentam-se como menos esperados; baixo índice das exportações de produtos não petrolíferos e de serviços.

O crescimento económico passa pela produção de bens e serviços que irão gerar riqueza. Esta riqueza deverá ser distribuída de forma a garantir a satisfação das necessidades essenciais das populações e para o investimento de formas a levar o país a atingir o estágio do desenvolvimento. Aachamos também importante abordar este tema porque guarda consigo o cerne da questão da ciência económica que é estudar a produção, distribuição, o consumo de bens e serviços e a repartição de rendimentos, bem como também promover a auto-sustentabilidade.

Por meio da pesquisa qualitativa, pretendemos com este estudo compreender o processo de produção e distribuição da riqueza em Angola, principais problemas e propor possíveis medidas que possam levar o país a tomar melhores vias para a produção e distribuição da riqueza. Pretendemos de igual modo contribuir com a nossa investigação para servir de bases de apoio para futuros estudos e concomitantemente servir de apoio aos gestores públicos na tomada de decisão para a resolução dos problemas que dificultam o crescimento e o desenvolvimento do país.

As questões para as quais pretendemos encontrar respostas são: Quais as lições que a teoria económica nos permite retirar para o aproveitamento das potencialidades económicas de Angola? Como melhorar o processo de produção da riqueza em Angola sabendo de antemão que Angola é um país de inúmeros recursos naturais? Que medidas poderão ser implementadas para o desenvolvimento do país? O posicionamento de Angola em relação ao índice de desenvolvimento humano - IDH?

Em jeito de conclusão pensamos que a produtividade depende, no geral e independentemente das escolas e teorias económicas, da intensidade de capital afecto à produção, qualidade dos líderes e dos técnicos das empresas, ritmo de introdução de inovações nos produtos e nos processos tecnológicos de produção, o enquadramento macroeconómico, legislativo e social, a criação de incubadoras de empresas nas Universidades, criação de um gabinete de aproveitamento de quadros, a desburocratização, e a criação de uma via acessível de concessão de crédito para a promoção do empreendedorismo. Já a erradicação da pobreza e das assimetrias na distribuição da riqueza, acreditamos que para o caso de Angola dependem em grande percentagem da vontade política, do sentido de missão e patriotismo dos gestores públicos e da formação/capacitação dos mesmos.

Palavras Chaves: Produção, distribuição da riqueza, Angola.

ABSTRACT

The production and distribution of wealth in Angola from 2002 to 2017 is the central theme of our dissertation. In this study we recognize that it is indispensable and priority to speak about production and distribution of wealth in Angola because it is a region of African continent where its data related to indicators of economic and social development are less expected; exports of non-oil products and services.

Economic growth involves the production of goods and services that will generate wealth. This wealth should be distributed in a way that ensures the satisfaction of the essential needs of the populations and for the investment of ways to lead the country to reach the stage of development. We also find it important to address this issue because it has at its heart the question of economic science, which is to study the production, distribution, consumption of goods and services and the distribution of income, as well as to promote self-sustainability.

Through qualitative research, we intend with this study to understand the process of production and distribution of wealth in Angola, its main problems and propose possible measures that may lead the country to take better routes for the production and distribution of wealth. We also intend to contribute to our research to serve as a basis for future studies and, at the same time, to support public managers in the decision-making process for solving the problems that are hindering the country's growth and development.

The questions we want to find answers are: What lessons do economic theory allow us to take advantage of Angola's economic potential? How to improve the process of wealth production in Angola knowing in advance that Angola is a country of innumerable natural resources? What measures can be implemented for the development of the country? The position of Angola in relation to the Human Development Index - HDI?

In conclusion we believe that productivity depends, in general and independently of schools and economic theories, on the intensity of production capital, the quality of the leaders and technicians of the companies, the pace of introducing innovations in the products and the technological processes of macroeconomic, legislative and social framework, the creation of business incubators in universities, the creation of an office for the use of workforce, the reduction of bureaucracy, and the creation of an affordable way of granting credit for the promotion of entrepreneurship. As for the eradication of poverty and asymmetries in the distribution of wealth, we believe that in the case of Angola, they depend to a great extent on the political will, the sense of mission and patriotism of public managers and their training / capacity.

Key Words: Production, distribution of wealth, Angola

Introdução¹

Delimitação do tema

Pretendemos com esta dissertação estudar o processo de produção e distribuição da riqueza em Angola no período de 2002 a 2017. Começamos por estudá-lo em 2002 porque é o ano da celebração dos acordos de paz em Angola após a guerra civil que assolou o país durante aproximadamente 4 décadas. O ano de 2017 representa o período actual e porque também é o ano em que o país enfrenta a crise financeira e económica que teve início em meados de 2014 causada pela quebra no preço do barril do petróleo no mercado internacional e Angola por ser um país com uma economia dependente fortemente da produção e exportação do petróleo bruto sofreu um profundo declínio nas suas receitas petrolíferas.

Importância do tema

Estudar o processo, ferramentas e os factores que intervêm na produção e distribuição da riqueza é indispensável e prioritário para que as sociedades atinjam o pleno desenvolvimento. A nossa preocupação assenta também em entender as possíveis causas dos problemas existentes na economia de Angola relacionados a produção e distribuição da riqueza.

Justificação da investigação

Pretendemos com este estudo compreender o processo de produção e distribuição da riqueza em Angola, os seus principais problemas, o estado actual e apresentar propostas de soluções que consigam levar o país a implementar medidas competitivas e sustentáveis para a produção e distribuição da riqueza. Pretendemos também que a nossa investigação, sirva de base de apoio a futuros estudos e tomada de decisão.

Estado da arte

Foi no final do século XVIII e no início do século XIX, na França e na Inglaterra que a economia clássica surgiu e consigo as questões da distribuição da riqueza. O crescimento demográfico, o êxodo rural e a revolução industrial foram fenómenos que despertaram os economistas a debaterem este assunto porque criariam problemas na distribuição da riqueza, nas estruturas sociais e no equilíbrio político.

Os problemas na distribuição da riqueza, na produção, do crescimento económico existem desde o surgimento das primeiras comunidades. Desta forma, tem sido assuntos de debate e preocupações dos líderes das nações e da sociedade civil. Porque o ser humano

¹ A presente dissertação foi escrita com base no antigo acordo ortográfico.

partindo do princípio da sua insaciabilidade sempre procurou produzir mais e consequentemente sempre preocupou-se com o seu bem-estar presente e futuro.

A “produção e a distribuição da riqueza são questões inadiáveis ao crescimento económico. A desigualdade de renda é determinada principalmente pelo nível de desenvolvimento económico. Contudo, afecta a distribuição de renda no longo prazo sugerindo um potencial efeito crescente do crescimento na desigualdade de renda nos primeiros estágios do desenvolvimento económico e um efeito decrescente nos estágios posteriores” (Muineló & Roca-Sagalés, 2011, p. 22).

Objectivos

- Estudar os problemas existentes na produção e distribuição da riqueza em Angola no período 2002-2017

- Sugerir medidas para ultrapassar os reais problemas constatados na economia angolana referentes ao processo de produção e distribuição da riqueza.

Pergunta de partida

Definimos como perguntas de partida:

- Como tem evoluído a economia Angolana em termos de indicadores do PIB e IDH?
- Como está a distribuição da riqueza em Angola (classes sociais) e quais efeitos tem tido na população?

Metodologia

Para a abordagem do nosso problema de investigação escolhemos a análise qualitativa “porque não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, usa o ambiente natural como fonte directa para recolha de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (Silva & Muszkat, 2005, p. 66).

Análise qualitativa “tem por objectivo a compreensão e interpretação da relação dos significados dos fenómenos para os indivíduos e para a sociedade. Este tipo de pesquisa exige que o tratamento e análise dos dados seja feito por meio da análise de conteúdo, isto é, pela definição de categorias por relevância teórica de repetição ou por análise de discurso. A discussão dos resultados e conclusões é feita com base na interpretação simultânea à apresentação de resultados, revisão de hipóteses, conceitos ou pressupostos” (Guerra, 2014, p.13).

A formatação da presente dissertação, obedece às normas para a elaboração e apresentação de teses de doutoramento, dissertações, trabalhos de projecto e relatórios de

estágio de mestrado, da Universidade Lusófona das Humanidades e Tecnologia - Lisboa, vigente actualmente.

Estrutura da dissertação

O trabalho está estruturado em cinco capítulos divididos em duas partes. Na primeira parte consta o primeiro capítulo que está relacionado aos conceitos de produção e distribuição da riqueza e das questões da pobreza. O nível de pobreza é ajustado para o número de pessoas em uma família. Os economistas muitas vezes procuram identificar as famílias cuja posição económica definida se situa abaixo de um nível de aceitação mínima.

Segundo o Banco Mundial (2019), a linha Internacional da Pobreza tem um valor de US \$ 1,90, a linha de pobreza de classe de renda média inferior tem um valor de US \$ 3.20, e a linha de pobreza de classe de renda média alta tem um valor de US \$ 5,50 dia. Para Angola a pesar dos dados mais actuais sobre o limiar da pobreza não estarem disponíveis, foi-nos possível auferir que “o INE adopta uma medida de pobreza baseada no consumo. A linha de pobreza é derivada do custo de uma abordagem de necessidades básicas. Consumo Nominal os agregados são ajustados temporalmente com base no IPC de Luanda e espacialmente com base no índice de Fisher. O agregado de consumo final é baseado em uma escala de equivalência de adultos” (Word Bank, 2019).

A pobreza “é definida pela UNESCO em termos relativos ou absolutos. A pobreza absoluta mede a pobreza em relação à quantidade de dinheiro necessária para atender às necessidades básicas, como alimentos, roupas e abrigo. E a pobreza relativa em relação ao status económico de outros membros da sociedade sustentando a ideia de que as pessoas são pobres se caíssem abaixo dos padrões de vida prevalecentes em determinado contexto social” (UNESCO, 2017).

O segundo capítulo está ligado ao crescimento e desenvolvimento económico. Em comparação ao desenvolvimento, o crescimento económico envolve a análise especial em termos quantitativos com foco nas relações funcionais entre as variáveis endógenas, é o aumento do PIB, PNB incluindo a capacidade de produção, expressa em tamanho absoluto e relativo, abrangendo também as modificações estruturais da economia.

O desenvolvimento económico é um processo que gera recursos económicos e sociais, quantitativos e particularmente mudanças qualitativas o que faz com que a economia nacional auto-sustentável. Neste capítulo fazemos também várias analogias a estes dois estágios da economia.

No terceiro capítulo abordaremos sobre IDH – índice de desenvolvimento humano que vem a ser uma variável importante para mensuração do desenvolvimento económico.

Neste capítulo tratamos do seu conceito, o estado global do IDH em 2018, os indicadores do índice de desenvolvimento humano e por último escreveremos sobre a sustentabilidade ambiental e socioeconómica.

A segunda parte da dissertação está composta por dois capítulos formados pelo IV e V. No quinto capítulo, descrevemos a caracterização de Angola desde a sua localização geopolítica, situação económica, social e potencialidades económicas. Escreveremos sobre a produção e distribuição da riqueza em Angola no período 2002-2017, focando-nos no estudo de caso que nos propusemos investigar na perspectiva de apresentarmos propostas para soluções dos problemas relacionados ao processo de produção e distribuição da riqueza em Angola.

Por último apresentaremos as conclusões e as recomendações para futuras investigações.

PARTE I

CAPÍTULO I – Produção e distribuição da riqueza

1.1- Conceito de Riqueza

O conceito de riqueza é diversificado não apenas de um país para outro, mas também entre diferentes membros da mesma região.

A riqueza é o conjunto de bens com valor monetário vinculados a uma entidade com ou sem consideração das restrições ao seu uso e aos respectivos riscos de capital.

A riqueza “é o valor monetário líquido dos activos possuídos num determinado momento, enquanto o rendimento é um fluxo por unidade de tempo. A riqueza das famílias inclui as suas rubricas corpóreas, os seus activos financeiros menos as suas responsabilidades ou dívidas. Ainda segundo o autor a riqueza é um valor estático enquanto o rendimento é um fluxo por unidade de tempo” (Samuelson e Nordhaus, 2012, p. 228).

É o “conjunto de bens e serviços à disposição de uma colectividade ou um indivíduo. Em termos amplos é o produto social apropriado de forma diversa pelos indivíduos em determinada estrutura social. A participação de cada grupo ou de cada indivíduo na riqueza social depende do nível de renda individual que deriva da utilização económica da riqueza” (Novíssimo Dicionário de Economia, 1999, p. 30).

A “situação referente à abundância na posse de dinheiro e propriedades móveis e imóveis. A riqueza também pode ser medida pelo acesso aos serviços básicos como saúde, alimentação, educação etc. Rica é a pessoa que acumulou substancial riqueza em relação à sociedade na qual vive” (Santana, 2016, p.17).

É a propriedade monetária suficiente para colmatar todas ou a maior parte das necessidades económica e financeiras de um indivíduo. A concepção de riqueza é tão diversa que para alguns deliciar-se de um prato ou conhecer a cidade dos seus sonhos, independente da forma como conseguiu o dinheiro é suficiente para sentir-se rico.

A riqueza “abarca todos os bens de que o homem pode usufruir como a saúde e a alegria. Mas só interessam à economia política as riquezas respeitantes a coisas que se possuem e tem um valor reconhecido. Uma terra, casa, móvel, fazendas, provisões, moedas de ouro ou prata.” (Carqueja, 2003, p. 12).

O trabalho constitui a verdadeira medida do valor de troca de todos os bens. O verdadeiro preço de todas as coisas aquilo que na realidade custam ao homem que deseja adquiri-las é o esforço e a fadiga em que é necessário incorrer para as obter.

A riqueza é “ao mesmo tempo multi-significativa quando se mostra em alguns momentos por meio das listas dos mais ricos ou de um mercado de luxo em ascensão e tabu, ao permanecer dissimulada e abstrata como resultado das forças do mercado operado por mãos que se esforçam por permanecerem invisíveis. Ao desconstruir o mito em torno das grandes fortunas e dos personagens por trás delas é possível, diz o autor, entender a riqueza como um fenómeno social total que comporta dimensões culturais, simbólicas, jurídicas e acima de tudo políticas” (Cattani, 2014, p. 63).

Personagens como os ícones da inovação tecnológica da era da internet Mark Zuckerberg, Larry Page, Bill Gates, o italiano Silvio Berlusconi e o mexicano Sebastián Piñera, empresários do sector da média e também importantes políticos, figuram nas listas sempre curtas dos detentores de fortunas estratosféricas. São também reverenciados como gurus empresariais e líderes intelectuais com grande influência na vida política, cultural e económica no planeta, levando com eles o real sinónimo de riqueza.

O conceito de riqueza é “definido como o conjunto de bens, capital e trabalho, o resultado do estoque de rendas não usadas. As rendas resultadas do aluguel, dos juros, e do salário, quando não utilizada pode gerar riqueza” (Fonseca, Ilha & Maria, 2013, p. 4).

1.1.1- A Riqueza Nacional

O conceito de riqueza nacional muito utilizado pelos economistas clássicos representa o conjunto dos bens materiais existentes no país. Os primeiros estudos sobre a riqueza nacional foram realizados por William Petty no século XVII. Adam Smith tratou o tema de forma mais sistematizado no período de afirmação do capitalismo na sua obra *A Riqueza das Nações*.

A riqueza nacional “é a soma da riqueza privada mais a pública. Considerada também capital nacional ou o valor total a preços de mercado de tudo que os residentes e o governo de um país possuem num determinado momento e que possa ser vendido e comprado em algum mercado. É a soma dos activos não financeiros, isto é, habitação, terreno, imóveis, máquinas, patentes e outros activos afins de negócio. Activos financeiros como as contas bancárias, fundos de poupanças, títulos, acções, seguros, fundos de pensões, etc., subtraindo o passivo financeiro. É a soma de todos activos privados e públicos” (Piketty, 2014, p. 57).

Podemos também a denominar como sendo o conjunto de bens materiais e imateriais a disposição da sociedade. A riqueza nacional é propriedade de toda a sociedade ou algumas de suas classes, grupos e indivíduos. Sob o capitalismo as classes exploradoras

têm a maior parte da riqueza nacional. Sob o socialismo a riqueza nacional é composto por bens materiais acumulados, isto é, conjunto de meios de bens de produção e de consumo, criado pelo trabalho de gerações anteriores e presentes mais os recursos naturais colocados em operação.

Países mais ricos são aqueles compostos principalmente por capital intangível, como humano, enquanto o capital natural é uma proporção menor da riqueza nacional. Os “capitais podem ser naturais, constituído por recursos terrestres, minerais e energéticos, águas subterrâneas, ecossistemas, árvores e outras plantas não cultivadas, capital humanos são o conjunto de mão de obra educada e saudável, capital social corresponde ao funcionamento de redes e instituições sociais, capital produtivo constituído por máquinas, edifícios, telecomunicações e outros tipos de infra-estruturas, e o capital financeiro formado por acções, títulos e depósitos em moeda” (Economy-Wide and Emerging Issues, 2012, p. 1).

1.2- Produção e distribuição da riqueza

1.2.1- Produção da Riqueza

Na busca de possíveis meios para a geração de bens de consumo úteis às sociedades dentro de uma perspectiva de escassez de recursos produtivos, surge o pensamento de riqueza. Isto é, como alocar recursos produtivos limitados de forma a atender ao máximo às necessidades ilimitadas da colectividade. Os factores produtivos possuem características limitadas. Já as necessidades humanas ilimitadas. Surge assim, a necessidade de estudar formas de produzi-la de maneira a salvaguardar o ambiente e as gerações futuras quando se tratar da produção da riqueza a partir da exploração dos recursos naturais não renováveis.

A liberdade económica e a especialização são dos elementos essenciais a ter em conta para a produção da riqueza. Após a “percepção de que a riqueza era obtida através da produção de serviços e produtos finais o que gerou a especialização dos indivíduos em habilidades especiais. Adam Smith denomina a mão invisível como a orientação do interesse pessoal na direcção mais adequada aos interesses da sociedade. Além disso, o Estado tem o papel a desempenhar porque deve assegurar as funções que são atinentes a Ele como Estado-polícia devido as externalidades e em relação ao mercado proteger a livre concorrência e produzir certas actividades” (Drouin, 2008, p. 32).

A relação entre “a produtividade e o salário é uma análise teórica da escola marginalista² deve ser respeitada no processo de crescimento económico. Os aumentos salariais devem estar confinados à repartição dos ganhos de produtividade entre os dois principais factores de produção. Mais salários para o mesmo nível de produtividade só é possível num contexto de alteração da relação de forças, política e social, entre empresários e trabalhadores” (Da Rocha 2004, p. 88).

As condições para o incremento da produtividade são “sobretudo, de natureza exógena ao processo produtivo como a educação, formação, investigação e desenvolvimento, saúde, tecnologias e processos, etc. São elementos que actuam sustentadamente no longo prazo, mas que apostar neles é a garantia principal para a produção prospera e sustentável da riqueza. E estes incrementos são de natureza obrigatória do Estado a quem compete a responsabilidade maior de criar os ambientes macroeconómicos, microeconómicos, de escala e de economias externas propícios ao incremento sustentado da produtividade” (Da Rocha, 2014, p. 88).

1.2.1.1- Factores de Produção

A produção da riqueza é proporcionada por alguns elementos indispensáveis a sua efectivação. Estes podem ser definidos como factores necessários para a produção de bens e serviços que procuram satisfazer as necessidades humanas. Esses factores são motivo de grandes discussões entre os economistas. Os mais tradicionais³ acreditam que podem ser divididos em três: Terra, Trabalho e Capital. Ao longo dos anos, acrescentam-se novos factores que passaram considera-se essenciais em um processo produtivo como para além dos já citados, o empreendedorismo ou a capacidade empresarial, a capacidade tecnológica que abrange a invenção, a inovação e a operação.

A terra é o factor onde encontramos os recursos necessários para a produção dos bens de consumo para a sociedade. É do anexo dos elementos citados em que o homem

² “A escola marginalista começa como corrente económica surgiu no último terço do século XIX a partir das pesquisas de diversos autores que, em maior ou menor grau, acabaram por revolucionar toda a análise económica, rompendo com conceitos tidos como inatacáveis anteriormente. O contexto em termos de pensamento económico na altura do início da corrente marginalista é marcado por uma divisão fundamental entre adeptos da visão clássica da economia com base nos estudos de Adam Smith, David Ricardo, etc e adeptos do socialismo cujo expoente máximo é Karl Marx. No entanto, tanto clássicos como socialistas partilhavam alguns conceitos em comum, nomeadamente a abordagem de carácter objectivo, com base em leis imutáveis, e a consideração do trabalho para a elaboração dos bens e serviços como medida do seu valor”. ([https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$marginalismo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$marginalismo))

³ A lista dos economistas clássicos, é composta por: Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, Johann Heinrich von Thünen e Anne Robert Jacques Turgot.

extraí os bens económicos no qual tenta suprir suas ilimitáveis necessidades individuais e sociais. Encontramos nela, terras disponíveis para a agricultura e produção animal, mares e oceanos, flora e fauna, clima, e também elementos naturais como a matéria-prima e os elementos extra-planetários como o Sol e o espaço sideral.

O trabalho é o esforço exercido pelo homem para a utilização do primeiro factor. É válido lembrar que em economia, apenas o trabalho humano físico e intelectual é considerado, não podendo o equivocar com o trabalho de máquinas e animais porque as máquinas representam outro factor de produção.

O capital representa a ferramenta usada pelos trabalhadores no processo produtivo e o trabalho, representa o tempo gasto ou empreendido no trabalho para a produção de bens e serviços. Para a representação do conjunto de capital é usado o símbolo K e o símbolo L para o trabalho. Assim, demonstra-se que: $K = \bar{K}$.

$$L = \bar{L} \quad (\text{MANKIW, 2003, p. 44})$$

Segundo Avelãs (2003), na sua obra intitulada Adam Smith, Riqueza das Nações, Teoria da distribuição do rendimento, Teoria do salário, Renda, Lucro, Smith considera que os bens necessários a vida e ao conforto provem do trabalho anual da nação, sendo produtos imediatos deste trabalho ou bens adquiridos em outras nações em troca deles. É a proporção entre esta produção anual e o número dos que vão consumir que define a melhor ou a pior provisão de bens necessários a vida e ao conforto. Esta proporção depende essencialmente da perícia, destreza e bom senso, na execução do trabalho mas também na proporção útil entre trabalhadores e consumidores.

1.2.2- Distribuição da riqueza

A desigualdade económica continua a aumentar e a crise que surgiu em 2008 ter contribuído mais para agravar o fosso entre ricos e pobres. As “conclusões são do relatório sobre a riqueza mundial divulgado pelo Crédit Suisse que não são animadoras. De acordo ao mesmo relatório, 1% da população mundial é mais rica, ou seja, tem tanto dinheiro que os restantes 99%. 1% do total da população possui metade do valor total de activos disponíveis no mundo” (Crédit Suisse, 2016).

De acordo ao grupo financeiro Suíço, “a polarização cada vez mais evidente entre ricos e pobres deve-se às melhorias registadas nos mercados financeiros. O património dos mais ricos é mais afectado pelos ganhos do que aquele que pertence à grande maioria da população. Neste sentido, as conclusões do estudo revelam que os principais índices das

bolsas europeias e norte-americanas, o Euros toxx 50 e o S&P 500, cresceram mais de 10% no último ano” (Crédit Suisse, 2016).

Embora “o número de cidadãos ricos, ou seja, aqueles que possuem um património igual ou superior a 50 milhões de dólares, ou 43,8 milhões de euros tenha diminuído, o número de ultra ricos os que possuem 500 milhões de dólares, 43,8 mil milhões ou mais, aumentou ligeiramente. Os mais ricos distribuem-se maioritariamente pelos Estados Unidos (59 mil pessoas), China (10 mil) e Reino Unido (5.400). A tendência para a concentração da riqueza vai agravar-se. O número de pessoas que possuem um património superior a um milhão de dólares (874.421 euros) vai crescer 46% até 2020” (Crédit Suisse, 2016).

A distribuição equilibrada do rendimento não significa que todos ganham o mesmo. Há e haverá sempre diferenças de rendimento entre as pessoas que vivem num determinado país. A questão fundamental está mais na dimensão dessas diferenças. Quando estas diferenças são elevadas em termos de distribuição dos ganhos resultantes da produção de bens e serviços, a economia começa a perder potencial de crescimento.

Parece-nos difícil combater a pobreza, as desigualdades e a injustiça mantendo políticas de distribuição da riqueza bastantes descomunais. E a justa distribuição da riqueza nacional passa pela valorização dos rendimentos do trabalho, salários e pensões.

Muitos “factores estão por detrás da má distribuição da riqueza como: factores económicos (trabalho, indústria e riqueza), factores naturais (clima, solo, relevo, vegetação, hidrografia), factores históricos, culturais e políticos (colonização, civilização e vontade política e ausência da justiça social)” (Silva, 2011, p. 230).

Mill, Stuart (1983), citado por Silva (2011), “a forma como a riqueza é distribuída é um resultado de uma escolha da humanidade. O autor afirma que a sociedade pode fazer com que a distribuição da riqueza esteja sujeita a quaisquer normas que melhor achar porque para Mill, a pobreza existe porque os indivíduos a aceitam e a toleram. Embora o autor não chegue a ignorar a relação oferta e demanda na determinação dos salários, postula que a própria remuneração das actividades profissionais têm influência decisiva advinda dos hábitos e costumes ou seja, toda a remuneração profissional é regulada por costumes. O autor acrescenta afirmando que o costume do país é a norma universal em que ninguém pensa em aumentar ou diminuir aluguéis ou de arrendar terras em outras condições que não as costumeiras” (Silva, 2011, p. 233).

A melhor forma para minimizar as questões distributivas é a evolução moral das pessoas através da educação. De modo que suas índoles sejam melhorar mitigando o egoísmo humano.

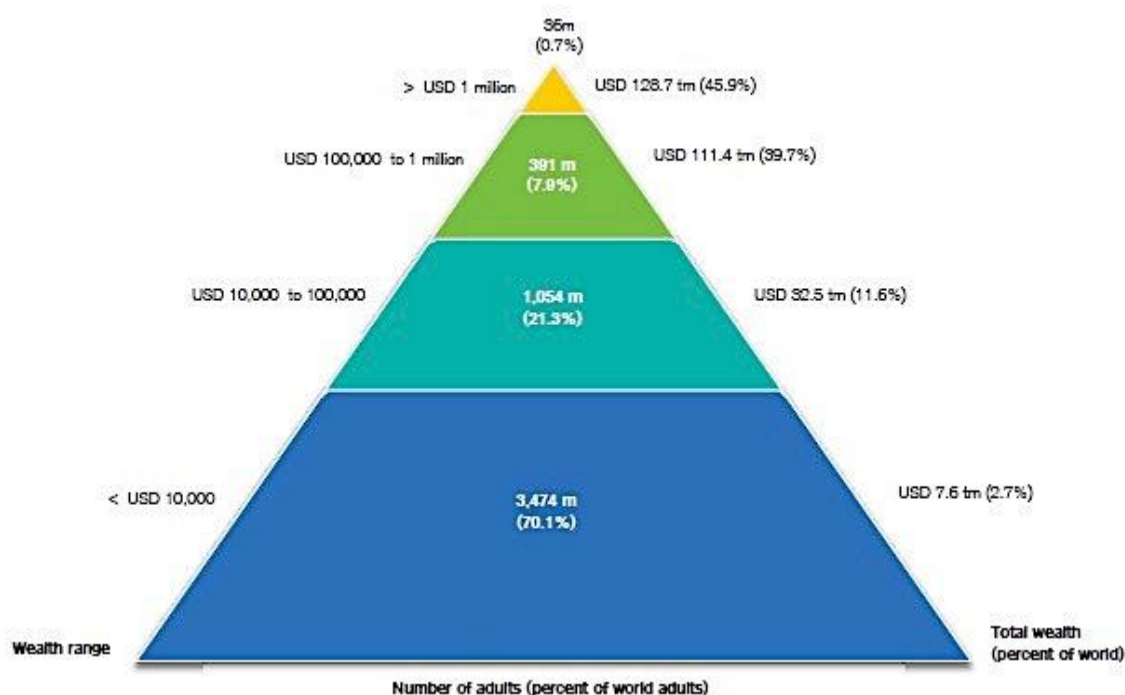
Hoje podemos observar que as ferramentas como a segurança social, o subsídio de desemprego e o apoio a empresas em dificuldades momentâneas constituem formas para a reduzir os custos da recessão económica. É por estes meios que também alguns Estados tentam minimizar as falhas causadas pela distribuição desigual da riqueza.

1.2.2.1- Pirâmide da distribuição da riqueza mundial - 2017

A “riqueza global cresceu em 2017, cerca de 16,7 biliões de dólares, ou 6,4%, para 280 biliões de dólares. A distribuição da riqueza continua a em grandes disparidades. Ao longo de 2017, a riqueza cresceu a um ritmo mais rápido do que nos anos anteriores, a reflectir os ganhos nos mercados accionistas e ganhos semelhantes nos preços dos activos não financeiros, adianta o Global Wealth Report relativo a 2017, publicado pelo Credit Suisse. Já na oitava edição o estudo do banco suíço sobre a riqueza global, conclui que os EUA continuam a liderar a lista num ano de novos recordes” (Abreu, negocios.pt, 14 de Novembro de 2017 às 13:19).

Como podemos observar na figura abaixo a base da pirâmide da riqueza do banco suíço, é dominante. Cerca de 70% da população mundial apresenta um património individual avaliado em menos de 10 mil dólares.

Figura Nº 01 - Pirâmide da distribuição da riqueza mundial - 2017



Fonte: Adaptado do relatório Global Wealth Report. Credit Suisse (2017).

Na figura 01, é possível observarmos que 70,1% ou 3.474 milhões da população mundial está com 2,7% da riqueza mundial ao passo que 0,7% ou 36 milhões da população mundial, reúne os 45,9% de toda riqueza do mundo.

1.2.2.2- Redistribuição da riqueza

A redistribuição da riqueza pode ser vista como um meio solidário e participativo de todos os cidadãos em actividade laboral activa para os demais membros da mesma comunidade com menos ou sem rendimentos. O propósito de garantir a justiça e a equidade justificam a interferência da sociedade nesse padrão, mas tal deve ser feito com consciência do perigo de demasiadas perturbações nas leis de mercado. Porque na busca da justiça não se quer perder demasiada eficiência para evitar o desperdício.

A má distribuição da riqueza e do capital tem sido em alguns casos a origem da desigualdade e consequentemente da pobreza. Para “melhorar a equidade na distribuição da terra e do capital, existem instrumentos como as reformas agrárias, a nacionalização e a eficiência do sistema fiscal” (Neves, 2013, p. 108).

A redistribuição cria graves reacções as classes prejudicadas o que é natural. Por esta razão, as redistribuições bem-sucedidas são normalmente ligadas a grandes convulsões políticas onde se aproveita a alteração do quadro sociopolítico para definir a redistribuição da riqueza. Há casos de que mesmo depois de vários anos a distribuição continua assimétrica.

Finalmente o que parece como mais acessível e menos conflituoso é a redistribuição do trabalho enquanto recurso. A redistribuição passa também pela garantia de se evidenciar esforços que permitam o acesso à educação e a formação profissional aos mais pobres, a assistência médica, a facilidade de acesso a habitação para os mais carenciados citando o exemplo das habitações sociais. A distribuição equitativa da riqueza nacional não só tem efeitos na justiça como também permite um enorme potencial de desenvolvimento por tornar as pessoas mais activas, integradas e participativas.

A redistribuição do rendimento “visa a partilha da transferência directa dos frutos da actividade produtividade em forma de esmolas, programas directos de combate a pobreza, com vista a garantir as condições de vida mais justas aos mais carenciados” (Neves, 2013, p. 109).

Partilhamos da ideia de que as condições de redução da pobreza extrema citados anteriormente, só devem-se aplicar em casos de situações de natureza transitória como em situações de calamidades, secas, para evitar-se situações de dependência paralisante. Porque

para nós, a melhor forma para por fim as desigualdades e a pobreza extrema passam pela inclusão social por meio do emprego, da garantia da justiça social aos cidadãos e da promoção do empreendedorismo.

A redistribuição pode ter efeitos na afectação dos factores e daí nasce o conflito entre a eficiência e a equidade. Estes conflitos surgem desde os primeiros custos a suportar pelo aparelho administrativo do Estado. Ao afectar a terra, o trabalho e o capital. Por outro lado, o custo relacionado a perda de incentivos na produção, no trabalho e na poupança, devido aos esforços da redistribuição. Ao retirar o produto aos ricos para entregar aos pobres, reduz-se a actividade de ambos. Os ricos pensam que não vale apenas esforçar-se em investir e produzir, se depois tiram-lhes o produto desse esforço, enquanto os pobres podem pensar que por recebem o mesmo sem esforço, não há necessidade de trabalharem e produzirem.

Para superar o conflito entre a equidade e a eficiência é necessário a criação de um programa que quebre o circuito vicioso da pobreza e congregue a melhoria na educação, saúde e integração da sociedade, porque é tarefa da economia centrar-se na erradicação da pobreza.

Existem vários programas para reduzir as desigualdades, como a imposição dos impostos progressivos, a segurança social, os subsídios e o mais actual tema de discussão para a redução das desigualdades que é a aplicação do rendimento básico incondicional.

Outro assunto importante a ter em conta quando falamos da distribuição da riqueza tem a ver com a “distribuição de direitos de propriedade das unidades de Produção. Porque os direitos de propriedade das unidades de produção podem ser herdados. Estes são transferidos de uma geração para a próxima dentro das mesmas dinastias e assim permanece constante ao longo do tempo com algum valor que é o padrão de propriedade hereditária historicamente dado na economia” (Badhwar & Das, 2014, p.7).

A existência do sistema fiscal justifica-se também pela sua praticidade no processo da redistribuição da riqueza. “O sistema fiscal é estruturado com vista a satisfazer as necessidades financeiras do Estado e das demais entidades públicas, realizar os objectivos da política económica do Estado e garantir uma justa redistribuição dos rendimentos e da riqueza. O princípio do Estado Social é aquele que mais intimamente se relaciona com a redistribuição de riqueza. Este princípio visa a garantia das condições essenciais de vida aos cidadãos e exige a redistribuição de riqueza em proveito dos mais carenciados. Esta tarefa resume-se na simples ideia de retirar a quem mais tem para dar para a quem mais precisa.

Alegoricamente e de forma simplista atribui-se esta função redistributiva por parte do Estado” (Marcos, 2014, p. 4).

A literatura nos mostra que existem várias formas para se realizar a redistribuição. Pode ser feita através de tributação, transferências sociais e despesas sociais ou investimento em estruturas de base da sociedade. Através da tributação, diferentes impostos têm diferentes impactos de distribuição. Geralmente os impostos sobre o rendimento pessoal e os impostos sobre a propriedade são progressivos, isto é, aumentando em relação ao rendimento, os impostos sobre as empresas são regressivos para pequenas e grandes empresas e progressivo para empresas de médio porte, os impostos indirectos são regressivos.

Há a necessidade de se ter cuidado ao usar o instrumento tributário para fins de redistribuição. Porque é crucial que os impostos não alterem os incentivos ao trabalho, ao investimento e criação de riqueza. Qualquer recurso à reforma tributária para reduzir as desigualdades de renda deve, entretanto, levar em consideração o possível impacto sobre o crescimento económico e do emprego.

Através de transferências sociais incluindo benefícios de assistência e programas de seguro social. No entanto, os programas de seguro social como pensões e seguro desemprego, podem ser regressivos em vez de progressivo e esta tendência é exacerbada pelo facto de que estes programas tendem a excluir os trabalhadores da economia informal que compõem desproporcionalmente por pobres e que em caso dos países menos desenvolvidos ser um problema difícil por estes serem a maioria.

A terceira ferramenta para redistribuição da riqueza é ao nosso entender a mais próspera. Contudo, o investimento em educação, saúde e outros serviços sociais são a longo prazo ferramentas indestrutíveis a inclusão social. O Estado social investe fortemente em educação primária, na saúde e em infra-estrutura de base - água e saneamento, aliviando os aspectos profundamente enraizados da desigualdade. Embora, os impostos e as transferências sociais tenham efeito imediato.

1.2.2.3- Distribuição do rendimento

Os estudos sobre a distribuição da renda nunca deixaram de ser tema central. Basta lembrar a polémica sobre a Doutrina da Miséria Crescente⁴ de Marx.

⁴ Karl Marx (1818-1883): economista e revolucionário dividiu a economia capitalista em dois sectores: o primeiro produzindo bens de consumo, o segundo, bens de capital. Ante a insuficiência da demanda dos consumidores, os capitalistas do sector de bens de consumo, percebendo que não conseguiam vender toda a sua

As principais decisões que determinam os rendimentos a longo prazo podem ser analisadas como casos específicos do problema de optimização da casa como a economia doméstica, o auto investimento em capital humano ou a compra de educação para crianças são determinados por sinais de preços. Para completar a teoria da distribuição de renda dentro desse quadro, também é necessária uma descrição do sistema de direitos de propriedade que prevalece dentro da comunidade. Os orçamentos domésticos são determinados em conjunto pelos preços de mercado e direitos de propriedade e serão afectados por uma mudança no sistema de propriedade.

Com o perigo de uma simplificação excessiva a pobreza de renda é função de dois factores: o nível de média rendimentos e sua distribuição entre famílias e pessoas. Realizar níveis de renda constantes, a pobreza geralmente será mais grave quando os rendimentos são distribuídos de forma mais desigual. Consequentemente países com níveis de renda comparáveis podem ter resultados muito diferentes em termos de incidência e profundidade da pobreza. Embora o crescimento económico aumente o nível de renda média, geralmente é mais eficaz no alívio da pobreza quando a distribuição inicial dos rendimentos é mais equitativa ou quando é acompanhada com uma redução na desigualdade.

Os Estados desempenham um papel importante no alívio da desigualdade ao redistribuir o rendimento. O que coincide com o grande *trade-off*⁵, já que este efeito negativo da redistribuição na conquista do bem-estar pode levar a economia a problemas de dimensão da política e social.

A desigualdade pode afectar o crescimento por exemplo levando a mais agitação social, ou inibindo as pessoas que não possuem meios financeiros para investir em si

produção, seriam obrigados a reduzir suas expectativas de lucros e a desistir de ampliar suas instalações produtivas. Cancelariam, então, os planos de expansão de seu estoque de capital, já excessivamente grande. Tal decisão reduziria consideravelmente, é claro, a procura de bens de capital. Ocorreria, assim, uma retracção da produção no sector de bens de capital. Contrariando as ingénuas teorias sub consumistas dos socialistas que o antecederam, Marx sustentava que os primeiros sinais evidentes de uma depressão podiam manifestar-se no sector de bens de capital. A diminuição da produção de bens de capital obrigaria as indústrias desse sector a despedirem trabalhadores, provocando queda do valor global dos salários, o declínio da renda nacional e a retracção do mercado consumidor. Em consequência disso, haveria um corte na produção de bens de consumo e demissões em massa de operários nas indústrias desse sector. Os salários e as rendas declinariam ainda mais, agravando a saturação ou o excesso de bens de consumo no mercado. (Braz, 1987, pág. 384-406).

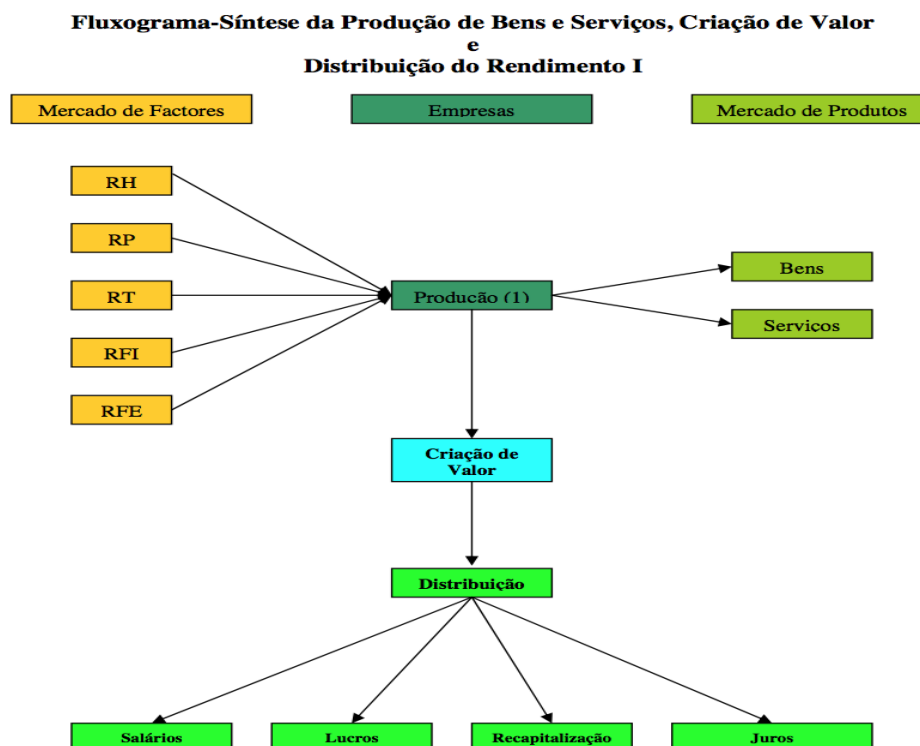
⁵ Conceito bastante utilizado ao nível da Economia e que traduz o efeito de troca de um activo económico por outro que um determinado agente económico está disposto a efectuar. Neste contexto, há várias situações económicas concretas em que o conceito de trade-off tem aplicação, sendo o caso mais estudado o da existência de trade-offs entre bens no contexto das preferências dos consumidores. (trade-off in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-01-27 21:56:12]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$trade-off](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$trade-off))

mesmas para realizar seu potencial. De acordo com Benabou (1996), citado por Thewissen, (2012), “embora se possa ter opiniões diferentes sobre os métodos da redistribuição da riqueza, pode-se afirmar que a desigualdade social é prejudicial para o crescimento a longo prazo” (Thewissen, 2012, p.1).

Fazendo a analogia entre o crescimento económico, por um lado, a desigualdade e redistribuição, percebe-se que muitos estudiosos consideram que o relacionamento entre redistribuição e crescimento é o principal problema para o bem-estar contemporâneo. Uma série de hipóteses são derivadas porque a desigualdade de renda e a redistribuição podem afectar o crescimento. No entanto, há evidências empíricas de que a redistribuição está associada ao menor crescimento do PIB, embora a associação não pareça particularmente forte. Este resultado permanece firme quando o nível de desigualdade é mantido constante.

O problema da desigualdade de renda no crescimento económico, leva-nos a reflexões que vários pesquisadores como Thewissen (2012), Rooth e Stenberg (2011), já tiveram discussões sobre o mesmo. Pois, a questão da desigualdade de renda no crescimento económico pode nos apresentar várias linhas de pensamento. Porque é fácil perceber que uma maior dispersão nos rendimentos pode incitar as pessoas a envidar esforços, com vista a obtenção de mais rendimento e maior produtividade, isto desde que os agentes económicos estejam inclinados a ganhar mais riqueza.

A ampliação da desigualdade de renda é o desafio decisivo do nosso tempo e é urgente que se adopte ferramentas que se adequam a cada realidade social e económica para que as diferenças não sejam tão abismais como as que se observam em muitos países.

Figura Nº 02 – Fluxo de criação e distribuição do rendimento

Fonte: Marques (2017, p. 7).

1.3-Desigualdade social e equidade

Para analisarmos as desigualdades sociais podemos observar vários indicadores ao mesmo tempo. Por exemplo, podemos monitorar a riqueza, isto é, o impacto real do PIB per capita, à saúde da população que é estimada pela longevidade média de seus habitantes ou o IDH, variável que engloba a saúde, educação e o rendimento.

Os estudos da macroeconomia demonstram que é nas economias desenvolvidas onde a riqueza é distribuída de forma muito desigual. As desigualdades sociais são “múltiplas e apesar de suas características distintas se relacionam e interagem entre si. É por isso, que a análise das condições de vida de uma população requer uma reflexão multidimensional. Para Therborn (2006), citado no estudo do Observatório das desigualdades de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), “essas dimensões referem-se aos seres humanos enquanto organismos biológicos. Neste sentido, taxa de pobreza, distribuição de renda e acesso à educação são factores cruciais” (CIES-IUL 2017, p. 10).

As tendências de desigualdade têm sido mais comuns nos mercados emergentes e nos países em desenvolvimento, ainda há desigualdades generalizadas no acesso à educação, cuidados de saúde e finanças.

Quando falamos em taxa de pobreza é importante destacar que o número de pessoas pobres está relacionado ao mecanismo de análise utilizado. Faremos uma avaliação absoluta, ou seja, consideraremos como ponto de partida a renda real de até USD 1,25 por dia, valor que determina a linha internacional de pobreza. Dentre os “BRICS, a Rússia é o único país que em 2008 não possuía nenhuma percentagem da população vivendo nessas condições. Já os outros quatro membros do grupo são caracterizados por uma grande parcela de seus cidadãos vivendo na extrema pobreza. De acordo com o Banco Mundial, 60,2% dos chineses ganhavam menos de USD 1,25 por dia em 1990. Isso corresponde a cerca de 686 milhões de pessoas. Este número caiu consideravelmente para cerca de 209,2 milhões em 2005, o que equivale a 15,9% da população da época” (CIES-IUL, 2017, p. 13).

As desigualdades são indispensáveis para o bom funcionamento do sistema capitalista, pois elas são criadas e recriadas permanentemente como forma de assegurar a vitalidade e o dinamismo da economia de mercado. Equilíbrio, igualitarismo social, justiça e bem comum são conquistas dos movimentos populares e dos trabalhadores organizados, e não frutos produzidos pela iniciativa privada sob a forma empresarial na esfera do mercado concorrencial. Quanto maiores forem as diferenças socioeconómicas entre os indivíduos, maior será sua desagregação e conseqüentemente, sua vulnerabilidade à dominação de grupos poderosos e à exploração.

Podemos também questionar se a desigualdade de renda representa um mal necessário. Alguns autores sustentam que um certo grau de desigualdade pode não ser um problema na medida em que proporciona incentivos para as pessoas se destacar, competir, e investir para avançar na vida. Por exemplo, os retornos à educação e a diferenciação nos ganhos do trabalho podem estimular a acumulação de capital humano e o crescimento económico, apesar de estarem associados a uma maior desigualdade de renda. A desigualdade também pode influenciar positivamente o crescimento ao incentivar a inovação e o empreendedorismo e, talvez especialmente relevante para os países em desenvolvimento, permitindo que pelo menos alguns indivíduos acumulem o mínimo necessário para iniciar negócios e obter uma educação e formação competitiva.

Já a desigualdade crescente e acentuada é uma preocupação porque os níveis altos e sustentados de desigualdade especialmente a desigualdade de oportunidades, podem implicar grandes custos sociais. A desigualdade engajada dos resultados pode prejudicar significativamente as escolhas educacionais e ocupacionais dos indivíduos. Além disso, a desigualdade de resultados não gera os incentivos directos pois, reside nas rendas. Nesse caso, os indivíduos têm um incentivo para desviar seus esforços para garantir o tratamento e

a protecção, resultando na alocação de recursos, corrupção e nepotismo, com consequências sociais e económicas adversas. Em particular, os cidadãos podem perder a confiança nas instituições, destruindo a coesão social e a confiança no futuro.

Estudos do FMI descobriram que a desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini, que é 0 quando todos têm a mesma renda e 100 quando uma pessoa tem toda a renda afecta negativamente o crescimento e sua sustentabilidade.

Para concluir, podemos afirmar que a desigualdade afecta os impulsionadores do crescimento. Porém, maior desigualdade reduz sim o crescimento, privando a capacidade de renda, para mais baixa a capacidade das famílias para manterem-se saudáveis e acumular capital físico e humano. Por exemplo, pode levar ao sub-investimento em educação como levar as crianças pobres em escolas de baixa qualidade e com menos oportunidade de serem competitivas.

1.3.1- Desigualdade económica

O combate a pobreza passa essencialmente por uma luta pela “igualdade económica ou a igualdade de direitos económicos que consiste na necessidade de toda gente partir da mesma situação com iguais regras de jogo, que na sua opinião ainda falta muito para se atingir a pesar dos esforços já empreendido nas sociedades modernas” (Neves, 2014, p. 26).

Tem-se verificado em várias economias que quando o Estado pretende transferir riqueza e rendimentos dos ricos para os pobres, alguns destes rendimentos perdem-se pelo caminho ou seja, o balde da redistribuição tem um furo. O que parece ser mais uma manifestação da lei da economia de que não há almoços grátis pelo que ganhos da redistribuição acabam por ser pagos pela redução da eficiência.

As distorções “causadas pelas diferenças abismais de rendimento das famílias provoca ineficiências que produzem o empobrecimento de grandes sectores da economia. Teoria defendida por seguidores e defensores das ideias de Marx e Engels. Essa diferença de renda pode ser calculada de várias maneiras. O índice mais utilizado é o coeficiente GINI⁶, calculado a partir da distribuição da riqueza da nação.” (Jaffe, 2014, p. 97).

⁶ “Coeficiente de Gini segundo o Observatório das desigualdades de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) é um Indicador sintético de desigualdade na distribuição do rendimento que assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). O coeficiente pode também variar entre 0 e 1. A desigualdade / assimetria na distribuição dos rendimentos é tanto mais forte quanto maior for o valor assumido pelo coeficiente. O coeficiente de Gini mede a extensão até à qual a distribuição de rendimentos (ou, em alguns casos as despesas de consumo) entre indivíduos ou agregados familiares inseridos numa economia, se desvia de uma distribuição

Fazendo uma abordagem histórica das economias mundiais, “pode-se notar que os pobres na China e na Índia aumentaram sua renda económica mais rapidamente do que os cidadãos dos países ricos. Referimo-nos destes países da Ásia porque as suas políticas económicas serão cruciais para estabelecer os níveis médios de pobreza no mundo, apenas devido ao tamanho de suas populações. Esta tendência esconde o facto de que alguns países, especialmente Africanos, são pobres e se tornaram mais pobres porque foram maioritariamente administrados por governos autocráticos que disfarçavam de nacionalistas suas ideologias populistas anti-mercado. Eles não conseguiram produzir progresso económico nem diminuíram o fosso entre ricos e pobres” (Jaffe, 2014, p. 97).

De entre as políticas redistributivas que apresentaram maior eficiência para alcançar níveis mais baixos de pobreza podemos apontar a concepção dos subsídios directos para os sectores mais vulneráveis da população. Estes funcionam melhor nas áreas da economia que têm altas probabilidades de estimular o crescimento auto-sustentável, como a educação, saúde, transportes e infra-estrutura de comunicações.

É importante considerar o crescimento económico pelo seu valioso componente moral e psicológico. O valor do bem-estar aumentado recai não apenas nas melhorias materiais que o indivíduo aproveita, mas também inclui aspectos sociais, políticos e morais considerados importantes para as pessoas. Aumentar a prosperidade torna as pessoas mais tolerantes, mais dispostas a resolver as diferenças de forma pacífica e mais inclinadas a favorecer a democracia.

perfeitamente igual. Este coeficiente mede a área entre a curva de Lorenz e a linha hipotética de igualdade absoluta, expressa na percentagem da área máxima abaixo da linha” (Jaffe, 2014: pág. 90).

1.4- Conclusão

O problema da produção da riqueza leva-nos a refletir sobre a questão da riqueza das nações. Porque sabemos haver economias em que o PIB *per capita* ser maior em relação a outras. A reposta poderia recair na existência de recursos naturais. A Islândia e Luxemburgo entre os dez países mais ricos, enquanto a Bolívia rica em recursos e a Nigéria estão entre os mais pobres? Esta questão é prática e também académica. Se soubéssemos as respostas, talvez os países pobres poderiam usá-los para alcançar a riqueza. A visão usual é que as diferenças na riqueza nacional surgem de diferenças na acumulação de capital físico, social e na adopção de novas tecnologias e no investimento.

A riqueza nacional compreende a soma dos bens de um país com vista a protecção, promoção e investimento nos seus recursos naturais, humanos, sociais, e capital financeiro.

Os países ricos têm instituições que promovem o investimento e a acumulação de riqueza. Acreditamos que a melhor maneira de ajudar os países pobres é ajudá-los a desenvolver desenvolvimento. Promovendo, boas instituições, governo honesto, eficiente, imparciais na execução de contractos, promover o fluxo livre de capital e bens, o investimento privado local e estrangeiro, as leis que favoreçam que possa proteger o ambiente de negócio.

As condições para o incremento da produtividade são em grande parte de natureza externa ao processo produtivo como a educação, formação, investigação, saúde, tecnologias, etc. São elementos que actuam sustentadamente no longo prazo, mas que apostar neles é a garantia principal para a produção prospera e sustentável da riqueza. Estes incrementos são de natureza obrigatória do Estado a quem compete a responsabilidade maior de criar o ambiente macroeconómico, microeconómico e de escala propícios ao incremento sustentado da produtividade.

Em suma, dizer que os recursos humanos ou factor trabalho, os bens de produção ou factor capital, a capacidade tecnológica e a capacidade empresarial, representam os elementos essenciais para a geração da riqueza. Entendemos que a má distribuição da riqueza é provocada pela deficiência nos factores de natureza económica, natural como o clima, solo, relevo, vegetação, hidrografia, factores históricos, culturais e políticos como a colonização e vontade política. A distribuição equitativa da riqueza promove a coesão social, potencia o desenvolvimento por tornar as pessoas mais activas, integradas e participativas. Os países desiguais experimentam protestos mais violentos, tensões étnicas e polarização social, o que pode reduzir a segurança dos direitos de

propriedade, contracto e em última instância, desencorajar o investimento e reduzir a produção económica.

CAPÍTULO II - CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

2.1- Crescimento económico

2.1.1- Conceito

A obra clássica de Adam Smith intitulada Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações publicada em 1776, é a referência por ser um dos primeiros a abordar sobre o crescimento económico.

Quando um determinado país apresenta taxas regulares de crescimento das variáveis macroeconómicas como o PIB, o rendimento Per Capita e o emprego é uma condição necessária para a longo prazo poder-se eliminar a pobreza.

O crescimento económico é um processo voltado para o desenvolvimento das actividades da economia nacional expressas por indicadores macroeconómicos, respectivamente a dinâmica do Produto Interno Bruto global ou per capita. O seu conceito pode ser definido também de duas visões diferentes como em termos de produção, respectivamente da evolução do PIB por habitante, mas também da perspectiva de aumento do padrão de vida ou o bem-estar.

É um “processo complexo em que os países são chamados a aumentar a sua capacidade para fornecer de forma crescente bens económicos através de tecnologias líderes e arranjos institucionais e ideológicos” (Popa, 2014, p.508).

O crescimento económico consiste no aparecimento de novas ideias no sentido de desafiar as instabilidades na economia, causados por problemas como o desemprego, a inflação, a insegurança dos investidores, variados riscos e os de carácter político.

A estagnação económica por outro lado está associada à intolerância, às tensões sociais e às ditaduras. As melhorias económicas são significantes ao visar o bem-estar moral e psico-social das pessoas. Devemos esforçar-nos para o que os economistas chamariam de solução superior de Pareto⁷.

⁷Ótimo de Pareto, análise da eficiência e da eficácia dos sistemas económicos e da forma como se torna possível atingir situações de equilíbrio. É a situação em que a economia não consegue beneficiar um cidadão sem prejudicar outros, na do equilíbrio de maior bem-estar social. Serve de apoio à implementação de políticas governamentais que visam a melhoria do bem-estar dos indivíduos que compõem uma sociedade. Concretamente, assume especial relevância a questão da repartição do rendimento e do correspondente grau de satisfação de cada indivíduo tendo em conta a parcela que lhe tenha cabido. ([https://www.infopedia.pt/\\$otimo-de-pareto](https://www.infopedia.pt/$otimo-de-pareto). 2018)

2.1.2 - Determinantes do crescimento económico

Acreditamos que os recursos humanos são o mais importante factor de crescimento e de desenvolvimento dos países. Numa aproximação quantitativa postula uma proporção de 70% para o capital humano numa perspectiva do crescimento económico, 27% para o capital físico público e privado e apenas 3% para os recursos naturais.

Os estudos sobre a pobreza demonstram que é através da formação do capital humano que a pobreza pode ser erradicada uma vez que por esta via se concedem condições para se encontrar empregos de razoável rendimento salarial ou se constituírem actividades produtivas. A existência de capital humano possibilita desafiar níveis comparáveis de produtividade e competitividade.

Hoje a teoria do crescimento económico trás consigo novos elementos que representam mudanças importantes em relação as pesquisas anteriores. A tecnologia é internalizada em um padrão de funcionamento económico, os novos factores como o conhecimento e a tecnologia são hoje caracterizados por rendimentos crescentes pela reutilização das ideias.

Segundo a teoria clássica os primeiros elementos da teoria do crescimento económico pertencem aos autores como A. Smith, Th. Malthus e D. Ricardo, que consideraram a evolução da economia dependente de dois factores: a terra com o seu carácter limitado e a força de trabalho, respectivamente dando atenção a população crescente.

Adam Smith (2014), citado por Popa (2014), “considera que o elemento determinante do crescimento da produção é o crescimento populacional. O crescimento da população leva a complementar o número de trabalhadores na mesma área sendo a terra limitada, o que significa reduzir a quantidade de bens por trabalhador” (Rocha, 2014, p. 25).

Na concepção de Malthus (1798), citado por Popa (2014), o “crescimento económico envolve o reinvestimento do excedente, mas é limitado pelo crescimento populacional. De acordo com sua teoria o equilíbrio económico é alcançado quando o salário está abaixo do nível de subsistência, momento em que a oferta de trabalho não é mais reproduzida no mesmo nível. Como tal, a economia está em um estado estacionário não há perspectivas de crescimento na produção por habitante” (Popa, 2014, p. 31).

De acordo a Karl Marx (1867), citado por Popa (2014), as “origens do crescimento estão na acumulação de capital. O crescimento é limitado no tempo devido à tendência da taxa de lucro a diminuir” (Popa, 2014, p. 33).

Em suma o crescimento económico caracteriza-se como uma função da produção a nível macroeconómico, tendo uma série de factores determinantes como a mão-de-obra saudável e formada, a terra e a tecnologia, levando em consideração a dinâmica do emprego dos recursos trabalhistas disponíveis, o nível de motivação no trabalho reflectem-se no nível de produtividade.

Os recursos materiais incluem recursos naturais desenhados no circuito económico e os equipamentos de produção. O crescimento económico é influenciado pelo volume do capital real explorador e fundos alocados ao investimento. O nível de desempenho técnico e tecnológico dos equipamentos de produção, correlacionado com o grau de qualificação do capital humano, determina a produtividade real do capital.

O crescimento económico pode ter um carácter extenso⁸ em caso que a contribuição para o crescimento é dada principalmente pelo crescimento quantitativo dos factores de produção ou o uso extensivo do factor de trabalho e do capital. E por meio intensivo para o crescimento económico, quando os factores de produção de maior qualidade contribuem para o crescimento da produtividade do trabalho e a melhoria da exploração de capital existente.

⁸ Tipos de crescimento:

Crescimento extensivo – é aquele que se obtém pelo aumento dos factores de produção utilizados.

Crescimento intensivo – é aquele que se obtém a partir da utilização mais eficaz das forças produtivas.

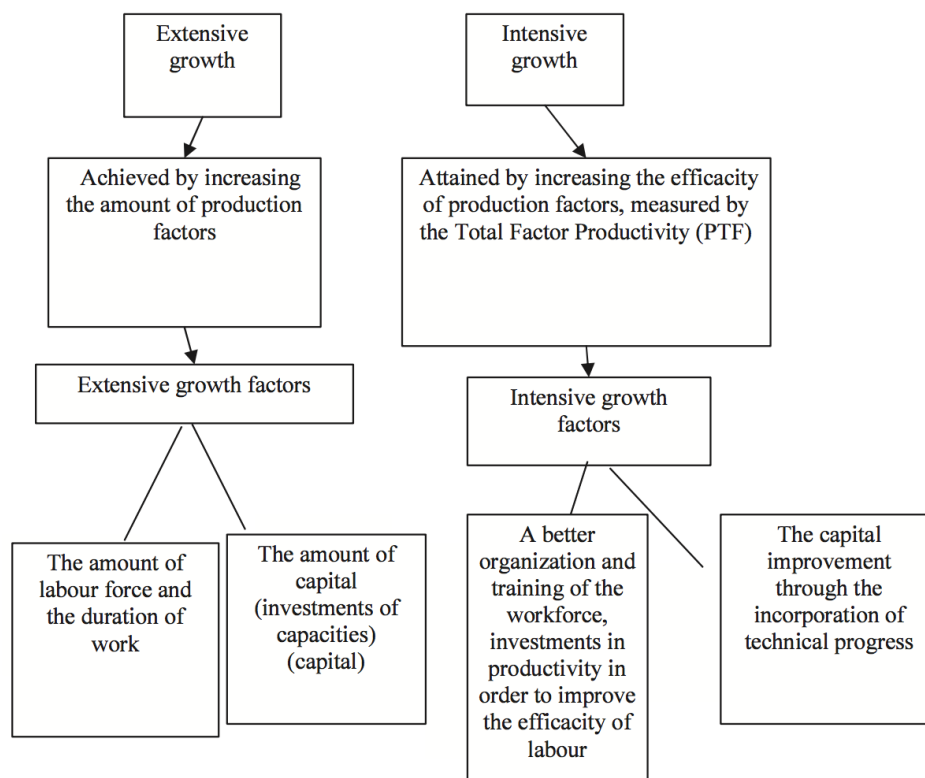
Crescimento potencial – é aquele que se obtém pela utilização máxima de todos os recursos disponíveis.

Crescimento equilibrado – é aquele que se obtém através do crescimento assente nos equilíbrios macroeconómicos clássicos: orçamental e da balança de pagamentos, sem tensões inflacionistas.

Crescimento exponencial – é aquele que se verifica quando se regista uma taxa de crescimento constante.

Crescimento zero – é aquele que pretende preservar o equilíbrio ecológico e a conservação dos recursos naturais. Este crescimento procura fazer crescer os sectores não poluentes, ao mesmo tempo que desincentiva os sectores poluentes. (Mgonzalez, 2010. Pág. 1)

Figura nº 3- Formas de crescimento



Fonte: Popa (2014, p. 509).

A educação é o ingrediente essencial para prosperidade socioeconómica. Para que seja um facto requer que se faça investimentos em todos os elementos de um sistema escolar desde professores, edifícios, livros, tecnologia da informação, currículo, supervisão, testes, etc.

No entanto, o conhecimento cognitivo, comportamental e social específico, que é o resultado básico de uma forma específica de escolaridade introduzida no século XIX, desempenhou e continua a desempenhar um papel crucial em proezas espectaculares de desenvolvimento industrial. A relação entre crescimento económico e educação tem sido um dos tópicos centrais da análise económica. Tanto Adam Smith no século XVIII como Alfred Marshall, no século XIX, abordaram a questão de como investimentos individuais em educação influenciam a riqueza das nações.

A literatura macroeconómica examina a relação entre diferentes medidas do nível agregado de escolaridade para um país como um todo e, na maioria dos casos a medida padrão do crescimento económico em termos de PIB. Mais uma vez, a maioria dos estudos evidencia maior crescimento do PIB em países onde a população em média, completou mais anos de escolaridade ou atingiu pontuações mais altas em testes de realização cognitiva.

Outro aspecto importante a considerarmos é o tipo de educação. Porque há evidências de que os países com relativamente mais engenheiros universitários, mais rapidamente crescem e os países com relativamente mais concentradores de leis crescem lentamente.

2.1.3 - Como se mede o crescimento económico?

A necessidade de saber como medir o crescimento económico é essencial para que se possa entender em que estágio do crescimento económico determinada economia encontra-se. A avaliação do crescimento económico de um país passa pela medição do crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) e quando se pretende fazer comparações internacionais o método mais eficaz é o método de Paridade do Poder de Compra⁹.

O PIB é uma medida de desempenho da economia. É “a medida mais abrangente da produção total de bens e serviços de um país. É por a soma dos valores monetários do consumo (C), do investimento (I), das compras pelo Estado dos bens e serviços (G) e das exportações líquidas (X), produzidos num país durante o ano, ou seja, $PIB = C+I+G+X-I$ ” (Samuelson & Nordhaus, 2005, p. 426).

A pesar das diversas finalidades para o uso do PIB, é a medida mais abrangente para pedir o desempenho de qualquer economia. O PIB faz parte das contas nacionais do produto e do rendimento que são um conjunto de estatística e permite aos gestores públicos determinar se a economia está em contracção ou em expansão e se há ameaça de uma grave recessão ou inflação. O PIB é um agregado macroeconómico, ou seja, é uma grandeza que representa o conjunto das operações efectuadas durante o ano, pelos vários agentes económicos. Em termo da contabilidade nacional, considera-se o PIB a preço de mercado como a soma do consumo privado, do consumo público, do investimento das empresas e das exportações líquidas subtraindo as importações. É também uma ferramenta pela qual os

⁹ A PPC, também denominado dólar internacional (I\$), é construída a partir de uma cesta única internacional de mercadorias e serviços que é periodicamente arbitrada a partir das pesquisas de preços e composição de gastos nos diferentes países analisados pelo Programa de Comparações Internacionais das Nações Unidas. Para cada país, o preço da cesta internacional em moeda local é comparado ao preço da mesma cesta em dólares americanos nos Estados Unidos, país utilizado como referência. A PPC de um país específico j (PPCj) pode ser definida como o factor de conversão da moeda do país j em dólares internacionais e é calculada a partir do valor da cesta internacional (q) em moeda local (MJ\$) no país j dividido pelo valor da cesta internacional em dólares americanos nos Estados Unidos. $PPCj = (qMJ\$j) / (qUS\$us)$ (Kilsztajn, Samuel. 2000. *Pesquisa & Debate*: SP. p. 93-106)

economistas apoiam-se para determinar o nível de crescimento económico. Se o critério de contabilização for a nacionalidade, tratar-se-ia do PNB – Produto Nacional Bruto.

O crescimento económico pode ser encarado num duplo sentido, isto é, em sentido restrito para significar um aumento da produção a curto prazo, mas que é reversível. É no sentido lato em que inclui as mudanças de estrutura englobando as mudanças sectoriais e as mudanças que tornam o crescimento auto-sustentado, neste sentido a economia apresenta um movimento ascendente de algumas grandezas económicas como o rendimento nacional e o produto nacional bruto, é um fenómeno irreversível, pois provoca modificações nas condições de produção, incorpora progresso técnico, gera novos hábitos de consumo, é um movimento de transformação estrutural, porque permite o aparecimento de novas indústrias. O crescimento económico associa a si mudanças sociais porque gera novas relações de propriedade, novas tecnologias e o aumento dos bens de produção e consumo.

2.1.4- Problemas do crescimento económico

Os problemas económicos surgem devido a diversos impedimentos desde o aumento populacional excessivo, limitações de recursos, uso ineficiente de recursos, inexistência das infra-estruturas de base, poupança doméstica insuficientes, alta dívida externa, intervenção excessiva do Estado no mercado, inflação¹⁰, desemprego, corrupção, ineficiência das instituições, político, históricos e culturais dificultam o crescimento económico.

¹⁰A inflação é um fenómeno económico através do qual se procede na economia, o aumento contínuo e generalizado no nível geral de preços, é a elevação persistente e apreciável nos níveis de preço.

Vários factores estão na base da sua existência como o excesso de demanda em relação a produção de disponível de certos bens e serviços. Em situação de pleno emprego, a expansão monetária pode ser responsável pelo processo inflacionário, mas não quando a produtividade da mão de obra aumentar na mesma proporção dos salários, os custos não serão afectados.

A inflação pode ser combatida por meio do aumento dos impostos e ou por meio da redução dos gastos do governo, pode-se também de outra forma, aplicar medidas que desencorajam o consumo e o investimento privado. A história das economias dos países, mostra-nos que a inflação pode ocorrer devido ao processo de desenvolvimento económico. Ou seja, os países tentam alcançar o desenvolvimento económico através do processo de industrialização. Por vezes, na expectativa de obtenção de altas taxas de retorno, estimula o aumento das taxas de investimento e no curto prazo o efeito recai sobre os preços, pois, o aumento da produção só ocorre após decorrido um período de maturação do investimento.

Ainda sobre a solução do problema inflacionário, segundo a corrente Monetarista o problema inflacionário seria de ordem conjuntural e para a sua correcção bastariam políticas de combate a demanda como políticas monetária restritiva partindo pelo aumento da taxa de juros. Enquanto para os estruturalistas, o tipo de solução ao processo inflacionário sugerido pelos monetaristas, para os países subdesenvolvidos geraria recessão económica

2.1.4.1- O Desemprego

O conceito de desemprego aponta para a falta de trabalho. Um desempregado é um indivíduo que faz parte da população activa, em idade de trabalhar e que procura emprego. É a impossibilidade de trabalhar contra a vontade do indivíduo. O desemprego pode ser cíclico, estacional, friccional e estrutural. O desemprego cíclico consiste na falta de trabalho durante o momento de crise económica. Trata-se em geral, de períodos não demasiado extensos em termos de tempo e que se revertem a partir do momento em que se registam sinais de melhoria na economia. O desemprego estacional ou sazonal surge pela flutuação estacional da oferta e da procura. O sector da agricultura ilustra claramente esta situação de desemprego em épocas de colheita por exemplo aumenta a oferta de trabalho e o desemprego diminui. O desemprego friccional igualmente chamado desemprego de transição ou de mobilidade ocorre quando o empregado e a entidade patronal não chegam a acordo. Se as condições de trabalho ou remuneratórias não corresponderem às expectativas do trabalhador, este demite-se e procura de outro emprego.

O desemprego estrutural é o mais grave, pois, corresponde a um desajuste técnico entre a procura e a oferta de trabalhadores em mão-de-obra disponível no mercado. Muitas das vezes, os postos de trabalho necessários para a estabilidade da economia são inferiores à quantidade de pessoas que procuram emprego e que precisam de trabalhar para se sustentar. Esta situação exige a intervenção do Estado para solucionar o desequilíbrio.

O desemprego por si só dá origem a muitos males para a sociedade. A pobreza acaba por ser o mais desolador. Há autores que defendem a ideia de que o desemprego não pode estar associado à pobreza pois, diz respeito à possibilidade de que outros membros da família possam ter renda suficiente para manter a família acima da linha de pobreza, mesmo quando um de seus membros esteja desempregado.

2.1.4.2 - A Pobreza

A pobreza é a marca primeira do padrão desigual do desenvolvimento. As sociedades cresceram rapidamente, logo, o fosso entre ricos e pobres parece estar a aumentar.

O conceito de pobreza deve ser compreendido num contexto social, económico, histórico e cultural. Neste sentido, não existe uma única definição de pobreza.

A UNESCO define a pobreza levando em conta algum “juízo de valor”¹¹, conceituando o fenómeno em termos relativos ou absolutos. Enquanto absoluta, “o conceito de pobreza observa a fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha da pobreza, por meio da determinação da percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para o seu custeio” (Crespo & Gurovitz, 2002, p.3).

O conceito de pobreza absoluta, portanto, não reconhece que os indivíduos têm importantes necessidades sociais e culturais. Este facto e críticas semelhantes, levaram ao desenvolvimento do conceito de pobreza relativa que é em relação ao status económico de outros membros da sociedade. Pobreza relativa refere-se à luta pelas necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura.

O que pode ser feito para a redução da pobreza mundial? As prescrições do Banco Mundial enquadram-se em duas grandes categorias: Criar oportunidades económicas para os pobres. Porque a principal fonte de renda dos pobres é o que eles pagam pelo trabalho, isso significa promover um crescimento económico intensivo em mão de obra; promover acções sociais com base na provisão adequada da educação primária, saúde e planeamento familiar. Outro elemento importante, é necessário que os governos estejam atentos a tributação excessiva na agricultura, pois, a maior parte da população nos países nemos desenvolvidos é pobre e depende directamente da agricultura para a sua subsistência e a tributação excessiva leva ao aumento dos produtos agrícolas. O Banco Mundial afirma que uma grande redução da pobreza é possível em todo o mundo.

Como na maioria dos países, a “extensão da pobreza nos Estados Unidos é oficialmente avaliada usando uma taxa de pessoal, que é a fracção da população pobre. Para determinar quantas pessoas são pobres, os estatísticos estimam a renda necessária para uma vida minimamente decente. Esse número é chamado de limite de pobreza. Uma pessoa é considerada pobre se vive em uma casa com uma renda inferior ao limiar de pobreza. Tendo

¹¹ Quando se “trata de uma visão subjectiva, abstracta, do indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de carácter basicamente normativo, do que deveriam ser os padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Não leva em conta uma situação social concreta, objectivamente identificável, caracterizada pela falta de recursos. Desse modo, tal enfoque não esconde sua fragilidade, embora seja bastante óbvio que mesmo uma conceituação objectiva da pobreza não se furta à presença de algum juízo de valo” (Crespo & Gurovitz, 2002, p.3).

contado o número de indivíduos pobres, os estatísticos dividem esse número pela população total, o que produz a taxa de pessoal” (Defina, 2002, p. 34).

2.1.4.3- Justiça social

Segundo a ONU (2016), a distribuição de riqueza em termos percentuais em vários países em desenvolvimento é mais desigual que a dos países desenvolvidos, porque:

1- O “crescimento económico desvia toda a curva de distribuição de riqueza de uma nação. Ou seja, os ricos e os pobres aumentam sua riqueza de forma semelhante em valor absoluto. Isso produz uma compressão da curva em termos percentuais, reduzindo o fosso entre ricos e pobres. Essa redução é mais notável se medida com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Expresso em termos económicos, o crescimento económico equilibrado produz maiores taxas de crescimento em sectores pobres em relação aos ricos, o que, em última instância, leva a um estreitamento da diferença entre ricos e pobres” (Jaffe, 2014, p. 104).

2- A redução das desigualdades económicas em uma nação é fundamental porque promove o aquecimento da economia, leva a harmonia social suficiente para apoiar o desenvolvimento económico sustentado. Os países subdesenvolvidos não conseguiram estabelecer instituições relevantes ou implementar uma organização social apropriada para garantir o mínimo de igualdade entre os seus cidadãos o que impede a aceleração do processo.

A eficiência económica está distante de observar-se ao não afectar melhorias na vida dos pobres e não promover a justiça social. “Diante da escolha entre o crescimento económico e a redução das desigualdades económicas como ferramenta para reduzir a pobreza absoluta, o crescimento económico eventualmente alcançará reduções na pobreza de maneira sustentada. As políticas que visam reduzir as diferenças socioeconómicas sem levar em conta as necessidades da economia levaram irredutivelmente ao colapso das forças motrizes da economia, empobrecendo os ricos e os pobres, paralisando o crescimento económico da nação” (Jaffe, 2014, p. 105).

A desigualdade económica tem sido um elemento que afecta o senso de justiça e sua eliminação tem sido a principal motivação das políticas socialistas e marxistas e outras ideologias em todo o mundo. Uma análise excelente é fornecida por Karl Popper na sua obra *The Open Society*. O igualitarismo económico combinado com a liberdade individual seria

extremamente desejável. Os exemplos mais próximos desta combinação podem ser encontrados entre as democracias europeias, especialmente nos países escandinavos¹².

Esta mudança seria auxiliada por reformas em diversas áreas da política, economia, social e segurança. Inclui reformas para aumentar o acesso a uma educação de qualidade, fornecer protecção social abrangente, aumentar a participação da força de trabalho das mulheres, manter o acesso universal a cuidados de saúde públicos de qualidade, melhorar a sustentabilidade e adequação do sistema de pensão.

2.1.5- Efeitos do crescimento económico

O crescimento económico vem a ser a capacidade dos países ou regiões de gerar riqueza, a fim de promover e manter a prosperidade, o bem-estar social e económico dos seus habitantes. Este crescimento a pesar de ser positivo para as populações pode apresentar-se em duas facetas. Uma economia em crescimento, visa proporcionar condições para as pessoas desfrutarem de melhores padrões de vida e para encontrarem uma maior oferta de trabalho. Mas vale ressaltar que o crescimento económico não leva em conta o que acontece com a distribuição de renda. Geralmente considerada uma distribuição de renda mais progressiva implica um maior bem-estar da população.

Os efeitos do crescimento económico, passam pela melhoria do padrão de vida das populações ou seja, a medida que a renda nacional real per capita aumenta, consequentemente melhora o padrão de vida dos seus habitantes, o crescimento estimula o aumento do emprego, aumenta a receita fiscal, e por último o mais importante para as economias dos países o crescimento económico aumenta a confiança empresarial pois, tem impacto positivo sobre os lucros das empresas o que leva ao aquecimento do mercado de acções e ao aumento das pequenas e médias empresas.

Estes efeitos positivos do crescimento económico devem ser bem salvaguardados por meio de medidas que não possam levar a economia a um aumento da inflação e segundo, a efeitos nocivos sobre o meio ambiente com consequências potencialmente duradouras para as gerações futuras, levando ao aumento de ruído e poluição do ar, congestionamentos rodoviários reduzindo assim o bem-estar social. Exemplos destes abandonos as questões ambientais no processo de crescimento económico incluem a destruição de florestas

¹² Região norte da Europa, que alberga a Noruega, a Suécia, e a Finlândia, Política e culturalmente inclui a Dinamarca, a Islândia e as ilhas Faroé. In (https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\$escandinavia). Acedido, 12, Março, 2018.

tropicais, e da vegetação nativa através da construção de novas estradas, hotéis, centros comerciais e parques industriais.

O crescimento económico deve ser entendido como um meio para se atingir o bem-estar e para reduzir a pobreza. Os países com maior taxa de crescimento económico per capita registaram melhores resultados no combate à pobreza. Embora, mais crescimento económico signifique mais rendimento, o que mesmo assim, não é garantia da redução da pobreza.

O crescimento económico pode ampliar os meios para a protecção ambiental, incorporando novas tecnologias, maior conhecimento científico etc. Simultaneamente, tornam-se cada vez maiores as exigências para a protecção do meio ambiente, com isto, aumentam também os gastos necessários para esta actividade. O que não significa necessariamente uma melhora do ambiente, mas somente uma manutenção do status quo do meio ambiente. Porque quando aquece a actividade industrial, aumenta-se a pressão sobre o ambiente em termos de apropriação de recursos ou da produção de dejectos industriais, o que torna maior o aparato de limpeza exigido para que o ambiente não entre em degeneração pela razão directa do aumento de produção.

2.2 – Desenvolvimento económico

2.2.1- Conceito

Achamos pertinente falar do desenvolvimento económico porque consiste fundamentalmente num processo de enriquecimento dos países e de seus habitantes em termos qualitativos. O desenvolvimento económico depende do nível de investimento aplicado as estruturas de base. Se o financiamento ocorrer somente com meios internos, haverá necessidade da redução do consumo privado ou público, para que não ocorra défices comerciais, estes podem criar problemas de geração de divisas para arcar com os compromissos externos.

Os fundos para o financiamento do investimento podem ser obtidos através do sector privado, dos lucros não distribuídos e das reservas de amortizações ou dos superávits fiscais, no caso do investimento público. A situação mais comum é que os fundos para o investimento, são obtidos no sistema monetário e financeiro do país e em casos de financiamento externo no sistema financeiro internacional por meio de créditos bancários ou com a venda de títulos de dívida.

Esta abordagem leva-nos a concluir que o processo de desenvolvimento económico, começa a granjear quando se regista na economia aumento das exportações como verificados na China, no Japão, na Coreia do Sul e na África do Sul e quando há consumo. A principal variável para o aumento da riqueza é o investimento e acumulação dos meios de produção que dependem de fontes adequadas de financiamento.

A educação desempenha seu importante e indispensável papel no processo de desenvolvimento, embora dependa grandemente das políticas educativas definidas pelo Estado. O bem estar social é o elemento que mais deve ser observado durante o processo de desenvolvimento económico.

É um estado em que o país apresenta um alto nível de produtividade e um nível de vida elevado impulsionado em grande medida pelo avanço tecnológico, emprego, educação e pela saúde dos seus habitantes.

2.2.2 - Como se mede o desenvolvimento económico

O desenvolvimento económico é medido através dos indicadores como: o índice de Desenvolvimento Humano - IDH¹³, o índice de desenvolvimento Ajustado ao Género – IDAG¹⁴, Índice de Equidade de Género - IEG e pelo Índice de Pobreza Humana – IPH¹⁵ (UNDP, 2016).

¹³ O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNDU) e pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), vindo da ideia de desviar o foco do desenvolvimento económico de renda para as pessoas. É calculado por meio de uma avaliação dividida em diversos índices. Mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. O objectivo da criação do Índice de Desenvolvimento Humano foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão económica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prémio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano. O IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. In (<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>) acedido, 14, Abril, 2018.

¹⁴ O índice de Desenvolvimento ajustado ao género embora se baseie nos mesmos indicadores ao IDH, tem em conta a desigualdade de género e quando maior for esta a desigualdade, maior é a diferença entre IDG e o IDH. As grandes diferenças entre estes dois indicadores são os reflexos da diferença de rendimento entre homens e mulheres. In (<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>) acedido, 14, Abril, 2018

¹⁵ O Índice de Pobreza Humana, mede o percentual da população em cada país que não atinge os 40 anos, isto é, a curta duração de vida. Mede o percentual da população analfabeta que é a falta de educação elementar. E por último a percentagem composta das pessoas com falta de acesso ao serviço de saúde, água potável e nutrição. In (<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>) acedido, 14, Abril, 2018

O IDH é medido através de três indicadores: saúde, educação e a renda. A saúde é observada a partir da longevidade ou vida longa saudável ou pela expectativa de vida. A educação é determinada pelo acesso ao conhecimento medido por média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação durante a vida por pessoas a partir de 25 anos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança, e a renda que é avaliada por meio do padrão de vida medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante em dólar.

No processo de medição ou classificação do desenvolvimento económico é comum olharmos para a distinção entre desenvolvimento e crescimento económico. Neste caso, partimos do princípio de que o conceito de crescimento se refere aos processos de crescimento da renda per capita em países periféricos, como alguns produtores de petróleo, nos quais a renda per capita cresce, mas a economia não muda de estrutura, a produtividade não cresce e de facto, não existe desenvolvimento económico. Geralmente se usa essa distinção de forma normativa para distinguir o desenvolvimento económico. Há um número imenso de casos de processos reconhecidamente de desenvolvimento económico nos quais há crescimento da renda per capita, na produtividade, salários e nos padrões importantes como a liberdade, a paz ou a segurança, a justiça social, e a protecção da natureza, mas quando acompanhado de substancial concentração de renda cria confusão na sua classificação, pois o desenvolvimento económico deve ser visto como mudança plena e de valor da estrutura económica e social do país.

2.2.3 - Efeitos do desenvolvimento económico

O desenvolvimento económico tem como efeito directo a expansão dos indicadores do bem-estar social como o aumento dos indicadores de educação, saúde, garantias de direitos e liberdades, etc.

De acordo ao Linha (2017), o desenvolvimento económico é definido pela capacidade de uma sociedade satisfazer as suas necessidades e atingir determinado nível de bem-estar. Haverá desenvolvimento económico quando o crescimento económico se traduzir em aspecto qualitativo, ou seja, quando se estender às várias regiões de um país, contribuir para a redução das assimetrias da repartição pessoal do rendimento, respeitar os cidadãos,

independentemente da sua raça, sexo e classe social, e promover o bem-estar social. Não basta verificarem-se aumentos quantitativos do PNB e do PIB se esses aumentos não se reverterem a favor dos mais pobres, continuando a haver assimetrias pessoais e regionais e degradação do ambiente.

2.2.4- Aspectos económicos do desenvolvimento

O desenvolvimento económico tem a ver com o aumento da riqueza, da produção de bens e serviços em relação ao total de habitantes. Envolve também um aumento contínuo e expressivo da renda por habitante em valores reais com desconto a alta dos preços no mercado.

São sublinhados como aspectos económicos do desenvolvimento a produtividade do trabalho, o investimento, a escolha pelos bens de consumo e dos não essenciais e a tributação.

2.2.4.1-Produtividade do trabalho

Das diversas formas para medir a produtividade de trabalho, a renda per capita representa o elemento mais simplificado da questão. A produtividade do trabalho é “definido como sendo a produção realizada em uma empresa ou país, dividido pela quantidade de trabalho realizado, medido pelo número de horas trabalhadas e pelo número de pessoas empregadas” (Fonseca, 2006, p. 16).

Aumentar a produtividade de trabalho é fundamental para que haja crescimento económico. A produtividade “compreende o volume de produção obtido por unidade de factores de produção utilizados, para um dado período de tempo. Deste modo, quando se refere a produtividade total de um país, fala-se da relação entre o volume de output obtido e os recursos totais consumidos para gerar esse output. E, neste sentido, o cálculo da produtividade deve permitir a identificação do contributo dos diferentes factores para a produção obtida e, ser assim uma referência importante na análise da repartição do rendimento” (Freitas, Pinto & Policarpo, 2005, p. 10).

Contudo, apesar do conceito em si não parecer gerar grandes controvérsias, a medição da produtividade apresenta grandes dificuldades. Existe um conjunto alargado de variáveis que influenciam os níveis de produtividade e que muitas vezes estão correlacionadas. Acresce a este facto, a dificuldade em obter informação estatística em tempo real e comparável, principalmente a nível internacional, apesar de evoluções nos últimos anos.

2.2.4.2- Investimento

Existe uma relação de dependência entre o investimento e a produtividade do trabalho. A elevação da produtividade do trabalho depende do aumento do estoque de capital, do investimento, melhor qualificação das forças de trabalho, expansão das empresas e disponibilidade de fundos de financiamento. “Assim como também, factores de produção como mão-de-obra, recursos naturais e capital, são combinados no processo. O produto agregado é dividido entre consumo e investimento. O consumo é necessário à manutenção das forças de trabalho e o investimento contribui para o aumento do estoque de capital” (Fonseca, 2006, p. 20).

O investimento pode ser real ou financeiro. O investimento real pode acontecer quando o Governo conduzir política agressiva de atracção de investimento estrangeiro, visando a implantação de novas empresas em território Nacional, quando as empresas já instaladas, no intuito de crescerem ou, pelo menos, de se protegerem da concorrência, decidem levar a cabo investimentos em novos equipamentos e/ou unidades produtivas, quando são propostas a todos formas de aplicação de poupanças, através do investimento em activos financeiros que oferecem expectativa, por vezes a certeza, de uma dada remuneração.

No entanto, o investimento “é todo o sacrifício, consubstanciado em troca de satisfação actual associada ao custo por satisfação futura com vista a benefícios esperados incertos, tendo como objectivo a produção ou venda de bens e serviços” (Soares, M., P., & Couto, 2015, p. 24).

2.2.4.3- Bens de consumo essenciais e não essenciais

Canalizar o excedente em relação ao consumo para o investimento é um dos problemas centrais do desenvolvimento. É fundamental reduzir o consumo supérfluo, por meio de uma estrutura adequada de tributação. Esta necessidade torna-se maior quando consideramos que frequentemente os bens não-essenciais são importados, o que coloca pressões adicionais sobre a balança de pagamento reduzindo os fundos disponíveis para o financiamento do investimento. “É necessário expandir a produção de bens essenciais, principalmente alimentos, porque a elevação dos padrões de vida proporcionada pelo crescimento económico provoca o aumento da demanda destes bens. Caso a oferta não acompanhe a expansão da demanda o resultado será a elevação dos preços dos bens essenciais tendo como efeito a inflação e a queda da renda real dos trabalhadores. Por

último, destacar a importância do aumento da produção de bens agro-pecuários e os respectivos ganhos de produtividade do sector” (Fonseca, 2006, p. 22).

2.1.4.4- Tributação

O consenso da doutrina da tributação é que a primeira finalidade dos impostos em geral, bem como por maioria das razões do imposto sobre o rendimento pessoal é de obter receitas necessárias a realização de fins públicos. A variedade dos problemas públicos, justificam a sua existência para cobrir diversos custos do Estado, todos segundo a sua natureza.

A tributação é um elemento antigo e onipresente que forma um dos pilares centrais em torno da qual, muitas civilizações foram construídas. E hoje é fácil observar que nenhuma sociedade estrutural existe sem tributação. Não há dúvidas de que a tributação desempenha um papel crítico na sociedade e tem a capacidade de afectar a vida de todos dentro dela. Como declarado por Benjamin Franklin, neste mundo nada é certo senão a morte e os impostos.

Segundo o Oxford English Dictionary, o imposto “é uma contribuição obrigatória para o suporte do governo, incide sobre pessoas, bens, renda, *commodities*, transacções, etc” (<https://en.oxforddictionaries.com/definition/tax>, 2018).

A pesar do seu conceito já justificar a necessidade da sua existência no processo de desenvolvimento económico, a tributação é o principal meio pelo qual os governos aumentam a receita. Sem tributação, os governos não conseguiriam financiar suas operações nem fornecer serviços públicos e bens públicos à comunidade. Outras formas pelas quais os governos podem aumentar as receitas incluem: a cobrança de taxas por prestação de serviços ou concessão de licenças, impor multas por violações da lei.

2.3- Descentralização e desenvolvimento económico regional

A descentralização económica é o processo de transferência de poder de decisão e atribuição de responsabilidades, na tomada de decisão e dos respectivos resultados. É acompanhada por uma delegação de autoridade compatível com indivíduos ou unidades em todos os níveis do processo.

As forças locais são indispensáveis no processo de desenvolvimento económico. Conhecem melhor as suas aflições e quem os pode governar dentro da sua circunscrição. “A proximidade na formação do desenvolvimento económico regional levou cada vez mais à

descentralização da tomada de decisões em muitas partes do mundo nas últimas décadas. Na verdade, alguns países optaram recentemente por estruturas estatais federais de acordo com diferentes graus de descentralização, como a Itália e a Espanha, enquanto que em outros o processo de reestruturação surgiu após uma longa tradição de governo centralizado, como na França, Reino Unido e alguns países em desenvolvimento. Além disso, países federais como os EUA, a Austrália e a Índia experimentaram um ressurgimento da descentralização” (Ascani, Crescenzi, & Iammarino, 2012, p. 13).

Esta tendência global de transferência de autoridade de governos centrais para sub nacionais está intimamente ligada ao desenvolvimento económico, uma vez que as políticas são cada vez mais concebidas e adoptadas a nível regional, devido ao reconhecimento de que a geografia e o contexto local são importantes para as estratégias de desenvolvimento para ser eficaz e sustentável. Assim, as administrações descentralizadas têm capacidade para projectar e implementar estratégias que reconheçam os fundamentos culturais e sócio-institucionais locais das interacções económicas regionais e do comportamento. Como tal, eles estão em posição de favorecer a acção política de base ascendente, regional, de longo prazo que difere fundamentalmente das estratégias de desenvolvimento tradicionais de cima para baixo gerenciado no nível central.

A descentralização pode ter ao mesmo tempo efeitos benéficos e prejudiciais sobre a equidade. Quanto aos efeitos benéficos, a descentralização fiscal contribui para reduzir as desigualdades de renda entre as regiões. De facto, as regiões mais pobres tentam preencher a lacuna com os mais ricos e atrair recursos oferecendo condições favoráveis e incentivos. Assim, a concorrência territorial representa uma oportunidade para regiões mais pobres para gerenciar o desenvolvimento económico local, uma vez que a descentralização permite-lhes desempenhar um papel activo na concepção de suas próprias estratégias de desenvolvimento.

Outro aspecto importante da descentralização económica é a eficiência. A descentralização aumenta a eficiência da produção como resultado da concorrência territorial. Visando directamente melhorar seus recursos e desenvolver sua economia através de novas soluções políticas e melhor coordenação local para além disso, a tomada de decisões regionais é mais responsável e transparente.

2.4- Intervenção do Estado na economia

O Estado tem sido durante a história das economias dos países o maior e mais importante actor político e económico. O fundamental papel do Estado é de promover a defesa nacional, a justiça e fornecedor por excelência dos serviços essenciais a população. Deve, no entanto, possuir várias ferramentas modernas que o possam levar a produção eficiente da riqueza e da sua distribuição equitativa.

A presença do Estado na economia é importante tal como sustenta Keynes ao afirmar que a economia deixada a si própria não atinge o equilíbrio óptimo¹⁶.

Os governos devem justificar a sua existência mostrando trabalho a nível da erradicação de doenças infecciosas, desenvolvimento da ciência e da tecnologia sofisticada, prevenção de catástrofes naturais e de muitos outros exemplos que visam exhibir a justiça social.

No entanto, é clara a aceitação da intervenção do estado. O teorema de Coase¹⁷, defende a teoria do interesse público, na intervenção do Estado na economia que segundo a mesma visa maximizar o bem-estar da sociedade. Na perspectiva económica da Regulação, o Estado deve intervir quando se registarem falhas e ineficiência no mercado causadas por motivações políticas e pelo próprio mercado. O mercado é ineficiente quando são identificadas as seguintes forças: monopólio natural, informação assimétrica, externalidade, falta de incentivos, rendas de escassez, concorrência destrutiva que é classificada pela falha estrutural, falha de incentivo e pela falha de existência.

Para a resolução das externalidades, quando não se verificar o teorema de Coase, deve-se usar os instrumentos de comando e controle, regras quantitativas associadas a sanções, sensibilização, o acesso a informação, ou instrumentos de suporte horizontal segundo a OCDE, conceder prémios, aplicar taxas, impostos e subsídios. Há muitos programas governamentais que têm conseguido reduzir os níveis de pobreza em períodos relativamente curtos.

¹⁶ Em que é impossível a economia produzir uma nova reafectação de forma a melhorar a situação de alguns consumidores sem prejudicar simultaneamente qualquer outro, por isso, é necessário a intervenção do Estado. (Olivares, Mario G., 2003. Keynesiana: Brasília. p. 9)

¹⁷ O Teorema de Coase: na ausência de custos de transacção, a negociação entre as partes leva a uma alocação eficiente de recursos, independentemente da distribuição inicial de direitos de propriedade. (Cabello, A., (2014), *Ronald Coase – O Embate entre a Teoria Económica e as Instituições*. p.4)

O papel do Estado passa pela erradicação compulsiva e imediata da corrupção. O fluxo de dinheiro gerado pela corrupção, se canalizado em locais focais da vida social dos cidadãos, geraria maior bem-estar e dinamizava a economia.

A corrupção corrói as sociedades mais fragilizadas do ponto de vista económico e é típica dos países pobres o que caracteriza na primeira instância as suas principais consequências. O que se observa nos países pobres é a existência de uma elite política afortunada e uma classe muito baixa, eliminando assim a classe média. Este argumento, pressupõe que a corrupção leva ao uso de recursos económicos escassos a actividades económicas menos eficientes, reduz o potencial de crescimento e amplia os níveis de pobreza desnecessariamente.

Os países abertos ao capital ou investimentos estrangeiros em grandes quantidades são mais propensos a obter maiores pontuações de transparência. Países que “estão fechados para investimentos estrangeiros e que tratam capital estrangeira e nacional com regulamentos punitivos e as restrições burocráticas e financeiras são mais propensos a ter índices de baixa transparência. Um estudo publicado pela revista *The Economist* mostrou que os países mais abertos ao capital estrangeiro alcançaram índices de crescimento positivos e altos nos anos noventa, enquanto os países em desenvolvimento com pouco fluxo de capital estrangeiro apresentaram declínio económico nesse período” (Jaffe, 2014, p. 124).

Outro problema sintomático da corrupção tem a ver com a falta de transparência e a burocracia que afecta muitas outras alavancas do motor económico. Na sua abordagem sobre a corrupção. O combate a corrupção pode ser feito através da simplificação dos processos burocráticos, a transparência dos sistemas de tomada de decisão e a implementação de leis e regulamentos claros e simples. O autor afirma também que a implementação dessas recomendações, no entanto, não são fáceis, pois muitas vezes afectam o interesse da elite dominante” (Jaffe, 2014, p. 125).

Um aspecto curioso, é que os países ricos em recursos naturais geralmente têm populações pobres. A corrupção promove conflitos armados. Em África, as guerras civis devastaram países ricos em recursos, como Congo, Angola e Sudão. No Oriente Médio, a democracia não se materializou. Controlar este mal poderia fazer muito para aliviar a pobreza e a miséria no mundo. E isto, só pode ser feito com transparência e responsabilidade.

2.4.1- Instrumentos de intervenção do Estado na economia

A intervenção do Estado na economia é apoiada por alguns instrumentos de acção ora planificados e estudados milimetricamente de forma a resultar efeitos satisfatórios à economia. Os mais comentados são os instrumentos de comando e controlo, instrumentos económicos de mercado ou de incentivo, e instrumentos de informação ou formação. O Estado apoia-se destes, em função da natureza da falha de mercado.

Os instrumentos de comando e controlo, são ferramentas quantitativas que definem por regulamentação os objectivos a atingir pelo agente económico e estes, garantem a eficácia da intervenção pública. O instrumento de mercado ou de incentivo, condicionam a decisão do agente económico aumentando os custos, impondo taxas, impostos e tarifas através de subsídios ou de instrumentos financeiros. O seu resultado depende da reacção do agente económico que compara os recursos que tem de ser utilizados aos custos e benefícios que o Estado atribui. Já os instrumentos de informação e formação, assentam-se na informação ou literacia do consumidor quando este toma uma decisão e o Estado tenta condicionar a acção dos agentes económicos aumentando o seu nível de informação.

Em relação a este último instrumento vale-nos destacar a educação “como possivelmente o elemento mais influente sobre os valores e em geral, sobre a cultura dos habitantes de um país. A relação entre o nível de educação de um país e sua capacidade de gerar riqueza é muito próxima. Os níveis educacionais podem ser medidos de várias maneiras. Talvez o indicador mais confiável seja a percentagem da população matriculada em um programa de educação formal” (Jaffe. 2014, p. 114).

Outros instrumentos de acção para colmatar falhas de mercado são os concursos públicos¹⁸, a privatização¹⁹, a aposta na eficiência económica²⁰ e na diversificação da economia²¹.

¹⁸ O concurso público é um processo de selecção em uma população concorrente permite o acesso a emprego, projecto, ou a cargo público de modo amplo, transparente e democrático. É um procedimento onde é assegurado a igualdade de oportunidades. Quando o processo ocorre de forma transparente dá ao Estado, maior probabilidades de ter pessoas certas em lugares certos e conceder projectos em empresas que visam elevar o país a níveis competitivos.

¹⁹ A “privatização são medidas pontuais de muitas vezes necessárias para diminuir o tamanho/responsabilidades do Estado. Compreende fundamentalmente a desregulação, isto é, diminuição da intervenção do Estado no domínio económico, a desmonopolização da actividades económicas, a venda de acções de empresas Estatais ao sector privado, a desnacionalização, a cedência de serviços públicos ao privado. São exemplos: convénios e os contractos de obras e prestação de serviços, ou a terceirização” (Pinto, 2009, p. 5).
Prestigia a liberdade económica porque permite visa diminuição de monopólios, cabendo ao Estado regular tais actividades.

2.5- Planeamento económico

A história das economias dos países desenvolvidos nos mostram que o desenvolvimento económico e social, não se pode encarar como um acontecimento espontâneo. Está associado à actuação do governo em diferentes áreas da economia como na industrialização, produção e expansão de produtos agro-pecuários, e no aumento das exportações.

Sem descartar o princípio do liberalismo económico²², pensamos que desde que se conclua que o governo possui funções económicas relevantes, o planeamento deve ser visto como uma ferramenta que contribui para a eficiência das funções do Estado na economia.

Para a elaboração do plano económico, são realizados cenários de previsão macroeconómicos referentes aos sectores de actuação. O planeamento económico consiste na aplicação à economia, de modo coordenado e coerente de determinados princípios e métodos científicos para a obtenção de resultados previamente seleccionados. No caso da administração pública, uma das justificações do planeamento é a necessidade de superar deficiências de mercado presentes em países em desenvolvimento que resultam em grande parte de uma estrutura distributiva injusta e prejudicial ao crescimento. Porque se depender do mercado, uma quantia excessiva seria investida em casas, carros de alto padrão, ou na fabricação de bens de consumo.

²⁰ A eficiência económica implica um estado económico em que cada recurso é alocado de maneira ideal para atender a cada indivíduo ou entidade da melhor maneira, minimizando o desperdício e a ineficiência. Quando uma economia é economicamente eficiente, quaisquer mudanças feitas para ajudar uma entidade prejudicariam outra. Em termos de produção, os bens são produzidos ao menor custo possível, assim como os inputs ou variáveis de produção. Para analisar a eficiência de uma certa economia é necessário observar as forças básicas do mercado, como o nível de preços, taxas de emprego e taxas de juros. A eficiência económica proporciona diminuição de resíduos/desperdícios durante a produção de bens e serviços. Eficiência económica deve ser analisada em relação ao bem-estar da população. Pois, no pico da eficiência económica, o bem-estar de um não pode ser melhorado sem diminuir subsequentemente o bem-estar do outro.

²¹ Apostar no processo de diversificação económica deve ser o primeiro passo a dar pelas economias monodependentes. É necessário que se inicie a diversificar o risco e concomitantemente alastrar o mercado de trabalho. Observando a história das economias pode-se constatar que os países menos desenvolvidos são potencialmente monodependentes. A diversificação económica permite aquecer a economia nacional, dando como efeitos, avultados benefícios às populações, como: criação de emprego, desenvolvimento de microempresas, diversificação de actividades na actividade agrícola, desenvolvimento de actividades turísticas e lazer, incentivo financeiro, concorrência de mercado, a redução ou mesmo a anulação do êxodo rural e a redução da dependência nacional das importações.

²² Um dos mais conhecidos entusiastas da doutrina liberal foi Adam Smith, que enaltecia as liberdades individuais, mas não desqualificava o Estado como representante do bem comum, como ocorreria posteriormente. Para Smith, as acções individuais, influenciadas pelo interesse próprio seriam guiadas infalivelmente por uma 'mão invisível' no sentido da realização do bem comum. (<https://www.infoescola.com/economia/liberalismo-economico/2017>)

Em síntese, para que o país seja competitivo é necessário que seus agentes económicos, isto é, o Estado, as famílias e as empresas, desejam alcançar esta meta, necessitando para efeito, orientar todas as suas energias, saber e consciência para a exacta medida. O papel do Estado enquanto activista em matéria de organização e gestão do crescimento começa no Ministério do Planeamento, passa pelos Ministérios sectoriais e efectivação nas localidades, por isso, as autarquias são uma indispensável ferramenta.

O Ministério do Planeamento é o agente do Estado responsável pela coordenação das estratégias económicas, empresariais e institucionais que visem o incremento da produtividade e o aumento do emprego. Esta instituição tem de funcionar. Porque o seu fracasso é o fracasso do país como um todo. O seu estatuto orgânico reserva-lhe funções e responsabilidades precisas nestes domínios, destacando-se, por exemplo, a da elaboração duma estratégia geral de desenvolvimento económico. No mesmo eixo, tem a responsabilidade de organizar e gerir o sistema nacional de produção e difusão da informação.

2.6- Conclusão

Neste capítulo tentamos buscar os variados conceitos e temas que envolvem os problemas do crescimento e desenvolvimento das economias.

O estudo sobre estas duas grandezas macroeconómicas levou-nos a compreender que o crescimento é a base, o alicerce para que se granjeie o desenvolvimento económico. Podemos destacar a importância dos factores do crescimento económico tais como níveis educacionais adequados em especial a alfabetização, especialização, participação política, independência económica e política.

É evidente que tanto a pobreza como o desemprego estão associados de várias formas com o rendimento. A estrutura da distribuição do rendimento estabelece uma relação directa entre o rendimento per capita e o número daqueles que vivem em situação de pobreza. Entretanto, é comum afirmar que a pobreza será eliminada mais rapidamente se o crescimento económico for acompanhado de diminuição da concentração do rendimento. As barreiras sociais e as inibições de uma sociedade desigual distorcem tanto a personalidade daqueles que têm grandes rendimentos como a daqueles que são pobres. As desigualdades económicas estão na origem de muitos conflitos sociais porque geram restrições ao acesso à educação e ao poder político das minorias.

Os Estados devem olhar para as necessidades primárias dos seus habitantes como o combate a fome, desemprego, investimento na formação e de seguida promover o desenvolvimento económico/bem-estar social e sustentabilidade e se necessário reformar todo o sistema político, económico e social. A justiça social devia ser o cerne da questão na luta pelo fomento ao crescimento e desenvolvimento económico.

Em suma a literatura elucida-nos que o crescimento económico difere do desenvolvimento económico, porque este último representa o momento em que a economia utiliza o capital acumulado e o incorpora no progresso técnico, no trabalho e ao capital levando-os ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população tendo sempre como premissa a sustentabilidade económica e ambiental. Com o crescimento económico, isto é, com o PIB mais elevado há maior possibilidade de resolver muitos dos problemas sociais. Escrevemos também que pode haver crescimento da renda per capita sem desenvolvimento económico, mas esse é um caso raro envolvendo economia de tipo enclave e doença holandesa²³. O desenvolvimento económico caracteriza-se por um

²³ O termo surgiu pela primeira vez em 1977 na revista *The Economist* (*The Economist*, 1977). A expressão pretende caracterizar os presumíveis efeitos negativos na indústria holandesa provocados pelas descobertas de gás natural no Mar do Norte, em 1956, nomeadamente através do seu impacto na taxa de câmbio real. Além de

aumento da renda per capita e por melhoria dos padrões de vida. Em períodos relativamente curtos, pode não ocorrer porque o desenvolvimento económico é acompanhado por forte concentração de renda, mas a médio prazo os salários e o padrão de vida médio da população aumentam e a pobreza diminui.

uma moeda demasiado forte, os custos industriais elevados e para o uso desadequado das receitas provenientes do gás natural como as principais causas do aumento do desemprego e do forte declínio no sector industrial. (Da Silva, 2014)

CAPÍTULO III - IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

3.1- Conceito - Índice de desenvolvimento humano

O primeiro estudo sobre o IDH foi apresentado por Mahbub ul Haq²⁴ com a colaboração do economista indiano Amartya Sen²⁵, vencedor do Prémio Nobel de Economia de 1998. O estudo surge com o propósito de apresentar outra dimensão para a classificação das economias. Os estudos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH desenvolvidos pelo PNUD consideram progresso humano e desenvolvimento económico somente quando haver melhorias na saúde das pessoas, educação e a renda das famílias.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH “é um composto índice com foco em três dimensões básicas do ser humano como a capacidade de levar uma vida longa e saudável - medido pela esperança de vida à nascença, capacidade de adquirir conhecimento - medido por anos médios de escolaridade e anos esperados de escolaridade, e a capacidade de alcançar padrão de vida decente - medido pela renda nacional per capita” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018).

O IDH visa as liberdades humanas. Trata-se de construir capacidades humanas não apenas para alguns mas para todos. Os estudos sobre o IDH têm como maior prioridade ampliar as fronteiras do pensamento analítico sobre o progresso humano além do crescimento económico, colocando firmemente o bem-estar humano no centro das estratégias e políticas de desenvolvimento.

Em 2010, foram introduzidas novas metodologias para a classificação do IDH dos países. “No antigo IDH os países eram classificados no intervalo de 0 à 1. Quanto mais próximo

²⁴ Mahbub ul Haq, economista paquistanês que em 1990 criou o Índice de Desenvolvimento Humano que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento utiliza para produzir relatórios anuais que examina os padrões de vida das pessoas para determinar a riqueza de seus países; anteriormente ele actuou como director de planeamento de políticas do Banco Mundial e ministro das Finanças do Paquistão (b. 22 de Fevereiro de 1934, Jammu, Índia - d. 16 de Julho de 1998, Nova York, N.Y.) (The Editors of Encyclopaedia Britannica - <https://www.britannica.com/biography/Mahbub-ul-Haq>), 2018).

²⁵ Amartya Sen (economista indiano) nascido em 3 de Novembro de 1933, Santiniketan, Índia, recebeu o Prémio Nobel de Ciências Económicas em 1998 por suas contribuições para a teoria da economia social e da escolha social e por seu interesse nos problemas dos membros mais pobres da sociedade (<https://www.britannica.com/search?query=Amartya+Kumar+Sen+> , 2018).

de 1, mais desenvolvido o país e quanto mais próximo de zero, menos desenvolvido. Com a nova metodologia a classificação dos países é baseada nas categorias muito alto, alto, médio e baixo. O relatório 2010 também inclui três novos índices: o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade -IDHD, Índice de Desigualdade do Género – IDG, e o Índice de Pobreza Multidimensional – IPM” (UNDP, 2018).

3.2- O estado global do desenvolvimento humano em 2018

O crescimento económico tem sido acompanhado pelo desenvolvimento económico em algumas sociedades e em outras o crescimento económico tem caminhado isoladamente o que criar vários problemas para as gerações actuais e futuras. Podemos desde já citar como exemplo: o fomento ao emprego e cuidados ao meio ambiente. Porque crescimento económico cria tecnologia capaz de substituir o trabalho humano e ao meio ambiente, porque quando empregue tecnologia sem observar a sensibilidade ambiental a produção industrial pode gerar problemas para gerações futuras. É possível observarmos em algumas economias em crescimento problemas como: pobreza, desigualdades e exclusão social, diferente ou em percentagem muito baixa em economias desenvolvidas.

As mudanças climáticas são hoje motivo de relevante preocupação das nações, mas é possível também observarmos alguns países que se vêm despreocupados com a situação, sem o cuidado dos inúmeros impactos ambientais que temos vindo a sofrer na última década.

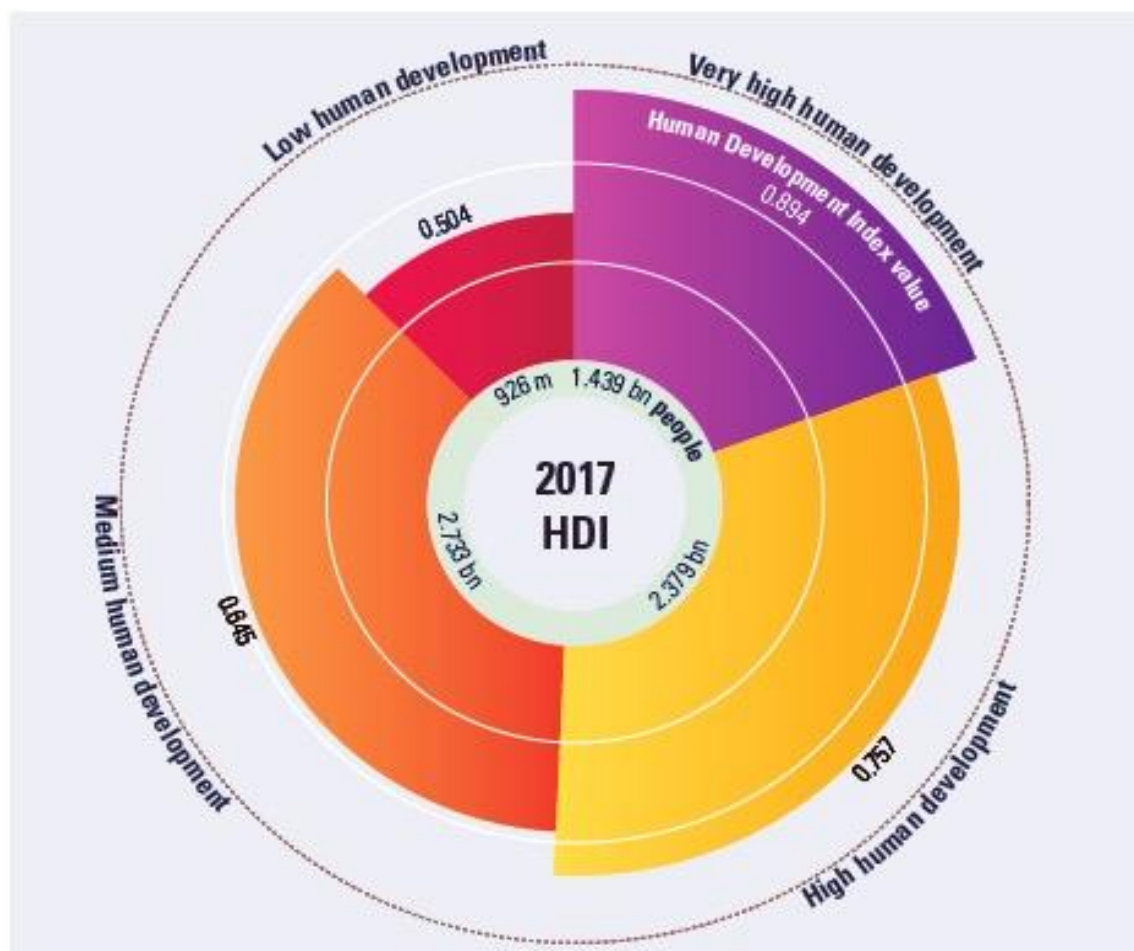
Vale realçar que as alterações climáticas atrasam o crescimento e o desenvolvimento económico no campo da agricultura e da indústria transformadora. “Hoje é possível vermos e sentirmos o nosso planeta mais desigual, instável e mais insustentável” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p. 7).

A desigualdade de género continua a ser uma das maiores barreiras ao desenvolvimento humano porque exclui muitos cérebros brilhantes. “A média do IDH para mulheres é 6 % menor do que a dos homens. Dados actuais de progresso poderia levar mais de 200 anos para fechar a abertura criada à desigualdade económica no género. Entre 2012 à 2017, os conflitos em Síria, Líbia e no Iêmen levaram a diminuição do IDH nestes países, devido aos declínios significativos na sua esperança de vida” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p. 7).

O crescimento económico actual em alguns países poderá custar a vida das futuras gerações se o quadro sobre as estratégias para o aproveitamento das benesses ambientais não forem revistas. Porque, no entanto, estamos a constatar periodicamente um clima em

mudanças, massivo declínio da biodiversidade, e o esgotamento dos recursos terrestres como a água potável, ameaças à humanidade que exigem um imediato e ambiciosa alteração dos padrões de produção.

Figura Nº 4 - Progresso do índice de Desenvolvimento Humano de 1990 - 2017



Fonte: United Nations Development Programme -UNDP (2018. p. 2)

A figura cima mostra o progresso do desenvolvimento humano mundial de 1990 - 2017 em termos do IDH e o número de pessoas nas quatro categorias de desenvolvimento humano. Os números presentes na parte mais interna de cada fatia, representam a população total nessa categoria de desenvolvimento humano, e a altura da fatia reflecte seu valor de IDH. Exemplo: Em 2017, 926 milhões da população mundial apresentaram índice 0,504/baixo IDH e 1.439 bilhões de habitantes estava no índice 0.894/muito alto IDH.

A “população mundial cresceu de 5 bilhões para 7,5 bilhões de habitantes de 1990 à 2017, o número de pessoas com baixo desenvolvimento humano caiu de 3 bilhões para 926

milhões - ou de 60% para 12% e o número de pessoas em desenvolvimento humano alto e muito alto triplicou de 1,2 bilhão para 3,8 bilhões - ou de 24% para 51%” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p. 2).

3.2.1- A desigualdade ajustada ao índice de desenvolvimento humano

A desigualdade ocorre quando indivíduos iguais perante a Lei ou que partilham a mesma nacionalidade e território não beneficiam das mesmas oportunidades de acesso à educação, saúde, inserção social, emprego e expressão. Há no mundo inteiro profundos desequilíbrios nas oportunidades das pessoas ao acesso aos bens de primeira necessidade e a outros bens como o acesso a tecnologia, créditos bancários/financiamentos. A desigualdade estende-se também na disparidade da renda pela localização territorial dos indivíduos do mesmo país. Acontece quando há discriminação territorial na elaboração dos orçamentos.

A desigualdade apresenta-se como ameaça a sociedade. Não é somente errada como também perigosa porque pode alimentar o extremismo e prejudicar o apoio a programas inclusivos e de desenvolvimento sustentável. A alta desigualdade pode levar a consequências adversas para a coesão social e a qualidade das instituições e públicas que por sua vez pode retardar o desenvolvimento humano e o progresso económico” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p. 14).

A desigualdade é um grande desafio ao progresso porque para além de ofuscar cidadãos empreendedores independentemente do sexo, promove a pobreza. Quanto a desigualdade da renda, é apontado por vários relatórios que 1 % da população mundial é mais rica que o resto da população mundial e 82% de toda a riqueza global em (2016), foi para o topo 1 %, enquanto a metade inferior da humanidade não viu aumento algum.

A desigualdade de género é outra variante do IDH que controla: a taxa de mortalidade materna, a taxa de natalidade por adolescente, a taxa das mulheres com assento parlamentar, taxa da população com ensino secundário concluído e a taxa da população feminina empregada.

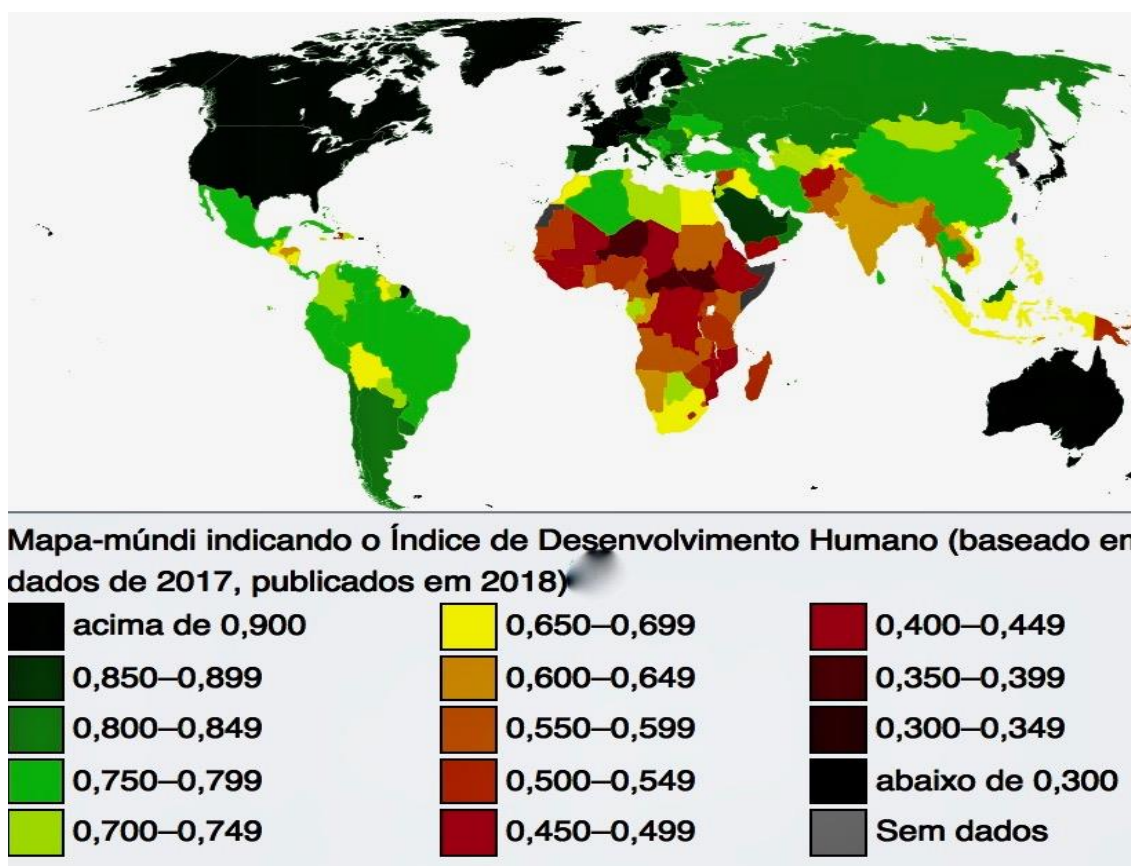
Figura Nº 5 – Desigualdades nos resultados do desenvolvimento humano em todo o mundo, 2017



Fonte: United Nations Development Programme - UNDP (2018).

Na figura Nº 5, é possível observarmos a grande disparidade em relações as variáveis apresentadas como por exemplo a diferença na esperança de vida entre a população de Hong Kong de 84.1 anos de idade e a de Serra Leoa que é de 52.2 anos de vida. As disparidades estendem-se ao PIB per Capita de Qatar que é 176 vezes mais alto em relação ao da República centro Africana.

Figura Nº 6 – Índice de Desenvolvimento Humano no mundo 2017-2018



Fonte: PNUD (2018).

A figura Nº 6 ilustra a distribuição do IDH por região. Constata-se que os Estados Unidos da América, a Austrália e parte da Europa apresentam melhores índices de desenvolvimento humano – muito alto. A América do Sul apresenta índice médio e alto m algumas regiões, a África apresenta-se como a região de baixo e com algumas regiões de médio IDH, a Ásia com IDH alto.

Tabela Nº 1- Classificação do IDH por Regiões e Grupos, 2015 – 2018

Região ou grupo	2015	2016	2017	2018
Desenvolvimento humano muito alto				
OCDE	0,886	0,890	0,893	0,895
Desenvolvimento humano alto				
Europa e Ásia Central	0,761	0,764	0,767	0,771
América Latina e Caribe	0,751	0,754	0,757	0,758
Ásia-Pacífico	0,720	0,725	0,730	0,733
Desenvolvimento humano médio				
Mundo árabe	0,690	0,694	0,697	0,699
Países em desenvolvimento	0,669	0,673	0,678	0,681
Pequenos países insulares em desenvolvimento	0,667	0,673	0,674	0,676
Ásia meridional	0,618	0,625	0,634	0,638
Desenvolvimento humano baixo				
África subsaariana	0,526	0,531	0,534	0,537
Países subdesenvolvidos	0,511	0,515	0,519	0,524

Fonte: Adaptado, UNDP (2018).

3.3 - Indicadores do Desenvolvimento humano²⁶

3.3.1- População

A população mundial tende a aumentar e prevê-se que até 2030 sejamos 6.5 milhões de habitantes, segundo o relatório do PNUD-2018. A população como indicador do desenvolvimento humano controla a sua variabilidade por meio do “crescimento médio anual, a percentagem da população urbana e rural, a percentagem da população com 5 anos de idade, a população dos 15 aos 64 anos e dos 65 anos para diante, a idade média da população por ano, a população dependente economicamente dos 15 aos 64 anos e o total da fertilidade, ou seja, o número de nascimento por cada mulher” (PNUD, 2018).

A população “mundial nos países desenvolvidos em 2017 era de 6,259.9 milhões, a perspectiva para 2030 é de 7,220.8 milhões, população urbana 49 %, idade média 28.1 anos de idade, a taxa de fertilidade é de 2.8, e com a previsão de 2.6 em 2020. Nos países menos desenvolvidos na mesma periodicidade, a população mundial era de 1.002.5 e com a perspectiva de 1.334.2 até 2030, população urbana 33 %, idade média 19.9 anos de idade, taxa de fertilidade 4.1 nascimentos por cada mulher. Globalmente a população mundial é de aproximadamente 7,550.3 triliões de habitantes com a previsão de aumentar para 8,551.2 triliões em 2030” (PNUD, 2018. p. 54).

3.3.2-Saúde

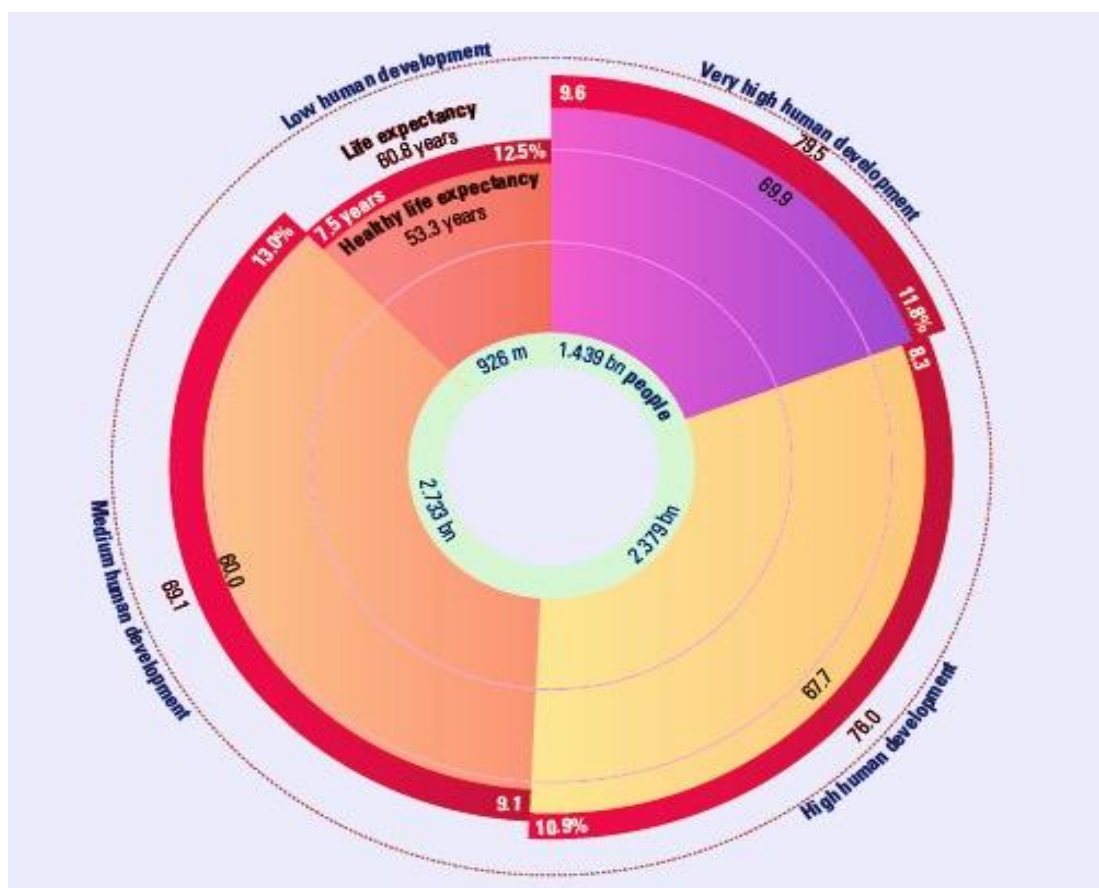
Estudos apontam que a nível global a expectativa de vida aumentou. A pesar da discussão sobre a qualidade de vida estar sempre presente. Os anos de vida ou anos vividos devem ser observados pelo ângulo da qualidade e não somente da quantidade segundo o PNUD. Estatisticamente a “Europa e a Ásia Central têm 24,7 médicos por 10.000 pessoas, Sul da Ásia 7,8 e África Subsaariana 1.9 número considerado assustador. O número médio de leitos hospitalares por 10.000 pessoas é de 58 em alta para países de desenvolvimento humano, em comparação com 13 em países de desenvolvimento humano médio e 9 em países de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2018. p. 18).

A expectativa de “vida saudável é 12 % menor que a expectativa de vida global para todas as regiões e grupos de desenvolvimento humano. Em média as pessoas em todo o mundo gastam 88% de sua vida em boa saúde, mas sobre grande medida aos desafios em seus últimos anos de vida. Extem grandes diferenças entre países e grupos de

²⁶ Informação detalhada em ANEXO sobre Indicadores do desenvolvimento humano – Global

desenvolvimento humano. Vejamos que a expectativa de vida saudável é 69,9 anos em muito alta para os países desenvolvidos, mas 53,3 anos em países com baixo desenvolvimento humano” (PNUD, 2018. p. 18

Figura Nº 7- Expectativa de vida saudável por grupo de desenvolvimento humano – 2017



Fonte: United Nations Development Programme - PNUD (2018).

Hoje com o aumento regular na esperança de vida á nascença a nível global, surge outra variável que vem a ser a expectativa de vida saudável. Não basta somente olhar pela quantidade dos anos que se vive, mas também a qualidade da nossa vida. A figura Nº 7, ilustra-nos sobre maneira a real diferença entre a esperança de vida à nascença e expectativa de vida saudável. Contudo, é possível observamos com base a figura Nº7, que o baixo desenvolvimento humano é caracterizado por uma expectativa de vida de 60.8 anos e a expectativa de vida saudável é de 53.3 anos de idade, com uma diferença de 7.5 anos ou seja 12.5%. Em relação aos países com IDH muito alto, a esperança de vida é de 79.5 anos, e a esperança de vida saudável é de 69.9 anos de idade com um diferencial de 9.6 anos ou seja 11.8%.

3.3.3- Educação

A educação é um dos elementos que compõe o estudo do IDH. A partir desta variável podemos observar a taxa de literacia dos países entre a população adulta e jovem, a população com o ensino secundário concluído, taxa de sobrevivência para o último grau de secundário e os gastos do governo com a educação. Esta ultima variável pode indicar-nos também o nível de interesses que um determinado Estado tem com a educação das suas populações.

A educação é um dos elementos indispensáveis para a construção das sociedades. Porque o desenvolvimento económico passa sobretudo pela formação do capital humano. A “taxa de literacia nos países desenvolvidos é de 81%, e de 59.6 % nos países menos desenvolvidos e somente 3.1 % do PIB é gasto com a educação nos países pobres, número que por si só justifica o estado actual da educação nestes países” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p.65)

3.3.4- Renda nacional e recursos

A distribuição desproporcional da riqueza nacional leva-nos ao estudo minucioso dos seus indicadores para que possamos identificar as causas da má distribuição da renda nacional. Comparando os valores dos países desenvolvidos a pesar de em muitos casos a renda nacional por indivíduos ser mais desproporcional nestes países. Para a análise da renda nacional o PNUD seleccionou os seguintes indicadores: o PIB, Bip per Capita, capital bruto de formação, a despesa sobre o consumo final da administração pública, taxa total das receitas do PIB, Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital, Crédito doméstico fornecido pelo sector financeiro e o índice do preço no consumidor.

Neste ponto interessa-nos tratar a diferença nos valores do crédito doméstico fornecido pelo sector financeiro nos países desenvolvidos e nos países menos desenvolvidos. De destacar que nos “países desenvolvidos este valor em 2017 era de 133.2 % do PIB, enquanto nos países menos desenvolvidos era de 38.4% do BIP” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p.69).

3.3.5- Emprego e desemprego

O emprego e o desemprego são problemas da economia mais relevantes e têm sido prioridade no governo de muitos Estados. O emprego que gera crescimento económico, coesão social, e desenvolvimento económico quando acompanhado as variáveis para a mensuração do IDH são observadas.

O desemprego causa muitos males como a insegurança social, nacional, o extermínio das massas, a exclusão social, estagnação da economia, etc. Para o estudo do emprego e desemprego o UNDP, seleccionou como indicadores: a taxa da população mundial empregada dos 15 anos de idade para diante, percentagem da população empregada no sector da agricultura e nos serviços, total da população activa desempregada, população analfabeta e desempregada, trabalho infantil, idade da população à reforma.

Nos países “desenvolvidos a população total empregada é de 62.4 %, no sector da agricultura é de 31.7%, e 46% no sector dos serviços. Nos países menos desenvolvidos 68.4% da população esta empregada dos quais 60% no sector da agricultura e 27.2% no sector dos serviços” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p.73).

Estes números justificam o fenómeno que temos observado em relação ao rendimento por sectores. A agricultura emprega mais população nos países pobres assim como também estas populações são menos remuneradas.

3.3.6- Segurança humana

A segurança humana visa a liberdade das pessoas do medo ao crime, violência, e da independência política que dá aos indivíduos a liberdade de exprimir as suas ideias e opiniões livremente. A central “abordagem sobre a segurança humana é sobre o pensamento ou a visão geral que se tem do direito de viver em liberdade e dignidade, isto é, livre da pobreza e da aflição, para desfrutar de todos seus direitos e desenvolver plenamente seu potencial humano” (UNDP-Human Development Report Office, 2013.p.3).

O RDH de 1994, definiu sete dimensões essenciais da segurança humana: dos quais a segurança económica e alimentar, saúde, segurança ambiental, segurança pessoal, da comunidade e a segurança política.

A relação entre o desenvolvimento humano e a segurança humana é visível porque a preocupação com a segurança das pessoas autentica reduzir ao máximo todos tipos de ameaça à pessoa e à colectividade. Estas ameaças estendem-se a segurança económica, isto é, ao desenvolvimento sustentável, de modo que se produzam riqueza sem danificar o meio ambiente. A paz, os direitos humanos, economia de mercado, liberdade cultural, etc., são pilares importantes ao desenvolvimento económico. Por outro lado, a guerra as fricções políticas, são elementos presentes em economias menos desenvolvidas.

A discussão sobre o tema da segurança humana está presente em todos os cenários da nossa vivência quotidiana. Viver em liberdade e dignidade, livre da pobreza e do medo, em

igual oportunidade de acesso aos bens de primeira necessidade é e continuará a ser o tema central nas discussões sobre a segurança humana. Para medir a segurança humana de um determinado país ou região é necessário controlar: “o registo/cadastro da população até 5 anos de idade ao nascimento, calcular o número de refugiados por país de origem, a dispersão da população interna, número de pessoas sem-tecto devido a desastres naturais, população prisional, taxa de crianças órfãs, taxa de homicídio e suicídio por 100.000 pessoas, a insuficiência alimentar e o numero de mulheres/mães solteiras” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p. 74).

As estratégias de desenvolvimento com base na segurança e desenvolvimento humano, devem passar pela abordagem das desigualdades entre os grupos, pondo de parte assuntos ligados a situação cultural, do género, dos grupos minoritários e regionais. É tarefa dos governos liderar os debates e o combate as injustiças e instabilidade. Os governos devem tomar seu poder de garantia da segurança física das pessoas, levando-as a dispensar os serviços de segurança privada.

3.3.7- Bem-estar: como indicador suplementar

O bem-estar pode ser apresentado como o estado de espírito e físico livre de qualquer complicação e/ou preocupação. É a vida saudável em pleno, estar em harmonia as actividades que se esta a realizar como: trabalho, treino, alimentação, viagem, descanso, família, leitura, etc. O bem-estar deve ser observado a partir da dimensão do indivíduo, da colectividade e da satisfação dos serviços da administração pública.

O bem-estar é medido a partir dos seguintes indicadores: “a qualidade da educação, cuidados de saúde, satisfação do padrão de vida, a taxa de segurança pessoal, a liberdade de escolha, a satisfação geral do índice de vida, ambiente saudável de trabalho, trabalho voluntário, confiança no sistema judicial, satisfação a intenção de preservação do ambiente e a confiança no governo” (United Nations Development Programme - UNDP, 2018. p. 82).

O estudo do bem-estar ultrapassa a dimensão meramente económico, porque hoje, há estudo sobre a psicologia que enfatizam a problemática do bem-estar. Psicólogos tendem a enfatizar particularmente a natureza da felicidade como humor ou estado emocional. A satisfação no trabalho deve ser encarada como um dos motores para o crescimento económico e Richard Freeman (1977), em uma das suas abordagens, “afirma que a satisfação no trabalho deve ser tratada como uma variável económica”, porque se as pessoas

se sentem bem no seus empregos há um potencial determinante para a eficiência na produção e consequentemente a satisfação dos consumidores.

Tabela Nº 2- Indicadores de medicação do bem-estar a nível das organizações

Organização	Indicadores	Outros indicadores
Centro de estudos do Butão	Bem-estar psicológico, apoio social, bem-estar mental, espiritualidade, experiência emocional	Saúde, uso do tempo e equilíbrio, educação, cultura diversidade e resiliência, boa governança, vitalidade comunitária, diversidade ecológica e resiliência, padrões de vida
União Europeia (28 países)	Satisfação da vida	Condições materiais de vida, educação, lazer e interações social, segurança económica e física, governança e direitos básicos, protecção do meio Ambiente
UNICEF Fundação das Nações Unidas para a Infância	A satisfação dos cidadãos dos 15-24 anos de idade	O Levantamento de Grupos de Indicadores em relação a qualidade de vida e saúde, com foco nas mulheres, crianças
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (36 Países)	Satisfação da vida	Renda e riqueza, empregos e ganhos, habitação estado de saúde, trabalho e vida, educação e competências, conexões sociais, engajamento e governança, qualidade ambiental, segurança pessoal
Reino Unido (Escritório de Estatísticas Nacionais)	Satisfação de vida As coisas que o cidadão faz na vida são as que valem a pena Felicidade hoje, ansiedade ontem.	Onde moramos, finanças pessoais, economia, educação e habilidades, governança, meio ambiente, nossos relacionamentos, saúde, e o que fazemos.

Fonte: Adaptado de UNDP (2016).

3.3.8- Tratados fundamentais de direitos humanos

As discussões sobre os direitos fundamentais são hoje tema e Este está intrinsecamente ligado a qualidade de vida dos cidadãos. As diferenças culturais, raciais, económica e religiosas, são alguns dos tópicos que iluminam sobre maneira este assunto. Em algumas sociedades e principalmente as mais desenvolvidas notam-se um certo avanços na

concretização da garantia dos direitos fundamentais. Porque é nos países em conflito e de extrema insegurança onde registam-se maiores violações aos direitos fundamentais.

Nações Unidas define direitos humanos como “direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente da nacionalidade, local de residência, sexo, étnica, cor, religião, idioma ou qualquer outro status. Esses direitos são todos inter-relacionados, interdependentes e indivisíveis” (UN. <https://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/WhatareHumanRights.aspx/>, 2018)

Direitos humanos universais são de acordo os estudos das Nações Unidas expressos e garantidos por lei, nas formas de tratados, direito internacional consuetudinário, princípios gerais e outras fontes do direito internacional. O direito internacional dos direitos humanos estabelece “obrigações dos governos de agir de determinadas maneiras ou de se abster de certos actos, a fim de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de indivíduos ou grupos” (<https://www.ohchr.org/EN/Issues/Pages/WhatareHumanRights.aspx/>2018).

DH são universais e inalienáveis, porque promovem e protegem todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, independentemente de seus sistemas político, económico e cultural. Achamos o actual e relevante desde 1965 à 2018, foram criadas varias convenções e organizações com objectivo da materialização da garantia dos direitos fundamentais, como a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial de 1965, o Pacto Internacional do direito político e civil de 1966, a Aliança Internacional sobre Direitos Económico, Culturais e Sociais de 1966, Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra Mulheres de 1979, Convenção contra a tortura e outros Cruéis tractos, Desumanos ou degradante Tratamento ou Punição de 1984, Convenção sobre os direitos da criança de 1989, Convenção Internacional sobre a protecção dos direitos de todos os migrantes Trabalhadores e Membros e Suas famílias de 1990, Protocolo Opcional sobre a Convenção dos direitos da criança no envolvimento de crianças em arma e em conflito de 2000, Protocolo Opcional da Convenção dos direitos da criança e sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia de 2000, Convenção Internacional para protecção de todas as pessoas de Forçado Desaparecimento de 2006, e a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006.

As Nações Unidas no seu relatório de 2012 sobre os indicadores dos direitos humanos, expõem determinados indicadores para a medição do estado de um determinado país em relação a garantia dos direitos fundamentais como: “o número de extrajudiciais, a

taxa de execuções sumárias ou arbitrárias, número de vítimas de tortura pela polícia e pelas forças paramilitares, número de crianças que não têm acesso ao ensino primário por discriminação por parte das autoridades” (United Nations, 2012. p.2).

3.4- Sustentabilidade ambiental e socioeconómica

A sustentabilidade ambiental é um dos temas mais actuais do século XXI devido os inúmeros impactos e catástrofes naturais que o planeta tem enfrentado. Trata da sensibilização de todos os habitantes do planeta no sentido de tomar cuidado durante o consumo e tratamento diário da água, energia, resíduos sólidos, florestas e tomar consciência de que qualquer pequeno gesto que seja é suficiente para a manutenção de um ambiente saudável hoje e para as futuras gerações. Apesar das grandes indústrias transformadoras serem hipoteticamente os maiores responsáveis pelas alterações climáticas.

O conceito de sustentabilidade “está cada vez mais desacreditado como um conceito útil por si só, porque parece estar a servir outros propósitos quando precedido por um modificador delineador como o ecológico ou agrícola ou até mesmo económico” (Morelli, John. 2011. p. 2).

Como indicadores para medir a sustentabilidade ambiental dos países, são observados principalmente “a percentagem total anual do consumo das energias fósseis como o carvão mineral, gás natural e o petróleo. Em 2015, o consumo destes combustíveis nos países desenvolvidos foi de 80.6 % muito maior em relação aos países pobres apesar dos dados destes países não serem confirmados. Outra variável é a percentagem total do consumo das energias renováveis, emissão Per Capita do dióxido de carbono, percentagem total das áreas florestais, percentagem total do consumo das águas reaproveitadas, quantidade da poluição ambiental por cada 100.000 habitantes, e a percentagem da mortalidade infantil atribuída ao saneamento básico degradável” (UNDP Human Development Report. 2018. p. 99).

Para que se atinja a sustentabilidade ambiental é necessário o mínimo de esforço de todos, tal como já mencionamos nos parágrafos anteriores. Os governos devem promover a literacia ambiental por meio de todos os canais de comunicação possíveis. A sustentabilidade ambiental refere-se ao cuidado que o homem deve ter na exploração do ecossistema e da biodiversidade. É a exploração da biodiversidade pelo homem para responder as suas ilimitáveis necessidades sem agredir a natureza.

Os princípios orientadores para sustentabilidade ambiental são: “não produzir nada que exija ou comprometa o futuro das gerações, revisar os atributos das matérias-primas e

fazer da sustentabilidade um requisito fundamental na seleção de ingredientes para novos produtos e serviços, selecionar as matérias-primas que mantêm a biodiversidade dos recursos naturais, preferência pelo uso responsável de fontes de energia sustentáveis e investir em melhoria da eficiência energética, manter as taxas de colheita de recursos renováveis como insumos dentro das capacidades regenerativas do sistema natural que os gera, restringir o uso de recursos não renováveis, e abordar todo o desenvolvimento de produtos e decisões de gestão de produtos com total consideração aos impactos ambientais do produto ao longo do seu ciclo de vida”(Morelli, John. 2011. p. 5).

Há necessidade do homem promover uma relação de cuidados recíprocos com o ambiente ou o ecossistema e a economia de maneira a assegurar a limpeza do ar, água, da terra com vista a produção eficiente e ambiente socioeconómico responsável. A responsabilidade do homem em tratar do ecossistema deve partir da ideia de que o desenvolvimento tecnológico, produção alimentar, de recursos bioquímicos e genéticos provêm directamente do ecossistema.

Quanto a sustentabilidade social “é um processo positivo que ocorre dentro das comunidades, pode ser alcançado com a inclusão dos seguintes princípios correspondentes: a equidade de acesso aos principais serviços, equidade entre gerações, sistema de relações que valorize diferentes culturas, participação política dos cidadãos particularmente a nível local, realização de senso de propriedade da comunidade, existência de sistema de transmissão de consciência da sustentabilidade social, mecanismos para a comunidade cumprir com as suas necessidades próprias sempre que possível, e a advocacia política para atender às necessidades da comunidade” (Morelli, John. 2011. p. 4).

Para medir a sustentabilidade socioeconómica as Nações Unidas por meio do seu programa para o desenvolvimento selecionou as seguintes variáveis: “a poupança líquida ajustada com base ao índice de GINI, o total dos serviços de débito com base as exportações das mercadorias, a disponibilidade dos serviços e bens de primeira necessidade, capital bruto de formação em relação ao percentual do PIB, percentagem da força de trabalho especializada, concentração das importações e exportações, despesa em pesquisa e desenvolvimento, despesa militar, rácio da despesa com saúde e educação em relação a despesa militar, perda geral do IDH devido a desigualdade, índice de desigualdade do género, e a proporção da renda quintil” (UNDP - Human Development Report, 2018, p. 101).

A pesar das economias teoricamente não se desenvolverem somente com o seu próprio capital humano, é importante considerar na mensuração dos indicadores para a

sustentabilidade socioeconómica a percentagem da força de trabalho especializada porque é um indicador que nos pode ilustrar a capacidade de o país poder desenvolver-se com os seus próprios quadros e porque também a taxa de alfabetização e de literacia da sociedade passa também por meio deste indicador. A sustentabilidade económica “exige que a actividade económica actual não sobrecarregue desproporcionalmente as gerações futuras. É a preservação dos activos ambientais. A sustentabilidade económica deve envolver análises para minimizar custos sociais.” (Morelli, John. 2011. p. 3).

A sustentabilidade económica “é responsável pela manutenção dos níveis elevados e estáveis de crescimento económico. A qualidade do crescimento é importante, assim como a quantidade ”(UK Government Annual Report 2000, January 2001)

3.6- Conclusão

No presente capítulo abordamos o IDH- Índice de desenvolvimento humano e outros tópicos que o complementam como: a sustentabilidade ambiental, socioeconómica, e direitos humanos. Por meio da pesquisa bibliográfica desenvolvemos o estudo sobre o IDH, enquanto variável importante na medição do nível de desenvolvimento das sociedades, com o objectivo de compreender a importância desta variável e dos seus componentes que são a expectativa de vida à nascença, rendimento das famílias e a capacidade ou oportunidade de acesso a educação; elementos importantes e indispensáveis no desenvolvimento dos países.

Após a revisão da literatura existente em especial o Relatório de desenvolvimento das Nações Unidas de 2018, foi possível observarmos um percentual muito elevado nestes indicadores nas economias mais desenvolvidas e uma redução ou taxas muito baixas destes indicadores nos países menos desenvolvidos.

O IDH avalia os países em uma escala de 0 a 1. O índice 1 não foi alcançado por nenhum país, portanto tal índice iria significar que determinado país apresenta uma realidade quase perfeita. Por exemplo, uma elevada renda per capita, expectativa de vida de 90 anos e assim por diante. O mesmo acontece com o índice 0, pois se isso ocorresse em algum país era o mesmo que apresentar, por exemplo, taxas de analfabetismo de 100% e todos os outros indicadores em níveis desastrosos.

O IDH é expresso em várias dimensões do ser humano desde a capacidade de levar uma vida longa e saudável medido pela esperança de vida à nascença, a capacidade e oportunidade de adquirir conhecimento medido por anos médios de escolaridade e pelos

anos esperados de escolaridade, e a capacidade ou abertura de alcançar um padrão de vida decente medido pela renda nacional per capita.

Quanto a população o PNUD prevê aumento dos 7.550.3 triliões de habitantes, actualmente existente no planeta para 8.551.2 triliões em 2030, numero que nos leva a reflectir sobre as ferramentas de produção alimentar e de utensílios a utilizar para as futuras gerações sem degradar o ambiente.

A expectativa de vida saudável é a nível global 12% mais baixa que a esperança de vida a nascença segundo dados do relatório das Nações Unidas para o desenvolvimento humano. Esta variável surge para desfazer-se do número da população mundial com incidência da Tuberculose e da população que vive com HIV, para além de outros males que diminuem a qualidade de vida.

No tocante a segurança humana o trabalho desenvolvido pelas Nações Unidas ganha relevância quando relacionam a segurança humana aos conceitos de desenvolvimento humano e direitos humanos.

O bem-estar torna-se palpável quando conectado a garantia a saúde, educação, emprego, a electricidade, liberdades e oportunidades, e a facilidade do acesso aos bens de primeira necessidade. Apesar de que a sua definição estar aberto a vários outros conceitos. Quanto a sustentabilidade ambiental a questão mais importante a responder é como atender às necessidades de recursos e serviços das populações actuais e das gerações futuras sem comprometer a saúde do ecossistema.

Por último, concluímos que o desenvolvimento humano deveria ser acompanhado pelos pressupostos que visa a preservação do ambiente ou da sustentabilidade ambiental, social e económica, para que se possa atingir o verdadeiro desenvolvimento e este avanço poder de forma segura ser transferida para as futuras gerações.

PARTE II

CAPÍTULO IV - Caracterização de Angola

3.1- Caracterização de Angola

Angola situa-se na região ocidental da África Austral, sua superfície é de 1.246.700 km², 1.650 Km de costa atlântica, 4.837 Km de fronteira terrestre, limitado a Norte pela República Democrática do Congo, a Leste pela República Democrática do Congo e República da Zâmbia, a Sul pela República da Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Constituída por 18 províncias, capital província de Luanda. A moeda oficial de Angola é o Kwanza. A Língua Oficial é o Português, para além de diversas línguas nacionais (dialectos), mais faladas o Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote, e o Nganguela.

O clima em Angola tem duas estações o verão, período mais quente que ocorre entre os meses de Setembro a Maio e o Inverno ou Seca menos quente vai de Maio a Setembro. A diversidade climática corresponde ao potencial turístico representado por um património natural riquíssimo em flora e fauna diversificada, possibilitando a prática do turismo de sol e mar.

A economia de Angola cresceu ligeiramente desde o final da guerra em 2002. No entanto, o país continua a enfrentar enormes desafios que a diversidade económica poderia reduzir significativamente a dependência ao petróleo.

O contexto político de Angola é actualmente marcado pela primeira mudança de presidente em 38 anos. As últimas eleições gerais de Agosto de 2017 levaram o Presidente João Gonçalves Lourenço ao cargo, substituindo José Eduardo dos Santos, presidente de Angola de 1979 a 2016.

Seis partidos políticos participaram das pesquisas de Agosto. O Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), liderado por João Lourenço, União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Isaías Samakuva, a Ampla Convergência para a Salvação de Angola –A Coalizão Eleitoral (CASA-CE), liderada pelo Dr. Abel Tchivukuvuko, o Partido da Renovação Social (PRS), liderado por Benedito Daniel, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), liderada pelo Dr. Lucas Ngonda e a Aliança Patriótica Nacional (APN) liderada pelo Dr. Quintino Moreira.

3.2- Situação económica de Angola

O excepcional crescimento da economia Angolana nos últimos anos, foi impulsionado pelo alto preço do barril do petróleo no mercado internacional. Hoje, o preço do petróleo no mercado internacional está abaixo dos 50 dólares por barril, valor significativamente abaixo dos preços superiores à 100 USD verificados entre 2002 e meados de 2014. Angola deve ajustar-se a nova realidade económica, sempre se apoiou no poder do petróleo em detrimento da diversificação dos riscos da sua fonte de receita. É um país fortemente dependente de importações e a baixa do preço do barril do petróleo trouxe consigo a ausência de divisas o que vem cada dia encarecendo a vida dos seus habitantes.

A evolução desfavorável do preço internacional do petróleo continuou a condicionar a conjuntura económica em Angola durante o ano de 2017. O nível de actividade económica mantém-se em abrandamento, com o produto a evidenciar um crescimento nulo em 2016. A economia apresenta défices nas contas públicas e externas, não obstante a diminuição das importações de bens e serviços e a contenção das despesas correntes.

O OGE 2018, “contempla fluxos globais de Receitas Fiscais de Kz 3 522,9 mil milhões, e de Despesas Fiscais fixadas em Kz 5 105,8 mil milhões – correspondendo a um aumento de 6,2%, relativamente as Despesas do OGE 2017. O défice global previsto é de Kz 697,4 mil milhões, ou seja, 2,9% do PIB” (<http://www.parlamento.ao/pt/noticias/iii-28,08,2018>).

Perante essas adversidades o kwanza depreciou-se, provocando pressões inflacionárias que interromperam o processo de desinflação iniciado em meados de 2011. O preço do petróleo diminuiu, sendo previsível para permanecer baixo por muito tempo, devido à oferta de petróleo de xisto e demanda global reduz negativamente as receitas angolanas e conduz a défices orçamentários, a falta de divisas e reservas cambiais a cair abruptamente causando desvalorização e acelerar a inflação no curto prazo. Ao mesmo tempo os subsídios aos combustíveis foram cortados reduzindo o rendimento disponível das famílias.

A “desvalorização do kwanza está a provocar mais inflação e pressão para os consumidores angolanos, particularmente as pessoas que costumavam ter acesso a bens de luxo, correm risco de tornarem-se os novos pobres, perdendo todo o seu estilo de vida actual e enfrentar a falta de liquidez mais cedo do que poderiam esperar. É possível que o governo angolano opte pela falência de moeda estrangeira, forçando a conversão ao kwanza e

obviamente, despojando os depositantes que correm risco de sofrer desvalorização sucessiva que acabará por destruir as suas poupanças” (Angola Outlook, 2016).

Os diferentes sectores da actividade produtiva da economia de Angola encontram-se em desequilíbrio total e este cenário abrange não só a economia petrolífera como também sectores não petrolíferos como a agricultura, a indústria, a pesca, a banca e outros, pela dependência das importações.

Os principais países de exportação de Angola são o EUA, a China e a Coreia, os principais países de procedência de importadores para Angola, são Portugal, África do Sul e Brasil. Parece não existir cooperação económica entre Angola e os seus parceiros comerciais entre as importações e exportações. Angola poderia aproveitar a experiência industrial dos seus parceiros de procedência de importação para que esta dependência pudesse diminuir apostando na produção interna nacional ou no investimento directo estrangeiro.

Foi agora criado com intuito de orientar o país face à actual situação financeira e económica que está mergulhado, o Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) 2018-2022, documento que constitui o segundo instrumento de planeamento de médio prazo na sequência do plano 2013-2017, que terá falhado por falta de vontade política.

Indicadores macroeconómicos durante os anos de 2002 à 2017 para Angola foi o seguinte:

Tabela Nº 3 - Variação média dos indicadores económicos 2002 - 2017

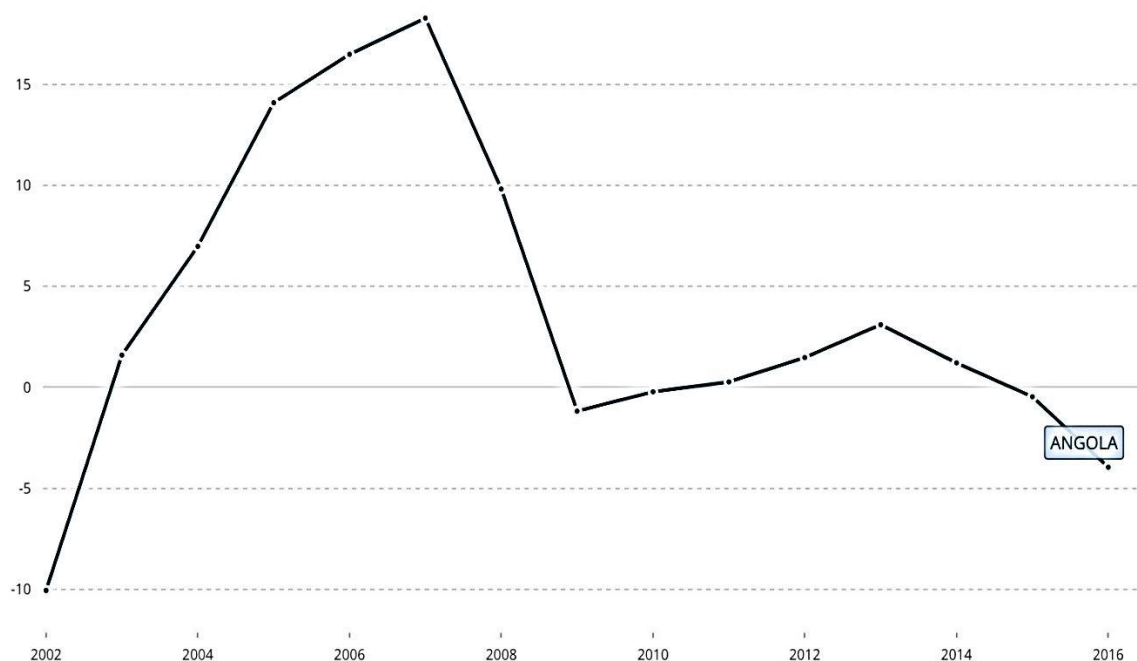
Descrição	Valor
Taxa da variação média PIB	6.10 %
O produto médio por habitante até 2016	393 853 AKZ / 1.435,73 EUR
Ganho médio da produtividade 2002 - 2016	2,70 USD
Salário mínimo Nacional - 2017	16.503,30 AKZ / 60,1538 EUR
Taxa de inflação homóloga - 2017	20,22%
Dívida Pública - 2016	77,71 % do PIB
Dívida Externa - 2016	42,6 % do PIB
Défi ce Fiscal ²⁷ 2017	5,3% do PIB

Fonte: Adaptado ao <http://www.imf.org/en/Countries/AGO>, FRED, BNA (2017).

²⁷ O défi ce fi scal é a diferença negativa entre os rendimentos e as despesas públicas num determinado prazo. Ocorre quando há resultado negativo das contas do Estado. Quando os rendimentos auferidos não gastos não sejam suficientes para fazer frente ao valor dos compromissos de pagamento legalmente adquiridos pelo mesmo orçamento. (www.bportugal.pt/glossario/a, 2018)

A falta de indústrias no país é na nossa visão um dos factores principais da petrodependência. Há no entanto, uma realidade económica diminuída e uma classe empresarial que reclama por medidas de protecção do tecido empresarial.

Gráfico Nº 1- Variação do PIB per capita (% anual) 2002-2017



Fonte: Adaptado Data.worldbank (2017).

O PIB *per capita* de Angola como é possível observar no gráfico Nº 01, teve maior subida no ano 2007 a 2008 e uma queda em 2009. Em 2002, podemos observar a maior inclinação do gráfico pela negativa porque representa o ano em que o país sai do período da guerra civil que durou mais de três décadas. A partir do segundo semestre de 2014 observamos uma descida regular, e tímida subida até 2016 porque marca o período da crise financeira e económica no país devido a queda do preço do barril do Petróleo no mercado internacional.

3.2.1- Potencialidades económicas de Angola

Angola é um país potencialmente rico em recursos naturais como: minerais, hídricos, solo arável, e uma vasta e diversificada fauna e flora. Angola coleciona outra potencialidade económica, que podemos encontra-las nos seus recursos humanos a pesar de serem menos aproveitados em função de situações políticas-partidárias. O nepotismo e a corrupção existente em quase todos os sectores da economia Angolana, despreza o melhor e mais rico capital e consequentemente empobrece o país.

Estima-se que o “sub-solo alberga 35 dos 45 mais importantes recursos minerais do comércio mundial entre os quais se destacam o petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais”. (<http://www.governo.gov.ao/opais.aspx/2017>).

A flora angolana apresenta cinco tipos de zonas naturais, a floresta húmida e densa como a de Maiombe que contém as mais raríssimas madeiras do mundo, Savanas, normalmente associadas às matas como é o caso das Lundas, Savanas secas com árvores ou arbustos em Luanda, baixa de Kassanje e certas áreas das Lundas. Existe zonas de Estepe ao longo da faixa que tem início a sul do Sumbe e a desértica que ocupa a estreita faixa costeira no extremo sul do país onde podemos encontrar no deserto do Namibe uma espécie única no mundo que tanto caracteriza este país a Welwitchia Mirabilis, com particularidade que enriquece o mosaico turístico do país.

Quanto a “fauna conhecem-se inúmeras espécies espalhadas por várias regiões como as Gorilas, Chimpanzés e Papagaios, Golungo, Palanca Negra-Gigante - espécie nativa, rara e em vias de extinção, a Seixa, e os Elefantes. Já nas regiões mais secas aparecem a Cabra de Leque, Guelengue do deserto ou Orix, Gnu, Impala, Chita, Búfalo, Elefante, Zebra e a Girafa. A fauna marítima angolana é rica em variedade de peixes e mariscos presentes também nos rios”.(<http://www.governo.gov.ao/opais.aspx/2017>).

A riqueza hídrica de Angola justifica-se pelos inúmeros rios que possui e pelas suas extensões. O principal rio de Angola é o Kwanza, dá nome a moeda nacional com 1000 Km de longitude, apenas 240 Km são navegáveis. De seguida, o Kubango com 975 Km, depois o Cunene com 800 Km e por fim, na lista dos quatro principais do país, o Zaire com 150 Km de longitude, sendo este último, todo navegável.

O território de Angola possui costa marítima de 1.650 km de norte a sul, banhada pelo Oceano Atlântico, com praias propícias ao mergulho e clima tropical, favorável para a prática de turismo de sol e mar. Os rios oferecem oportunidades para a implementação de

negócios de interesse turístico ou mistos. A produção de diamantes é a segunda maior exportação do país, cresceu rapidamente em 2006 com a introdução da tecnologia de ponta nos últimos anos.

Tabela N° 4- Produtividade Sectorial 2002 - 2016

Sectores de actividade	PRODUTIVIDADE SECTORIAIS APARENTES DO TRABALHO (USD Correntes)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agricult.Pecuá.Florestas	291	320	456	607	754	947	1.143	1.116	1.388	1546,748395	1.564	1.803	2.088	1.826	1.615
Pescas	10.809	11.181	13.681	18.252	27.585	33.388	39.899	32.128	31.488	32988,63612	29.812	32.548	37.159	36.460	63.038
Petróleo e Gás	498.675	494.774	649.428	1.261.889	1.543.835	575.934	680.370	393.954	451.424	558418,7918	577.596	520.517	499.190	330.634	417.169
Diamantes e outros	38.469	18.738	17.713	24.786	23.501	40.548	37.815	20.858	35.634	60419,76789	36.078	31.136	30.211	41.293	22.339
Indústria transformadora	10.467	13.193	20.446	27.309	33.896	38.056	52.504	38.155	50.566	89123,44559	64.330	66.505	71.013	87.015	43.948
Electricidade	26.049	13.582	16.777	13.448	48.588	68.165	42.497	69.411	67.605	78068,1537	189.011	19.910	10.823	7.295	4.660
Construção	5.124	4.864	5.936	9.363	13.293	15.694	18.466	15.766	19.873	21025,5912	26.037	31.096	34.083	25.742	22.430
Comércio	2.141	2.479	3.380	4.978	5.418	6.548	8.348	6.549	7.177	7048,68661	5.464	6.064	6.116	4.861	10.153
Transportes/armazena	4.273	4.767	5.973	8.375	11.938	16.042	25.956	14.482	19.759	17417,95312	23.103	20.958	16.921	9.676	8.128
Correios/telecomunica	65.089	44.881	60.159	161.832	171.655	222.474	311.082	281.403	205.693	284313,2388	331.806	364.313	379.034	300.082	132.604
Bancos e Seguros	57.886	55.220	71.706	82.184	103.064	92.868	108.769	98.870	78.700	77370,9174	56.297	64.192	69.792	57.740	82.374
Estado	4.371	5.340	6.540	9.562	12.313	14.463	20.203	20.089	18.892	29268,15508	31.882	50.300	51.660	38.146	14.416
Serviços imobiliários	2.813.881	2.702.941	4.605.599	5.188.135	6.232.306	7.500.706	7.858.169	7.162.173	7.235.918	6618849,905	9.235.834	11.486.410	12.618.077	10.439.274	8.558.746
Outros serviços	3.851	4.278	5.084	7.613	13.341	10.282	13.956	10.234	13.195	13395,24107	15.113	11.552	8.175	6.370	8.251
ANGOLA	3.946	4.012	5.408	8.820	11.149	13.389	17.525	12.439	15.267	18777,87306	20.207	21.252	20.849	15.726	14.504

Obs: apresentado em milhões de USD

Fonte: CEIC – UCAN (2016).

A economia angolana apresenta um índice de produtividade²⁸ pouco satisfatório em relação as necessidades de consumo interno, observando o mercado angolano de consumo e bens de luxo, verifica-se uma elevada dependência no mercado externo.

²⁸ É a relação entre os meios, recursos utilizados e a produção final. É o resultado da capacidade de produzir, de gerar produto, fruto do trabalho, associado à técnica e ao capital empregado. Produtividade é a expressão da eficiência de qualquer negócio. Para uma indústria, por exemplo, a produtividade está diretamente ligada à eficiência na produção. (<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/produtividade>, 2017)

Ao longo prazo é o crescimento da produtividade que pode reger a evolução dos salários e ganhos de bem-estar aos consumidores. Há aparente debilidade na produtividade em Angola, porque os sectores de actividade económica líder da produtividade, não estão representados no país em grande dimensão, como a indústria transformadora, serviços e os centros de formação técnico profissional.

Como ilustra a tabela Nº 04, a maior zona de produtividade da economia nacional está nos serviços imobiliários, em 2016, facturou 8.558.756 milhões de USD, seguido pelo sector dos petróleos e gás que juntos facturaram em 2016, 417.196 milhões de USD.

Tabela Nº 5- Contribuição por sectores da economia

CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO (%)		
Sectores de actividade	MÉDIA 03/15	MÉDIA 03/16
Agricult.Pecuária.Florestas	0,38	0,35
Pescas	0,14	0,14
Petróleo e Gás	2,98	2,71
Diamantes e outros	0,09	0,09
Indústria transformadora	0,28	0,25
Electricidade	0,11	0,11
Construção	0,97	0,88
Comércio	0,67	0,62
Transportes/armazena	0,19	0,13
Correios/telecomunica	0,37	0,36
Bancos e Seguros	0,14	0,15
Estado	0,74	0,60
Serviços imobiliários	0,34	0,33
Outros serviços	0,30	0,26

Alguns dos sectores económicos considerados como “drivers” da diversificação, não conseguem assumir este papel, quedando-se as suas contribuições para o crescimento do PIB em cifras irrisórias.

Fonte: CEIC – UCAN, Relatório económico (2016).

3.3- Situação social de Angola

Segundo o relatório do Ministério do Planeamento de Angola - 2005, em 2004, após o recente fim do conflito armado, o governo angolano elaborou o plano Estratégico de Combate à pobreza com o objectivo principal de preparar as medidas para combater este fenómeno, que afectava 68% da população angolana, dos quais 26% encontravam-se em condição de pobreza extrema, ou seja, vivem com 0,75 dólares por dia. Foram identificadas como principais causas da pobreza no país, o conflito armado, pressão demográfica, a

destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais, o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e protecção social, a quebra acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, a debilidade do quadro institucional, desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficácia das políticas macroeconómicas.

Hoje volvidos 16 anos de paz, parece o cenário continuar o mesmo. O povo de Angola continua com as mesmas dificuldades básicas, ou seja, a viver em níveis de educação, saúde, saneamento básico e energia, distantes das expectativas.

A expectativa de vida e a mortalidade infantil no país parecem continuar entre os piores do mundo, além da presença notável da desigualdade económica, pois, a grande fatia da riqueza nacional está concentrada em pequeno grupo da população. Angola é considerado o país menos desenvolvidos do planeta pela Organização das Nações Unidas e um dos mais corruptos do mundo pela Transparência Internacional²⁹.

Quanto as classes sociais, segundo auferimos existe em Angola uma classe alta, a classe média baixa e a classe baixa; vale destacar o fosso entre a classe alta e a media baixa é severa proporcional.

Segundo o Africa Progress Panel, **citado** no **Relatório** Económico de Angola, (2016), desenvolvido pelo CEIC, refere que Angola é o país africano que ilustra da forma mais poderosa a divergência entre riqueza de recursos naturais e bem estar social, sendo o país que detém um dos padrões mais desiguais de distribuição do rendimento. Acrescenta-se que a actividade das empresas do Estado se esconde atrás de um sistema financeiro opaco que não cumpre regras mínimas de transparência e beneficia figuras públicas ou política.

²⁹ O índice, que classifica 180 países e territórios por seus níveis percebidos de corrupção no sector público de acordo com especialistas e empresários, usa uma escala de 0 a 100, onde 0 é altamente corrupto e 100 é muito limpo. Angola tem um ranking de 19 ou seja muito corrupto, ocupando o 14º mais corrupto dos 180 países do Raking. No mesmo raking, a Nova Zilândia aparece como o menos corrupto do mundo, (www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2017).

Tabela Nº 6 - Indicadores socioeconómicos de Angola, 2002-2017

Anos	Índ. In. da pobreza - US\$ 1,25 por dia	PIB (Bilhões USD)	PIB per capita (USD)	Habitantes (Milhões)	Inflação, preços ao consumidor (% anual)	Esp. vida a nascença (Anos)	Ind. GINI (0-1)	IDH
2002	32,28%	12,5	711,128	10,1097	108,90	46,71	50,00	0,381
2003	32,28%	14,19	779,46	16,6914	98,22	47,39	-	0,445
2004	32,28%	19,64	1041,08	17,2955	43,54	48	-	0,439
2005	32,28%	28,23	1443,99	17,9129	22,96	48,54	-	0,446
2006	32,28%	41,79	2062,41	18,5415	13,30	49,01	-	0,439
2007	32,28%	60,45	2878,83	19,1839	12,25	49,44	-	0,564
2008	32,28%	84,18	3868,57	19,8423	12,47	52,15	42,70	0,564
2009	30,13%	75,49	3347,84	20,5201	13,73	50,25	42,70	0,564
2010	-	82,47	3529,05	21,22	14,47	50,65	-	0,495
2011	-	104,1	4299,01	21,9423	13,47	51,06	-	0,508
2012	-	115,4	4598,25	22,6856	10,29	51,46	-	0,523
2013	-	124,9	4804,61	23,4482	8,78	51,87	-	0,527
2014	-	126,8	4709,31	24,2275	7,28	52,27	-	0,531
2015	-	102,6	3695,79	25,092	10,28	60,29	-	0,533
2016	-	89,63	3308,7	28.813	34,73	62,2	-	0,533
2017	-	124,2	4 170,31	-	-	-	-	0,532

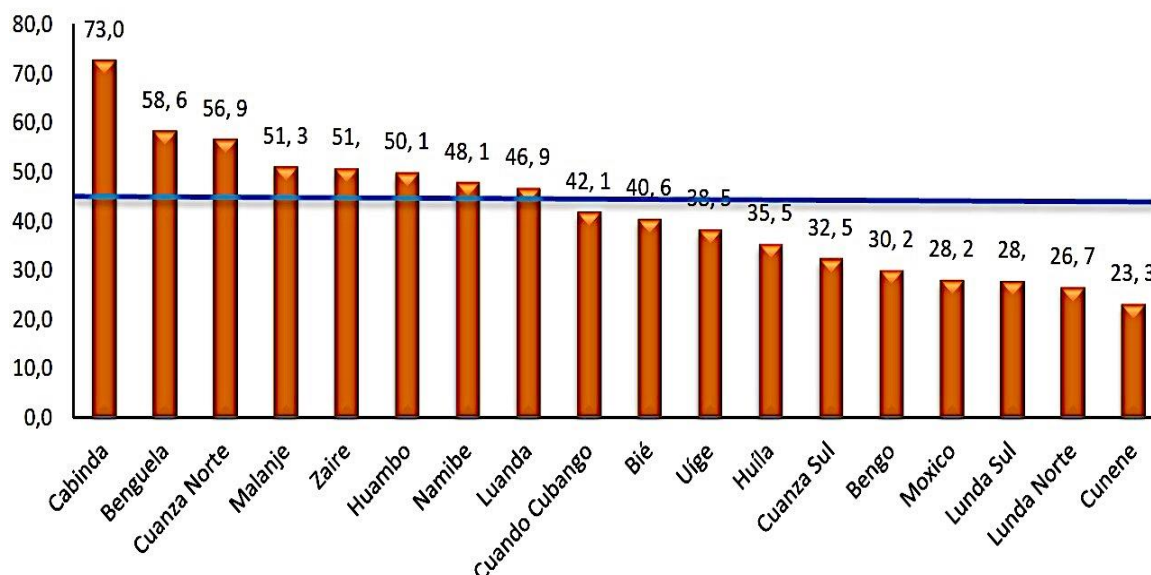
(-) Nada consta.

Fonte: Adaptado do Banco Mundial, BNA, BP e CEIC/UCAN, KNOEMA (2017).

3.3.2- Saneamento básico

A percentagem do acesso á água potável em Angola é diferente por províncias, como ilustra o gráfico N° 2. A província do Cunene é a menos privilegiada ao consumo da água potável, apenas 23% da população tem acesso e a Província de Cabinda com melhores resultados 73%. No país inteiro somente 43,6 % da população tem acesso a água potável onde 57,2 na zona Urbana e 22,4% na zona rural. A nível nacional apenas 60% da população usa local apropriado para realizar necessidades biológicas: 36% na área rural e 82% na área urbana. Para o depósito de resíduos sólidos apenas 26,3 % o faz em lugares apropriados e a maioria enterra, queima, e outros deixam ao ar livre.

Gráfico N° 2- Proporção da população que usa água potável para o consumo



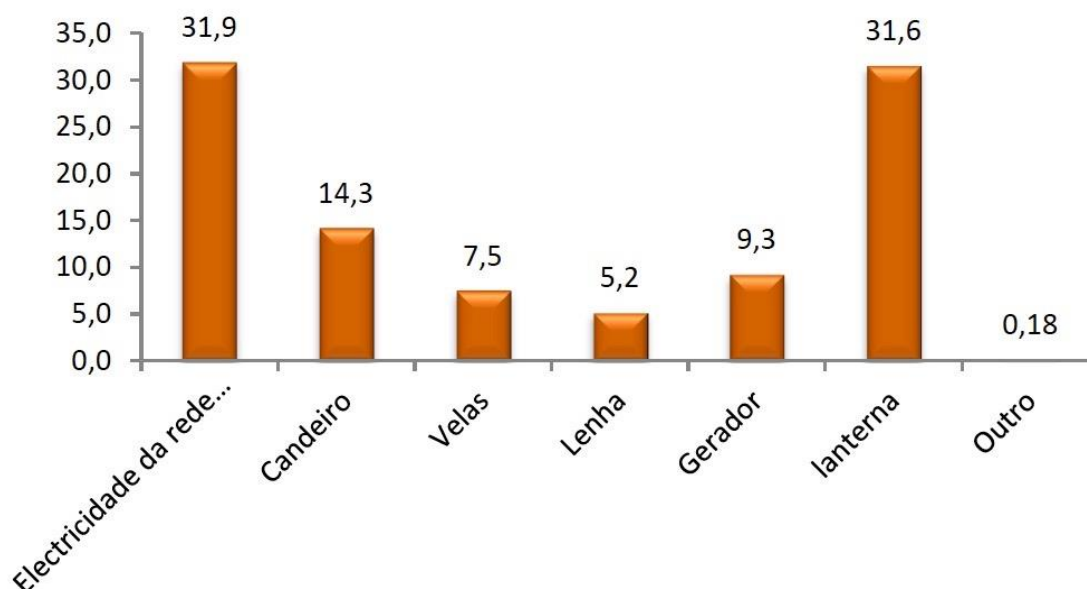
Fonte: INE - Resultados definitivos do Censo (2014).

3.3.3- Electricidade

A electricidade é gerada pela rede pública e na sua ausência, os habitantes recorrem a fontes alternativas/individuais de fornecimento que muitas das vezes poem em perigo suas vidas. Vários incidentes foram registados, como a intoxicação e a explosão dos vulgos geradores (dogmurras, wandtombi) que por falta de cuidados e segurança, têm causado vítimas mortais e materiais.

Apenas “32 % da população nacional tem acesso a rede pública, 50% na zona urbana e 2,2 % na área rural” (INE, Censo Populacional, 2014).

Gráfico N° 3- Proporção da população segundo o principal tipo de iluminação



Fonte: INE, Resultados definitivos do Censo (2014).

3.4- Angola em relação ao IDH³⁰

A ONU um país desenvolvido não apenas pela sua riqueza ou pelo seu Produto Interno Bruto - PIB, mas sobretudo pela qualidade de vida das populações. Logo, o IDH vem ser hoje o indicador mais relevante para a análise das condições de vida da população e para o cálculo das medidas que permitam compreender quanto de crescimento económico se transforma em desenvolvimento.

Entre 188 países analisados em 2016, Angola ocupa o lugar 150º, e em 2017, passou para a posição 147, entre os 189 países analisados, com o índice de 0,581. A pesar de demonstrar uma melhoria na classificação, o país continua perto do grupo dos países de

³⁰ É calculado por meio de uma escala de 0 a 1, de forma que, quanto mais próximo do valor máximo, maior é o desenvolvimento humano de uma determinada localidade. IDH baixo: reúne todos os países que apresentam IDH de 0,500; IDH médio: países com IDH entre 0,500 e 0,799; IDH alto: países com desenvolvimento humano entre 0,800 e 0,899; IDH muito alto: países cujo índice encontra-se igual ou acima de 0,900. (<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>, 2018)

desenvolvimento médio, segundo o relatório das Organização das Nações Unidas, com o índice de 0,533, mantendo-se no grupo de países de baixo desenvolvimento.

O IHD serve de termómetro para medir o impacto das políticas económicas, na qualidade de vida dos cidadãos, isto é, se o país é desenvolvido ou subdesenvolvido.

Os países que apresentam melhores IDH são: Noruega (0,953), Suíça (0,944), Austrália (0,939), Irlanda (0,938), Alemanha (0,936), Islândia (0,935), Hong Kong (0,933), Suécia (0,933), Singapura (0,932) e em 10º a Holanda (0,931). No continente africano, o país que apresenta melhor IDH é a República das Seicheles (0,797), República da Maurícia (0,790) e Argélia (745).

Na tabela abaixo mencionamos alguns indicadores de destaque ao IDH de Angola de 2016 e em anexo o documento mais detalhado.

Tabela Nº 7- Indicadores de destaque ao IDH de Angola - 2016

Saúde	Esperança de vida ao nascer 52,7 anos
Educação	Anos esperados de escolaridade 11,4
Renda	Rendimento nacional bruto (RNB) per capita 6.291USD
Desigualdade	IDH ajustado pela desigualdade (IHDI) 0,336
Gênero	Índice de Desenvolvimento de Gênero (GDI) n / D.
Pobreza	Índice Multidimensional de Pobreza (MPI) n / D.
Trabalho, emprego e vulnerabilidade	Taxa de emprego para população (de 15 anos ou mais) 63,2%
Segurança humana	Taxa de homicídio (por 100.000 pessoas) 9,8 %
Fluxos comerciais e financeiros	Exportações e importações (% do PIB) 75,1
Mobilidade e Comunicação	Interna (% da população) 12,4%
Sustentabilidade ambiental	Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas) 1,4
Demografia	População total (milhões) 25,0

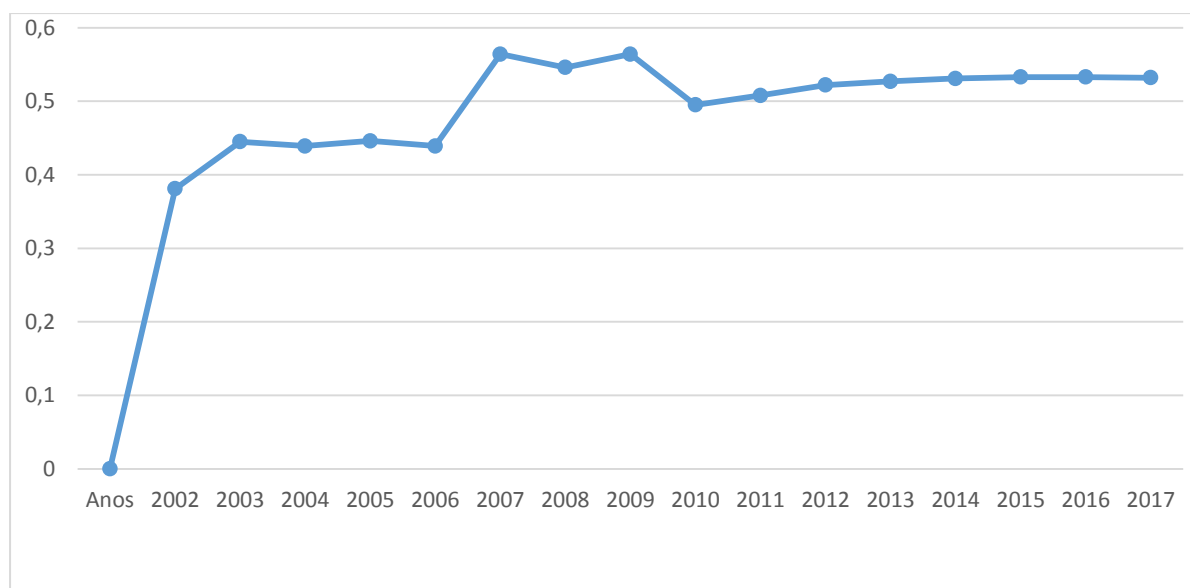
Fonte: Adaptado de <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/AGO#.2018> (2018)

Tabela Nº 8 - IDH – Índice de desenvolvimento Humano Angola 2002 – 2017

Nº	Ano	IDH
01	2002	0,381
02	2003	0,445
03	2004	0,439
04	2005	0,446
05	2006	0,439
06	2007	0,564
07	2008	0,546
08	2009	0,564
09	2010	0,495
10	2011	0,508
11	2012	0,522
12	2013	0,527
13	2014	0,531
14	2015	0,533
15	2016	0,533
16	2017	0,532

Fonte: Adaptado do Banco Mundial (Última actualização 27 de abril de 2018)

Gráfico Nº 4 - Evolução do IDH – Angola



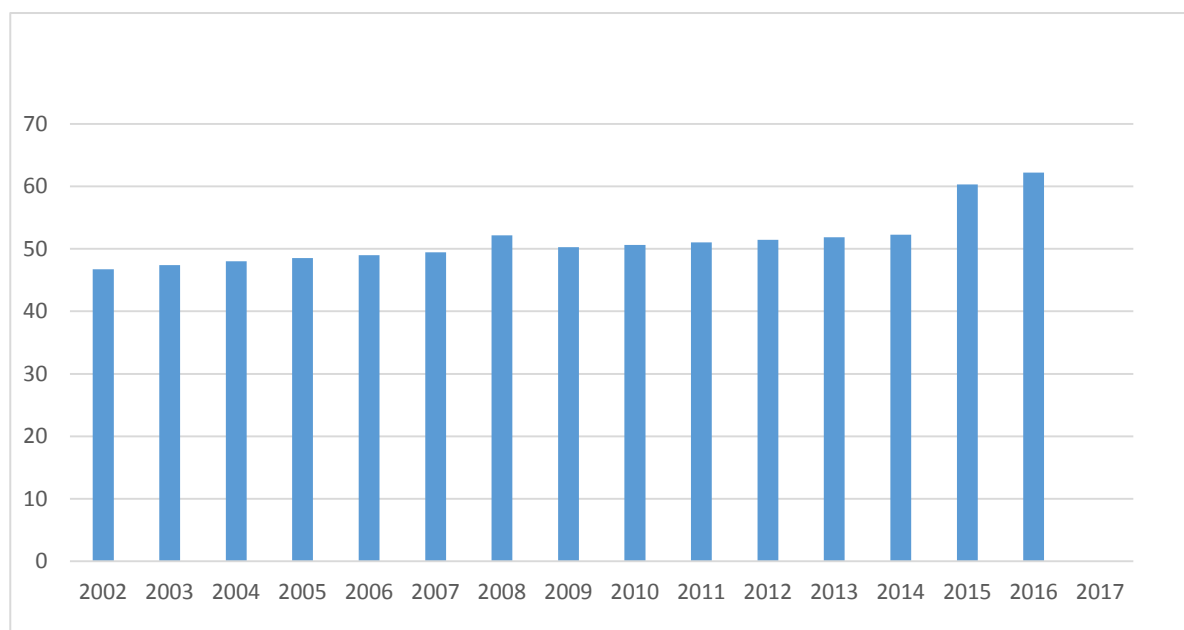
Fonte: Adaptado, UNDP-NU, INA-Angola (2018).

O gráfico Nº 4 sobre a evolução do IDH em Angola, ilustra-nos os anos 2007 à 2009 como sendo de maior alta do IDH no país, apesar de ter-se registado uma certa descida em 2008. De 2012 a 2017, o IDH do país permaneceu retilíneo com ligeiros aumentos, variando de 0,522 em 2012 e 0,532 em 2017. As estagnações destes números podem ser justificados a partir do ponto de vista de observação do estado da economia de Angola pela crise económica e financeira que assolou o país, motivada pela queda do barril do petróleo no mercado internacional a pesar de não se confirmar haver uma relação directa entre a variação do PIB e o IDH.

3.4.1- Saúde

A nível da saúde, a pesar de Angola ter registado nos últimos anos um dos maiores crescimentos económicos do mundo, manteve-se líder nos índices de mortalidade infantil. Segundo os dados da CIA – Central Intelligence Agency, 2017, em 2015, apenas 51% da população tinha acesso a água potável, 48,4% tinha acesso às instalações sanitárias. Em 2016, o índice de sero prevalência (HIV) 1,9% da população, nível de obesidade 8,2 % da população.

Gráfico Nº 5 - Esperança de vida à nascença (anos)



Fonte: World Bank Data (2017).

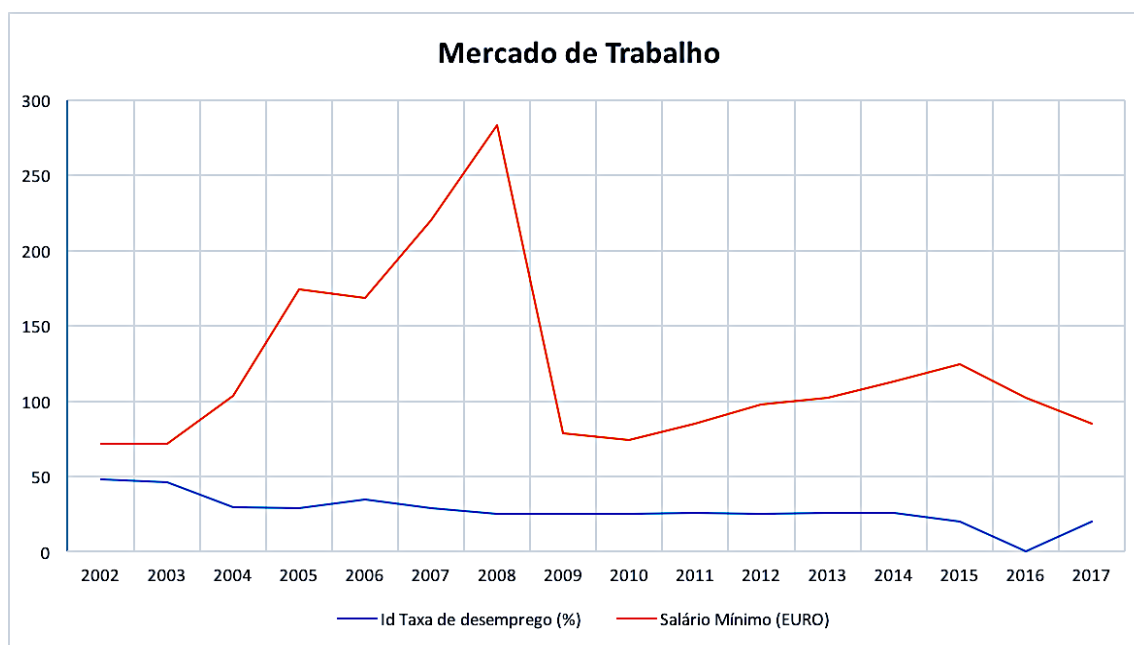
3.4.2- Mercado de trabalho

O Estado Angolano é e sempre foi o maior empregador. Por isso, a maior parte do bolo orçamental é destinado aos pagamentos dos vencimentos da função pública 1 544,6 mil milhões correspondente a 6,5 % do PIB e 15,9 % da estrutura da aplicação dos recursos do OGE.

Segundo a CIA, em 2017, havia em Angola uma população estimada em 29,310,273 habitantes, dos quais 47 % economicamente activa número que concomitantemente representa a população jovem. O fosso entre jovens e idosos é enorme, apenas 2% da população tem 65 ou mais anos. A população Angolana de 2002 – 2017, cresceu 3,36 % com uma ligeira redução da taxa de desemprego. A volatilidade do preço do barril do petróleo no mercado internacional, desde sempre representou o factor de alteração da taxa de desemprego porque o maior número de empresas existente no país é importador e outras prestam serviço directo as empresas petrolíferas.

Os dados apresentados na tabela abaixo, carecem de pesquisa adicional, pois os números oficialmente disponibilizados contestam com a realidade cotidiana do país.

Gráfico Nº 6 – Mercado de trabalho em Angola



Fonte: Adaptado ao data.worldbank; INE-ANGOLA (2017).

Até 2016, existiam em Angola 75 empresas publicas e mais de 152.359 empresas privadas registadas pelo INE. Quanto a divisão geográfica das empresas, até finais de 2016, 58% do tecido empresarial localizava-se na província de Luanda, a província possui uma população estimada por 6,5 milhões de residentes, corresponde a 27% do total do país, é respectivamente a região que apresenta maior número da população desempregada, Benguela 8%, Cuanza-Sul 5%, Huambo e Huíla 4% cada, e Cabinda 3%.

Em 2015, os sectores nos quais operavam mais empresas eram o comércio a grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, com 51,3 %, alojamento e restauração 9,7%, construção 5,6%, agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca 4,4%, actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 4,3% e a indústrias transformadoras 3,9%. Em relação à forma jurídica ou propriedade das empresas, destacam-se as sociedades por quotas, que representavam 55%, seguidas das empresas em nome individual, correspondentes a 41.5 %.

Tabela Nº 9- Panorama do Emprego em Angola 202-2016

PANORAMA DO EMPREGO EM ANGOLA ENTRE 2002 E 2016									
Sectores de actividade	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2015	2016
Agricult.Pecuá.Florestas	2.231.434	2.369.037	2.510.897	2.621.107	2.766.221	2.913.360	2.932.763	2.959.269	2.977.734
Pescas	26.868	28.440	30.233	33.447	37.052	40.626	43.234	44.761	45.782
Petróleo e Gás	14.223	14.996	15.394	64.559	79.697	92.241	92.241	92.241	83.017
Diamantes e outros	10.577	32.483	36.157	22.904	21.827	20.142	41.079	61.754	86.127
Indústria transformadora	56.255	53.745	56.017	59.419	66.109	72.976	80.135	100.810	131.336
Electricidade	2.389	7.871	8.852	11.646	10.281	7.079	103.737	153.801	206.418
Construção	169.722	216.104	271.086	320.191	365.993	410.661	424.197	427.941	428.882
Comércio	796.139	852.508	909.051	949.645	1.005.284	1.061.862	1.170.836	1.218.598	1.231.759
Transportes/armazena	68.329	72.641	76.886	81.377	88.778	96.359	157.715	228.174	236.710
Correios/telecomunica	2.476	3.175	4.339	4.574	8.327	12.167	13.287	13.885	14.509
Bancos e Seguros	5.072	5.722	7.074	14.138	18.925	23.357	23.357	23.357	23.357
Estado	326.709	346.856	367.626	420.832	469.091	431.610	467.095	467.135	467.135
Serviços imobiliários	334	320	356	424	494	562	562	562	562
Outros serviços	332.760	356.211	410.455	438.841	481.596	525.078	653.462	693.784	699.553
ANGOLA	4.043.287	4.360.109	4.704.423	5.043.104	5.419.675	5.708.080	6.203.700	6.486.072	6.632.881
INCREMENTOS		316.822	344.314	338.681	376.571	288.405	495.620	282.372	146.810

Fonte: CEIC – UCAN (2016).

3.4.3- Educação

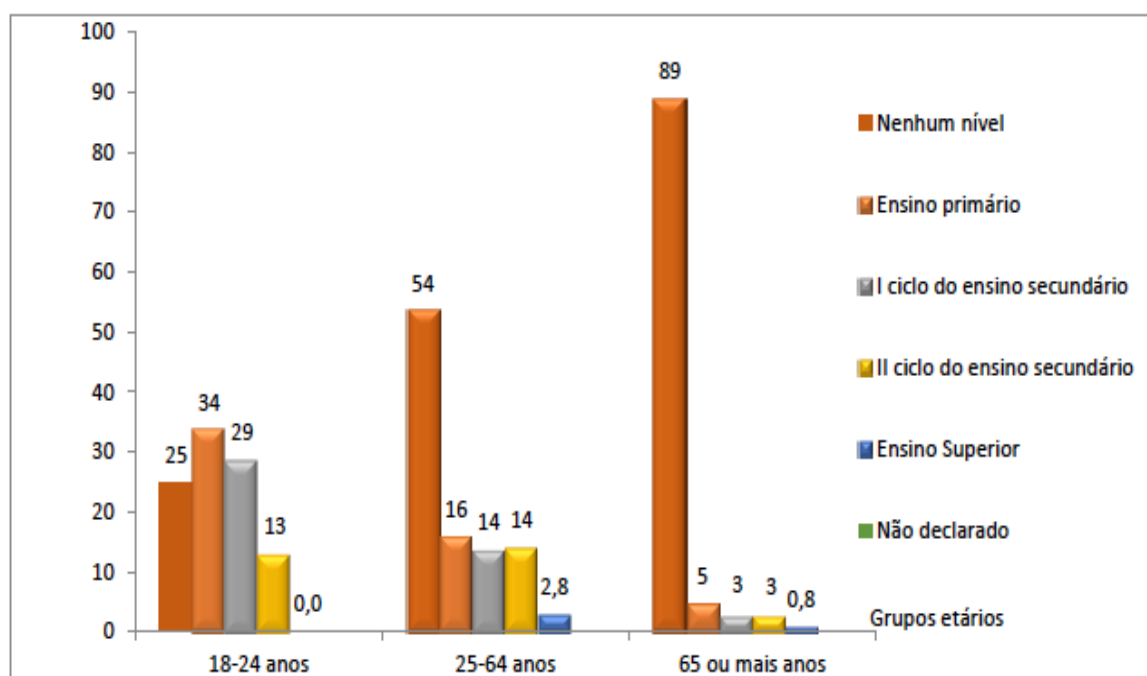
Quanto a educação a pesar da falta de melhoria no sistema de ensino, aumento no número de professores e nas condições de vida dos mesmos, “71,1 % da população dos 15 anos de idade sabe ler e escrever” (Banco Mundial, 2017).

Quadro N° 01- População com 18 ou mais anos , segundo o nível de escolaridade (%) - 2014

Angola	Nenhum nível	Ensino primário	I ciclo do ensino secundário	II ciclo do ensino secundário	Ensino superior
	47,9	19,9	17,1	13,2	2,0

Fonte: INE – Angola (2014).

Gráfico N° 7- Proporção da população com 18 ou mais anos de idade por grupo etário, segundo grau de escolaridade concluído



Fonte: INE – Angola (2014).

3.5- Conclusão

Os dados oficiais sobre o quadro macroeconómico de Angola, negam qualquer afirmação sobre a existência generalizada da pobreza e do estado precário no modo de vida dos angolanos no tocante ao fornecimento da água, electricidade, emprego, educação, saúde e saneamento básico, a debilidade institucional, subaproveitamento do capital humano nacional. A ineficácia das políticas macroeconómicas vigentes no país podemos encara-las como falta de vontade política, porque os programas de desenvolvimento macroeconómicos existentes são bastante ricos em conteúdo.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em Angola somente 43,6 % da população tem acesso a água potável onde 57,2 na zona Urbana e 22,4% na zona rural³¹. 32 % da população nacional tem acesso a rede pública de fornecimento de electricidade, 50% na zona urbana e 2,2 % na área rural.

A média do IDH para Angola de 2002 à 2017, é de 0,5003125, valor que coloca o país na lista dos países em baixo índice de desenvolvimento humano, segundo a ONU. Em relação a África, dos 53 países analisados pelo PNUD, Angola ocupa a posição número 19 (dezanove) fazendo parte da lista dos países de desenvolvimento humano baixo.

Em 2014, a proporção da população com 18 anos ou mais que concluiu o II ciclo do ensino secundário é de 13% da população, isto é, concluiu a 12ª ou 13ª classe. Por outro lado a proporção da população com 18 anos que nunca frequentou a escola ou não concluiu a 6ª classe é de 48%. Este número aumenta nos grupos etários de 25 à 65 anos.

Angola é caracterizada por pela sua abundante riqueza a nível de recursos naturais, elementos que fazem do país ambicioso, competitivo e promissor. Acreditamos que aposta nos seus recursos humanos e na administração pública transparente virada principalmente ao interesse dos angolanos, levaria o país a atingir níveis competitivos de desenvolvimento.

³¹ Cfr. Resultados definitivos do Censo 2014, INE.

CAPÍTULO V- A produção e distribuição da riqueza em Angola no período 2002-2017

4.1- Problemas existentes na produção e distribuição da riqueza em Angola

4.1.1- Factores condicionantes à produção da riqueza em Angola

A economia angolana depende da produção e exportação petróleo bruto que contribui com mais de 50% do seu PIB, 75% das receitas governamentais e 90% do valor das exportações, o que leva vários economistas a considerarem a economia nacional Angolana como sendo “preto-dependente”.

Partindo do princípio de que a identificação das causas é meio caminho para a resolução dos problemas, identificamos algumas das causas que poderão ser os factores de impedimento para a produção eficiente e a distribuição equitativa da riqueza de Angola durante o período definido para o nosso estudo.

a) As barreiras que se impõem aos quadros nacionais sem ligação partidária, justificadas pela falta de recursos humanos nacionais qualificados a todos os níveis; embora possamos também admitir que há uma oferta reduzida de quadros a todos os níveis e principalmente em áreas das engenharias, tecnologia e saúde.

b) O elevado grau de deterioração das infra-estruturas básicas, particularmente a nível do electricidade, água, comunicações, transportes, saneamento básico - elemento responsável pela propagação de várias doenças como febre amarela paludismo principais causadores de morte infantil.

c) Elevados custo de transporte interno aéreos, rodoviários e pouco aproveitamento dos ferroviários por falta de conclusão das vias.

d) A insegurança generalizada obriga as empresas a suportar custos elevados com sistemas de segurança privados e as vezes pouco eficientes.

e) Elevados custos dos inputs importados devido aos altos custos de importação, transporte e portuários, agravados pelos pagamentos de comissões, não imputáveis directamente ao custo das matérias primas importadas.

f) Desvios das mercadorias no trajecto porto-fábrica “*o cabrito come onde está amarrado*” – expressão que incentiva o roubo as empresas e ao Estado.

g) Sistemas de pagamentos inter-empresas e Estado-empresas funcionam com prazos extremamente longos.

h) O sector industrial em geral carece de matérias-primas devido às dificuldades de acesso às divisas e ao fraco desempenho do sector agro-pecuário que deveria fornecer matéria-prima para a produção nacional.

i) O OGE – orçamento geral do Estado angolano, é alimentado fortemente pelas receitas vindas da exportação do petróleo bruto e dos diamantes.

j) O acesso ao crédito, a inflação e o mercado cambial influenciado pelo mercado cambial paralelo, elevadas taxas de juro representam constrangimentos aos empresários para o funcionamento normal da actividade empresarial privada.

l) O mercado informal “candongas” a pesar de fortalecer a coesão social e servir de refúgio para grande parte da força de trabalho nacional desemprega, desvia um considerável capital financeiro da banca e as contribuições fiscais.

m) A nível institucional, há falta de confiança nas nossas instituições desde a banca, administração pública e justiça, devido ao elevado índice de corrupção, burocracia, nepotismo e a impunidade.

Ao nível da distribuição da riqueza representando cerca da metade do Produto Interno Bruto, 95% das exportações e 75% das receitas, o sector petrolífero de Angola é o mais dinâmico da África a sul do Saara, devido à exploração contínua e um ambiente regulador favorável, destaca o DB, de acordo a agência noticiosa portuguesa Lusa. A economia de Angola mantém elevados níveis de pobreza, com flagrante desigualdade na distribuição da riqueza produzida, não obstante as reformas introduzidas para a sua diversificação, de acordo com a mais recente análise do Deutsche Bank, Intitulada “Angola: Uma economia petrolífera a caminho da diversificação”.

Depois de reconhecer que a diversificação da economia figura na agenda política, o DB considera que os 5 mil milhões de dólares disponíveis no Fundo Soberano de Angola, lançado em Outubro de 2012, deverão ajudar a isolar a economia dos preços voláteis do petróleo.

A persistência de um elevado nível de pobreza 71% dos angolanos vivem abaixo da linha de pobreza, com apenas 1,20 dólares disponíveis por dia, a elevada taxa de desemprego cerca de 25% (2017), o aumento de protestos nas rua, são ingredientes que, segundo o DB, levaram o governo angolano a aumentar os investimentos no sector não-petrolífero.

Os dados de 2015 apontam ao PIB per capita, de 4102,12 USD, o que não justifica a elevada disparidade na distribuição do rendimento. Foi elaborado o plano de Desenvolvimento de Médio Prazo pós-conflito 2004/2009, que era de facto rico e

ambicioso, mas que por falta de vontade política não foi materializado, na sequência do Plano 2013-2017, foi agora elaborado e aprovado o Plano de Desenvolvimento Nacional (PND) 2018-2022, documento que constitui o segundo instrumento de planeamento de médio prazo pelo que, há necessidade de o aproveitar e redimensionar de acordo as actuais necessidades dos Angolanos que por sinal continuam a ser as mesmas.

4.1.2- Possíveis soluções aos problemas relacionados ao processo de produção e distribuição da riqueza em Angola

No ponto anterior citamos as possíveis causas dos problemas da economia angolana no tocante a produção e distribuição da riqueza. Identificadas as presumíveis causas pensamos estar em condições de apresentar algumas propostas que visam a solução ou redução destes desideratos.

Os estudos da OCDE³² no seu relatório sobre African Economic Outlook, (2017), apontam crescimento da economia angolana na ordem de 1,1% em 2016; 2,3% em 2017 e para 3,2% em 2018, devido ao aumento planificado das despesas públicas e a melhoria das condições de troca, a medida que o preço do petróleo recuperasse. Angola precisa aumentar o investimento em capital humano, recorrer a diversificação económica para reduzir a vulnerabilidade económica a fim de agraciá-la para o status de renda média até 2021.

A falta de motivação devido aos salários baixos é um constrangimento decisivo no sucesso dos projectos de reforço das capacidades institucionais no combate a corrupção. Do ponto de vista estrutural as formas de intervenção do Estado têm de ter uma perspectiva nacional e um sentido estratégico. O Estado-empresário devia desaparecer, que se porque elimine subsídios à ineficiência empresarial que contribuem para agravar os défices orçamentais. A falta de circulação de mercadorias e factores de produção, a fraqueza do sistema financeiro devem merecer maior atenção do Estado. A circulação de bens de consumo e de produção, levam a auto sustentabilidade nacional e a sua correcção passa pela realização dos concursos públicos “transparentes” para a construção de estradas primárias, secundárias e terciárias em toda cobertura nacional e a sua fiscalização eficiente, eliminando

³² A missão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico é promover políticas que melhorem o bem-estar económico e social das pessoas em todo o mundo. A OCDE oferece um fórum no qual os governos podem trabalhar juntos para partilhar experiências e buscar soluções para problemas comuns. Trabalha com os governos para entender o que impulsiona as mudanças económicas, sociais e ambientais. Mede a produtividade e os fluxos globais de comércio e investimento. Analisa e compara dados para prever tendências futuras. Estabelece padrões internacionais em uma ampla gama desde agricultura e impostos até a segurança de produtos químicos.

na realidade o fenómeno comum no País em que o construtor desempenha também a função de fiscal.

Tem de necessariamente haver uma aproximação à função de preferência colectiva, de modo a estabelecer-se uma clara prioridade quanto a dois objectivos da política económica: inflação e desemprego. É preciso conhecer-se e avaliar-se a margem de actuação sobre a redução da inflação duma política orçamental de rigor, procurando a recomposição de determinadas despesas públicas de efeitos económicos concretos ponderadas que sejam as eventuais situações de falso pleno emprego e de consequências claras de inclusão social.

Se as expectativas dos agentes económicos forem, sobretudo, de desconfiança na transparência, da actuação do Governo, na política económica geral e no modelo de desenvolvimento, ainda que positivamente mitigadas pelo ambiente de paz, a baixa da taxa de juro poderá ser benéfica sobre a inflação, mas provavelmente não influenciará de maneira significativa o investimento privado nacional.

A comparação entre os níveis de salários e de produtividade na economia não mineral, atendendo às condições vigentes em termos de qualificação e especialização da mão-de-obra nacional, leva à conclusão de que os custos de produção podem ser significativos.

A fixação do salário mínimo nacional é uma das variáveis a considerar para estimar o nível de bem-estar das famílias em relação a cesta básica e concomitantemente avaliar como a riqueza é distribuída. No contexto exacto de Angola, o salário mínimo nacional está afixado num montante em kwanzas equivalente a \$80 dólares americanos, valor muito baixo com referência às carências dos agregados familiares e ao nível geral de preços.

Há necessidade da criação de um gabinete em todas as províncias de aproveitamento de quadros formados a nível nacional e no exterior do país de modo a evitar a fuga de quadros e o aumento do descaminho. Ainda com o propósito do aproveitamento de quadros o Estado e as Universidades, deveriam ter incubadoras de empresas/*start-ups* e programas de premiação dos melhores planos de negócio desenvolvidos por estudantes universitários. O fomento à investigação científica na tecnologia e na medicina por meio de bolsas de investigação, é uma das vias para se colmatar a falta de recursos humanos e da produtividade na ciência.

A construção de refinarias de petróleo apoiaria o país a diminuir os 2,3 milhões de toneladas cúbicas de gasóleo e um milhão de toneladas cúbicas de gasolina que foram importados só em 2017, captar investimento estrangeiro e quadros, melhorar a

competitividade do país internacionalmente e aumentar a produção interna em vários sectores e consecutivamente promover o consumo interno.

O Fundo Soberano de Angola foi criado pelo Executivo Angolano, de acordo as normas internacionais de governação, para promover o crescimento, a prosperidade e o desenvolvimento socioeconómico do país, para o seu transparente funcionamento, deve apresentar publicamente relatórios semestrais de desempenho e supervisionada por uma entidade independente e autónoma ao governo.

A resolução dos problemas ligados a distribuição da energia eléctrica passa pelo aproveitamento dos vários rios que o país exhibe com a construção de barragens hidroeléctricas, a produção de energia solar pois o país oferece um clima tropical quente durante 9 meses ao ano e na potenciação e aproveitamento dos seus recursos humanos formados na área. A reforma do ministério da energia e água é necessária com a inclusão de uma nossa força de trabalho com vontade de ver o país iluminado de norte a sul.

A aposta na produção agrícola e na industria transformadora em massa para o consumo local e para a exportação, deve passar pela capacitação dos recursos humanos para o processo, na obtenção do capital/máquinas, inserção da tecnologia no processo produtivo, criação das cooperativas e na facilitação da cedência de crédito agrícola.

A realização de Autarquias Locais pouparia esforços do governo central, na resolução os problemas básicos das populações e foi provado que é uma eficiente ferramenta para a produção e distribuição da riqueza nacional.

Consta no último relatório do FMI sobre Angola (2018), em que a política monetária e cambial devem desempenhar um papel vital para reequilibrar o mercado de câmbio e conter a inflação. O FMI recomenda eliminar as vendas directas de divisas do banco central e definir uma estratégia clara e calendário para eliminar restrições cambiais e práticas monetárias múltiplas, considera também importante preservar a saúde do sector bancário, incluindo a necessidade de acções concretas para concluir análises de qualidade de activos e gestão, assistência de liquidez de emergência. O FMI recomenda ao governo angolano esforços concertados para assegurar que as reformas sejam implementadas consistentemente para Angola colher os ganhos esperados no combate a corrupção e na melhoria do ambiente de negócios construindo instituições fortes para ajudar a garantir que as reformas em curso tenham impacto positivo duradouro sobre a vida do povo angolano. Outras recomendações do FMI para Angola passam, pela implementação a consolidação fiscal em 2018 para conter o aumento da dívida pública, realização de uma consolidação fiscal primária gradual, mas sustentada, não petrolífera médio prazo para colocar os rácios

da dívida pública em relação ao PIB numa trajectória firmemente descendente, implementação de um quadro fiscal de médio prazo centrado nas regras de despesa e um fundo de estabilização fiscal bem projectado para reduzir a pró-ciclicidade nos gastos, dar passos em direcção a uma taxa de câmbio de compensação de mercado apoiada pela política monetária para conter efeitos de segunda ordem sobre a inflação da taxa de câmbio, depreciação da moeda local enquanto desenrola gradualmente as restrições de câmbio e práticas cambiais, fortalecer a resiliência do sector financeiro, reforçando o novo capital mínimo recapitalizando e reestruturando bancos estatais, e melhorando quadros de gestão e resolução de crises, promover o crescimento e a diversificação do sector privado, reduzindo os custos no sector e melhorar a governança.

Para concluir vale lembrar que o governo Angolano, evidencia também estar preocupado com o bem estar dos Angolanos, porque consta no Relatório de Fundamentação do OGE para 2018, uma série de programas como o Programa de Estabilidade Macroeconómica, Programa para a Reforma do Estado e Reforço da Capacidade Institucional, Programa de Promoção das Exportações e Substituição das Importações, Programa de Melhoria da Qualidade dos Serviços nos Domínios da Educação, Ensino Superior e Saúde, Programa de Construção e Reabilitação de Infra-Estruturas, e o Programa de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, todos virados ao desenvolvimento económico de Angola.

O incentivo ao empreendedorismo e a industrialização, por meio da criação de incubadores de empresas, taxas fiscais moderadas e/ou isenção durante o primeiro ano, acesso facilitado ao crédito e atribuição de prémios de produtividade.

O Programa do Governo deve assentar no fundamental da sua articulação na criação duma nova mentalidade de gestão macro e microeconómica e na aprendizagem de princípios básicos da economia de mercado como a estabilidade dos preços e a equilibragem dos Orçamentos do Estado, pois precisa-se pensar no sentido da Nova Economia no país.

CONCLUSÃO

O processo de produção e distribuição da riqueza compreende o conjunto de medidas que visam promover a produção eficiente e sustentável da riqueza e a sua equitativa distribuição. A pesar do notável progresso no processo da produção e distribuição da riqueza em Angola, reconhecemos que a partir da observação do modo de vida dos Angolanos e dos dados socioeconómicos que recolhemos, este processo parece-nos estar distante dos anseios do povo.

A economia angolana cresceu significativamente em vários sectores principalmente no da construção civil, petróleos, serviços, imobiliário e no sector do comércio que albergava o maior número de emprego e subemprego desde 2002, tendo apenas uma brusca paragem no primeiro semestre de 2014, como resultado da baixa do preço do barril do petróleo no mercado internacional o que originou o desemprego em massa nos mesmos sectores.

Em relação ao índice de Desenvolvimento Humano - IDH responsável pela classificação das sociedades em relação a qualidade de vida dos povos, rendimento per capita, condições de saúde e de educação, variável indispensável para medir o nível de desenvolvimento de qualquer nação, a esperança de vida ao nascer em Angola é de 52,7 anos, quanto a educação o ano esperado de escolaridade é de 11,4, o rendimento nacional bruto per capita de 6.291USD (2016). Angola figura na posição 150º dos 188 países avaliados com o índice de 0,533. O PNUD para o IDH de Angola em relação a África descreve que dos 53 países analisados, o país ocupa a posição 19º, fazendo parte da lista dos países de baixo desenvolvimento humano no continente.

Segundo o relatório do PNUD de 2018, foi-nos possível observar o seguinte: Alto IDH de 2007 a 2009 (0,564) e de 2011 a 2017 têm flutuado na ordem dos (0,508 à 0,532), números que continuam a colocar o país na lista dos países menos desenvolvidos.

A média do IDH de Angola de 2002 a 2017 é de 0,500, número que coloca o país na lista dos países de índice muito baixo ou menos desenvolvidos. Para o mesmo período a média do PIB per capita do país é 3290,184 USD valor que comparado ao PIB per capita das economias emergentes ou países em desenvolvimento, coloca Angola em posição muito abaixo destes. Ao analisarmos as médias das duas variáveis indispensáveis para a mensuração do crescimento e do desenvolvimento económico dos países, leva-nos a concluir que existe uma estreita relação entre o crescimento e o desenvolvimento

económico, ou seja, o crescimento económico parece-nos ser o principal impulsionador do desenvolvimento económico.

Quanto à distribuição da riqueza segundo auferimos existe no país uma classe alta, a classe média baixa e a classe baixa; vale destacar que o fosso entre a classe alta e a media baixa é acentuadamente desproporcional.

Segundo os últimos dados recolhidos pelas Nações Unidas, o coeficiente de Gini³³ de Angola é de 42.70 em 2009, índice que leva Angola a fixar-se entre os países com maiores assimetrias na distribuição da riqueza do planeta embora não muito longe da média do continente africano.

Os principais problemas que constatamos na economia Angola referentes a produção da riqueza são: a falta de investimento nas estruturas de base como vias de comunicação, água, electricidade, redes de telecomunicações, a aposta/aproveitamento dos recursos humanos existentes e da força de trabalho activa disponível para a especialização, a dependência massiva da economia às receitas do petróleo, a inexistência de um Fundo Nacional de desenvolvimento destinado a financiar a constituição do capital humano nacional, assim como também parece faltar vontade política para a implementação dos vários programas de desenvolvimento que o governo angolano todos os anos exhibe.

O problema na distribuição da riqueza em Angola parece-nos estar estreitamente ligado a doença da corrupção, impunidade, peculato, nepotismo que corroem o país desde muitos anos. O que nos leva a concluir que a resolução do problema na distribuição da riqueza no país passa primeiro pela erradicação ou redução destes males e pelo fortalecimento do sistema de justiça. Pode-se resolver também este problema com a reforma administrativa no país (colocar pessoas competente e com sentido de pátria em cargos de decisão).

Angola é um país potencialmente rico em recursos naturais, no entanto, devia existir por parte do governo e da classe empresarial a necessidade para o aproveitamento das suas potencialidades para o fortalecimento da económica. A teoria económica ilustra-nos que o crescimento e o desenvolvimento económico são promovidos por meio do aumento na produção proporcionado pelo investimento na formação nas áreas da saúde, tecnologias, engenharias, formação técnica e profissional assim como também a criação do gabinete de aproveitamento de quadros, o investimento na construção de infra-estruturas sociais,

³³ Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo). Este indicador de desigualdade é particularmente sensível a alterações do rendimento verificadas na parte central da distribuição. (<https://portugaldesigual.ffms.pt/glossario>. Retirado:12, Janeiro, 2018)

desportos, cultura e vias de comunicação. O padrão de vida saudável de um país é determinado pela oferta de bens e serviços por este produzido. Quanto maior a quantidade de bens e serviços oferecidos e quanto maior a diversidade dessa oferta, melhor será o padrão de vida da população, ou seja, para a teoria económica, o crescimento económico ocorre quando, há aumentos na quantidade de bens e serviços disponíveis para o consumo.

A questão salarial é o centro do modelo de distribuição do rendimento e o emprego como suporte principal. A Organização Internacional do Trabalho é uma das grandes defensoras da difusão social do crescimento pela via de uma combinação inteligente entre emprego e salário, o que evidentemente é tributária da produtividade e dos seus ganhos ao longo do tempo. Para dar solução a este problema de elevada desigualdade na redistribuição do rendimento, é necessário que o governo de Angola olhe para a política fiscal pela via de impostos progressivos sobre o rendimento e de impostos sobre as fortunas e os sistemas de previdência³⁴ e segurança social. Outra feramente importante para o processo de distribuição da riqueza assente na solidariedade que vem a ser no nosso entender a base do funcionamento económico tradicional de todos os povos pelo mundo fora, e também foi a base das economias comunitárias nas aldeias do interior de Portugal até há 50 anos atrás.

As principais contribuições do nosso trabalho passam pela apresentação da situação social e económica de Angola, desde o processo de crescimento, desenvolvimento, distribuição e produção da riqueza e em apresentar propostas para possíveis soluções aos problemas identificados.

Encontrámos várias limitações durante o processo da investigação principalmente na obtenção de dados estatísticos, porque pelo que nos consta, os dados sobre o estado macroeconómico de Angola não estão todos divulgados o que nos impossibilitou realizar a análise empírica.

Sugerimos para futuras investigações sobre o mesmo tema, a realização de um estudo empírico para por meio da matemática podermos provar e explicar a relação entre possíveis variáveis macroeconómicas que ditam o processo de produção e distribuição da riqueza. Achamos também pertinente sugerir para futuros estudos a elaboração de um modelo teórico para a produção e distribuição da riqueza para Angola.

³⁴ A Previdência Social está inserida dentro do Sistema de Seguridade Social em muitos países, é um seguro público, colectivo e compulsório. Deste modo, todos os trabalhadores economicamente activos são obrigados a aderir ao sistema. Funciona para a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada. (Terceiro, 2018: pp. 04)

BIBLIOGRAFIA³⁵

Anand, Paul. (2016). *Happiness, well-being and human development-The case for subjective measures*: Human Development Report – UNDP.

Angola Overview Outlook. (2016). *Economic Outlook for 2016*. Angola-Luanda: Gabinete Legal Angola.

Ascani, A., Crescenzi, R., & Iammarin, Simona. (2012). Regional Economic Development: A Review. Department of Geography and Environment London School of Economics and Political Science. *European Commission. European research area*. WP 1 (03): pp. 7-13.

Augusto, L. das Graças Sassi. (2010). *Crescimento Económico versus Desenvolvimento do Sistema Financeiro: O caso de Angola*. Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para cumprimentos dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Economia, realizada sob a orientação da Doutora Zélia Serrasqueiro, Professora Auxiliar da Universidade da Beira Interior, Covilhã. Retirada em Novembro, 20 de 2017.

Badhwar, S. & Das, Mausumi. (2014). *Inequality and expectations in a model of technology growth*. 274. India. Delhi: Department of Economics. Delhi School of Economics. CDE

Banco de Portugal [BP]. (2016-2017). *Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste*. Lisboa: Banco de Portugal

Banco de Portugal [BP]. (2017). *Indicadores socioeconómicos dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Banco de Portugal

Braz, José. (1987). *Teorias da Mais Valia*. V 1. São Paulo: Bertrand Brasil.

³⁵ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia [APA], 2014.

Bresser-Pereira, Luiz C. (2008). *O conceito histórico de desenvolvimento económico*. Texto para Discussão. 157. Versão de 31 de maio. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Carqueja, Hernâni O. (2003). *O conceito de riqueza na análise económica*. Faculdade de economia da Universidade do Porto: Faculdade de economia da Universidade do Porto.

Carroll, Christopher D., Slacalek, Jiri & Tokuoka, Kiichi. (2014). The distribution of Wealth and the Marginal Propensity to consume. *European Central Bank*. Frankfurt. Serie S. (1655): pp. 2-28.

Carvalho, C. Rosado De. (2013). *Desenvolvimento e erradicação da pobreza em angola – desafios imediatos e de longo prazo*. Conferência internacional FESA Angola face à actual ordem económico - financeira mundial, 24 e 27 Outubro. Luanda: Expansão.

Carvalho, C. Rosado. De. (2014). *Dimensão ética, numa economia sustentável. 5ºaniversários da Associação Cristã de Gestores e Dirigentes*. Luanda: Expansão.

Carvalho, Carlos R. De. (2013). Pobreza em Angola - desenvolvimento e erradicação da pobreza em Angola - desafios imediatos e de longo prazo. Expansão. Luanda. 42(17): pp. 2.

Cattani, Antonio David. (2009). Wealth and Inequalities. *Caderno CRH*. Dez. Salvador. 22(57): pp. 4-34.

Confraria, João. (2010). *Regulação e Concorrência. Desafios do século XXI*. 2^a Edição. Lisboa: Universidade Católica.

Crespo, A. P. Albernaz & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenómeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, 1(2): pp. 1-12.

Da Silva, Nuno José Henriques Baetas. (2014). *A Doença Holandesa na Economia Portuguesa: o Papel das Remessas dos Emigrantes e do Investimento Direto Estrangeiro*. Trabalho de Projeto de Mestrado em Economia do Crescimento e das Políticas Estruturais, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, para a obtenção do grau

de Mestre, realizada sob orientação pelo Professor Doutor António Portugal Duarte e pelo Professor Doutor João Alberto Sousa Andrade, Coimbra. Retirada em Outubro de 2017.

Dala, Nuno Álvaro. (2018). *Desenvolvimento humano em Angola de 2002 a 2017: 15 Anos de Paz e de Má Qualidade de Vida*: Edição Nuno Álvaro Dala.

Defina, Robert H. (2002). *Does Lower unemployment reduce poverty? Q3*. Villanova University. Pennsylvania: Business Review.

Diamond, Jared. (2004). The wealth of nations. *News and views. Nature*. 429 (10) University of Colorado. Colorado: pp. 590-616

Ferreira, G., Lakner, C., Özler, B. & Lugo, A. (2015). *Inequality of Opportunity and Economic Growth: Can cross-country regressions tell us anything?* World Statistics Congress. Rio de Janeiro: The World Bank.

Fonseca, Manuel Alcino Ribeiro da. (2006). *Planejamento e desenvolvimento económico*. S. Paulo: Thomson Learning.

Freitas, M. B., Pinto, Abel & Policarpo, Helena. (2005). *Produtividade nas indústrias têxteis, vestuário e calçado*. Porto: AT - Loja Gráfica, Lda.

Greene, William H. (2012). *Econometric Analysis*. international edition. 7th Edition. New York: New York University. Pearson Education Limited.

Haller, Alina-Petronela. (2012). Concepts of Economic Growth and Development. Challenges of Crisis and of Knowledge. *Economy Transdisciplinarity Cognition*. 15 (3): pp. 66 –71.

Hoffmann, Rodolfo. (2001). Distribuição de renda e crescimento económico. *Estudos Avançados*. 15 (41): pp. 67- 70.

International Monetary Found (2018). *IMF Concludes of Executive Board*. Consultation with Angola. Press Release. Article IV. 18 (189). Washington: IMF

Jaffe, Klaus. (2014). *The wealth of nations: Complexity Science for an Interdisciplinary approach in Economics*. Valley of Caracas: Amazon Books.

Kattani, António David. (2013). *Demystifying the wealth..* Porto Alegre: Editora Marca Visual de Porto Alegre.

Kilsztajn, Samuel. (2000). Paridade do poder de compra, renda per capita e outros indicadores económicos. *Pesquisa & Debate*. 11(2): p. 93-106.

Lakatos, Eva Maria. (2003). *Fundamentos de Metodologia*. São Paulo: Atlas Editores.

Luebker, Malte. (2012). Income inequality, redistribution and poverty. Contrasting rational choice and behavioural perspective. *International Institute for Labour Studies. ILO Research*. 1. Geneva: pp.1-21

Mankiw, N. Gregory. (2003). *Macroeconomics*. Harvard University. 5ª Ed. New York: Worth

Marconi, Marina de Andrade & Lakatos, Eva Maria. (2003), *Fundamentos de metodologia científica*, 5ª Ed., Editora Atlas S.A, São Paulo.

Marcos, S. (2014). *A redistribuição de riqueza nos sistemas fiscais dos países africanos*. Lisboa: Católica Lisbon School. School of Law Master 2012/2013.

Marques, Justino M. de Oliveira. (2017). *A Criação de Valor Económico e a Deslocalização da Produção - Concentração da Riqueza. Desemprego e Degradação Progressiva das Contas Externas*. Porto: Ordem dos economistas.

Miller, Riel. (2007). *Education and economic growth: from the 19th to the 21st Century*. Europe Headquarters. Amsterdam: Global Lead for Education.

Morelli, John. (2011). Environmental Sustainability: A Definition for Environmental Professionals. *Journal of Environmental Sustainability*: 1(2).

Muñelo, Leonel & Roca-Sagalés, Oriol. (2011). Economic Growth and Inequality-The Role of Fiscal Policies. Departament d'Economia Aplicada. *Universitat Autònoma de Barcelona*. 50 (193): pp. 74-97.

Neves, João C. das. (2013). *Introdução a Economia*. 10ª Ed. Lisboa: Edição Babel.

Nixon, S., H. Asada & V. Koen. (2017). Fostering inclusive growth in Malaysia. *OECD Economics Department. OECD Publishing*. 1371: pp. 8-13.

Person Education Canada. (2005). *Challenges facing the developing countries* Chapter 36W. Canada: Autor

Piketty, Thomas. (2014). *O Capital no século XXI*. Trad: Mónica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, Lda.

Popa, Florina. (2014). *Economic growth theories - Conceptual elements, characteristics. Section IV Strategic management and entrepreneurship*. Roma: Institutul de Economie Națională.

Prasad, Naren. (2008). Policies for redistribution: The use of taxes and social transfers. *International Institute for labour studies. Discussion paper*. 194(120): pp. 2- 22. Publishers.

Razauskas, Tomas. (2009). The cycle of economic development and depression within the different sectors of economic. 1 (14). *Vilnius Gediminas Technical University*. Vilnius, Lithuania: pp. 234-265.

Rocha, M. José Alves Da. (2004). *Opiniões e reflexões, Colectânea de artigos. palestras e conferências sobre Angola, África e o Mundo*. Luanda.

Samuelson, Paul A. & Nordhaus, W. D. (2012). *Economia*. 19th ed. New York. Trad: Elsa Fontainha e Jorge Pires Gomes. Lisboa: Euro grupo Editora.

Sandroni, Paulo. (1999). *Novíssimo dicionário de economia*. 1ª edição. São Paulo SP: Editora. Best Seller.

Santana, Ana Lucia. (2016). *A riqueza. Navegando e aprendendo*. S. Paulo: Infoescola.

Sartori, L. Pioner & Gewehr, Lilian. (2013). O crescimento económico e a consequência das externalidades ambientais negativas decorrentes do processo produtivo. *Revista de Direito Econômico Socioambiental*. ISSN. Curitiba. 4(11): pp. 2179-345.

Saunders, Peter. (2002). The direct and indirect effects of unemployment on Poverty and Inequality. SPRC Discussion.118. (2052). *The Social Policy Research Centre University of New South Wales*. Sydney: pp. 4-15.

Scers, Dudley (1979). Os indicadores de desenvolvimento: o que estamos a tentar medir? *Análise Social*. 4.º. XV (60): pp. 949-968.

Silva, E. .Lúcia da & Menezes, E. Muszkat.(2005), *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, 4ª Ed., Florianópolis .

Silva, Giliad de Souza. (2011). Processo de produção e distribuição da riqueza: confluências teóricas entre Mill e Sen Róber Iturriet Ávila. *Revista Economia e Desenvolvimento*. 23: pp.39-53.

Silva, Wilson. (2016). *Posição de Angola em vários índices internacionais*. Luanda: CEIC-UCAN. Centro de estudos e investigação científica da Universidade Católica de Angola.

Smith, Adam. (2014). *Riqueza das Nações*. I Volume. 7ª Edição. Trad: Teodora Cardoso e Luis C. de Aguiar. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Soares, I., Moreira, J., Couto, J. & PINHO Carlos. (2015). *Decisões de Investimento, Análise Financeira de Projetos*. Edições Sílabo. 4ª Edição. Lisboa.

Spangenberg, H. (2005). Economic sustainability of the economy: concepts and indicator. *Int. J. Sustainable Development*. 8 (1/2): pp.47–64.

Stanlake, George Frederik. (1993). *Introdução à economia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Teixeira, Aloisio (2000). Marx e a economia política: a crítica como conceito. *Revista Económica*. 4: pp. 85 - 109.

Teixeira, Enise Barth. (2003). *Análise de Dados na Pesquisa Científica - importância e desafios em estudos organizacionais*. Rio Grande do Norte: Editora Unijuí.

Teles, Pedro & Garcia, Joana (2017). *Porque é que a riqueza não deve ser tributada?* Lisboa: Banco de Portugal.

Thewissen, Stefan H. (2012). *Is it the income distribution or redistribution that affects growth?* The Netherlands: Department of Economics Research Memorandum-Leiden Law School.

Tsounta, Evridiki. (2015). Causes and Consequences of income inequality: A Global Perspective. Strategy, Policy, and Review. *Tiwari: International Monetary Found*.

United Nations Development Program (2016). Relatório sobre o Desenvolvimento Humano. (2016). *Visão geral. Desenvolvimento Humano para todos*: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

United Nations Development Programme - UNDP. (2018). *Human Development Indices and Indicators Statistical Update*. USA: UNDP.

Universidade Católica de Angola. (2016). *Relatório Económico de Angola 2016*. Luanda: Centro de estudos e investigação científica.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (2014). *Normas para a elaboração de teses de doutoramento. Aplicáveis às dissertações, trabalhos de projecto e relatório de estágio de Mestrado*. Despacho N° 30. Lisboa: Autor.

Internet

Assembleia nacional de Angola, <http://www.parlamento.ao/pt/noticias/iii-legislatura/-/blogs/sector-social-deve-ser-prioritario-no-oge-> Acedido em 28 de Agosto de 2018

African Economic Outlook. (2017). ANGOLA. In Erro! A referência da hiperligação não é válida.. Acedido em 15 de Junho de 2018.

Bastagli, Coady, & SONI. (2013). Taxation and developing countries. Economic and private sector professional evidence and applied knowledge services structured professional development. Retirado: Fevereiro, 20, 2018, de <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/events-documents/5045.pdf>

Banco Nacional de Angola <http://www.bna.ao/>

Economy-Wide And Emerging Issues, (2012). Sustainable prosperity. p. 1: Autor, de <http://nkp.smartprosperity.ca/researcher-categories/economy-wide-and-emerging-issues>. Retirado: Abril, 29, 2018

Fonseca, João H. Da, Ilha, L. S. De O., & Maria, Pier F. De. (2013). *Renda, Riqueza e desigualdade social*. S. Paulo. Retirado: Fevereiro, 13, 2018, de <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2013/11/riqueza-pessoal.pdf>

https://scholar.google.pt/scholar?start=20&q=produ%C3%A7%C3%A3o+da+riqueza&hl=pt-PT&as_sdt=0,5&as_ylo=2000&as_yhi=2017

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-10-14-Metade-da-riqueza-mundial-nas-maos--de-1-da-populacao>

<http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xid=ine>

http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/11/52/Angola-Populacao-angolana-2017-sera-milhoes,0d57e7ce-9e78-4d91-b203-8a0fceb87afb.html

<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>

www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/retrato_da_economia_angolana, Retrato da economia angolana - Economia - Jornal de Negócios

<http://pt.tradingeconomics.com/angola/indicators>

<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/38872/angola-mantem-niveis-elevados-de-pobreza-nao-obstante-diversificacao-da-economia>

<http://www.bna.ao/2017>

data.worldbank.org/data-catalog/wealth-of-nation

<https://www.credit-suisse.com/pt/en/about-us/research/research-institute/news-and-videos/articles/news-and-expertise/2016/11/en/the-global-wealth-report-2016.html>

<http://www.governo.gov.ao/opais.aspx/2017>

<http://observatoriadasdesigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp;jsessionid=0CE46F92119654CCAFBB771E6271046B?page=about&lang=pt>

<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/poverty/>

http://www2.unijui.edu.br/~castoldi/econo/Texto_3.pdf

<http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/detalhe/riqueza-mundial-atinge-novo-recorde-menos-de-1-controla-quase-metade>

[https://www.infopedia.pt/\\$otimo-de-pareto](https://www.infopedia.pt/$otimo-de-pareto)

<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/poverty/2017>.

https://www.investopedia.com/terms/e/economic_efficiency.asp

<http://www.worldbank.org/en/country/angola/overview>

<https://www.cia.gov/index.html>

<http://www.imf.org/en/Countries/AGO>

<http://angola.unfpa.org/pt/topics/jovens-e-adolescentes>

<https://www.transparency.org/country/AGO>

<http://www.nationmaster.com/country-info/profiles/Angola>

<http://www.oecd.org/countries/angola/>

Infopédia. (2003). Marginalismo. Porto Editora. In

[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$marginalismo](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$marginalismo) . Acedido em 12 de Agosto de 2017.

Infopédia. (2003). Trade-off. Porto Editora. In

[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$trade-off](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$trade-off) . Acedido em 27 de Janeiro de 2018.

Infopédia. (2003-2018). Produto Interno Bruto (PIB). Porto Editora. In

[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$produto-interno-bruto-\(pib\)](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$produto-interno-bruto-(pib)). Acedido em 25 de Março de 2018.

Infopédia. (2018). Paridade do poder de compra. In

Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$paridade-do-poder-de-compra](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$paridade-do-poder-de-compra). Acedido em 24 de Março de 2018

Infopédia. (2007). Escandinávia. Porto Editora In

[https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$escandinavia](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$escandinavia). Acedido em 18 de Dezembro de 2018

MGonzalez. (2010). Inflação. Retirado: Junho, 10, 2018, de <http://ainflacao.com/como-medir-o-crescimento-e-desenvolvimento/comment-page-1/>.

Mande, Ernest. (1981). *Le capitalisme*, Mandel. Trad: Ernest Mandel. Retirado: Fevereiro, 29, 2018, de <https://www.passeidireto.com/arquivo/16551947/o-capitalismo---ernest-mandel>

Novíssimo Dicionário de Economia, (1999). Retirado: Março, 16, 2018 de <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%ADssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>.

Pinto, C. M. B. Costa. (2009). O processo de privatização e desestatização do Estado brasileiro. Retirado: Dezembro, 23, 2017, de buscaLegis.ccj.ufsc.br

United nations development programme. Human Development In Reports <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/AGO#>. Acedido em 20 de Abril de 2018

United Nations Development Programme. In www.undp.org

UNESCO <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/poverty/2017>

ANEXOS

Contas nacionais de Angola 2002-2017

Tabela nº1. Produto Interno Bruto e Suas Componentes (milhões de Kwanzas)

Tabela nº 2. Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e deflator implícito

Tabela nº 3. Variação do valor acrescentado em volume (%), por classes e actividades

Tabela nº 4. Participação das classes e actividades no PIB (%)

Tabela nº 5. Principais Indicadores das Contas Nacionais (%)

Tabela nº 6. Variação Real Homóloga do PIB Trimestral (%)

Índice de Desenvolvimento Humano

Indicadores do desenvolvimento humano – Global

Angola IDH

Tabela Nº 7. PIB taxa de crescimento por sectores de actividade 2003-2016

Tabela Nº 8. Panorama do emprego em Angola de 2002-2016

Gráfico Nº 1. Análise geral do PIB 2002-2016

PRODUTO INTERNO BRUTO: UMA ANÁLISE GERAL

TAXAS DE CRESCIMENTO POR SECTORES DE ACTIVIDADE SEGUNDO AS CONTAS NACIONAIS (%)																
Sectores de actividade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA 03/15	2016	MÉDIA 03/16
Agricult.Pecuá.Florestas	8,4	9,6	4,4	13,4	5,4	6,1	4,8	11,8	6,9	6,0	4,8	23,7	8,0	8,7	0,0	8,1
Pescas	7,2	7,8	5,1	24,3	5,9	1,6	6,2	1,2	15,0	9,7	2,4	21,8	14,2	9,4	8,7	9,4
Petróleo e Gás	-3,8	13,9	25,5	13,1	21,8	10,3	-5,0	-2,4	-5,2	8,5	-0,9	-2,5	11,3	6,5	-2,3	5,9
Diamantes e outros	19,8	7,5	-16,6	28,6	18,8	-1,8	5,6	-7,2	3,4	-2,1	4,1	0,7	6,5	5,2	0,6	4,8
Indústria transformadora	5,4	16,6	6,1	6,6	2,0	5,9	7,0	9,6	9,1	9,6	7,7	2,3	-1,1	6,7	-2,3	6,0
Electricidade	12,4	14,2	7,1	33,5	9,5	8,1	23,7	9,8	3,8	10,3	25,3	3,6	10,6	13,2	14,5	13,3
Construção	16,3	24,1	12,9	11,7	17,7	8,9	12,8	12,6	8,4	23,9	16,1	4,1	-2,2	12,9	-2,8	11,8
Comércio	5,2	7,5	8,6	8,6	5,6	12,9	8,2	8,5	8,8	7,0	5,6	13,3	4,0	8,0	-0,4	7,4
Transportes/armazena	6,2	6,2	10,4	4,1	13,6	17,6	2,3	9,6	11,3	10,6	5,8	12,3	14,2	8,6	32,0	6,6
Correios/telecomunica	0,1	7,9	10,8	8,0	8,5	20,0	3,3	6,6	80,3	5,5	18,0	8,8	8,3	14,3	11,4	14,1
Bancos e Seguros	4,7	3,6	-20,9	10,7	9,5	37,9	29,9	2,3	3,3	0,4	-3,4	-11,3	31,6	7,6	9,6	7,7
Estado	7,0	3,0	18,6	14,8	5,0	10,5	3,6	2,8	6,6	3,1	9,4	9,8	-7,0	6,7	16,2	5,1
Serviços imobiliários	6,9	8,5	11,5	11,5	9,6	8,0	9,6	6,0	5,5	20,6	3,0	-3,5	0,4	7,5	2,8	7,2
Outros serviços	3,0	2,2	5,0	6,2	4,9	10,4	7,4	10,0	7,4	0,5	10,8	-2,2	-18,9	3,6	-4,9	3,0
ANGOLA	2,4	11,3	14,9	11,7	13,9	11,2	2,1	4,7	3,5	8,5	5,0	4,1	0,9	7,2	-3,6	6,5

Três sectores de actividade rubricaram quebras de crescimento em 2016: petróleo e gás, diamantes e outras indústrias minerais (excepto petróleo) e a indústria transformadora (em termos acumulados 2015 e 2016 regrediu quase 4%).

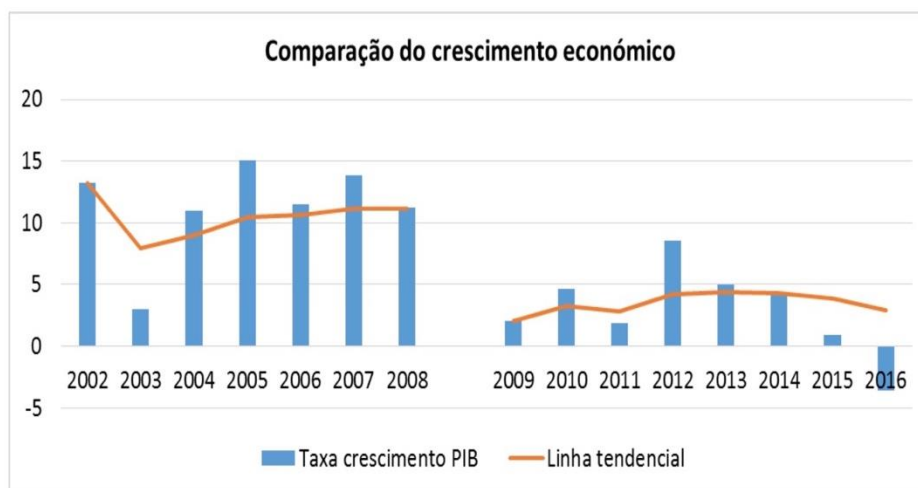
PRODUTIVIDADE

PRODUTIVIDADE SECTORIAIS APARENTES DO TRABALHO (USD Correntes)																
Sectores de actividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Agricult.Pecuá.Florestas	291	320	456	607	754	947	1.143	1.116	1.388	1546,748395	1.564	1.803	2.088	1.826	1.615	
Pescas	10.809	11.181	13.681	18.252	27.585	33.388	39.899	32.128	31.488	32988,63612	29.812	32.548	37.159	36.460	63.038	
Petróleo e Gás	498.675	494.774	649.428	1.261.889	1.543.835	575.934	680.370	393.954	451.424	558418,7918	577.596	520.517	499.190	330.634	417.169	
Diamantes e outros	38.469	18.738	17.713	24.786	23.501	40.548	37.815	20.858	35.634	60419,76789	36.078	31.136	30.211	41.293	22.339	
Indústria transformadora	10.467	13.193	20.446	27.309	33.896	38.056	52.504	38.155	50.566	89123,44559	64.330	66.505	71.013	87.015	43.948	
Electricidade	26.049	13.582	16.777	13.448	48.588	68.165	42.497	69.411	67.605	78068,1537	189.011	19.910	10.823	7.295	4.660	
Construção	5.124	4.864	5.936	9.363	13.293	15.694	18.466	15.766	19.873	21025,5912	26.037	31.096	34.083	25.742	22.430	
Comércio	2.141	2.479	3.380	4.978	5.418	6.548	8.348	6.549	7.177	7048,68661	5.464	6.064	6.116	4.861	10.153	
Transportes/armazena	4.273	4.767	5.973	8.375	11.938	16.042	25.956	14.482	19.759	17417,95312	23.103	20.958	16.921	9.676	8.128	
Correios/telecomunica	65.089	44.881	60.159	161.832	171.655	222.474	311.082	281.403	205.693	284313,2388	331.806	364.313	379.034	300.082	132.604	
Bancos e Seguros	57.886	55.220	71.706	82.184	103.064	92.868	108.769	98.870	78.700	77370,9174	56.297	64.192	69.792	57.740	82.374	
Estado	4.371	5.340	6.540	9.562	12.313	14.463	20.203	20.089	18.892	29268,15508	31.882	50.300	51.660	38.146	14.416	
Serviços imobiliários	2.813.881	2.702.941	4.605.599	5.188.135	6.232.306	7.500.706	7.858.169	7.162.173	7.235.918	6618849,905	9.235.834	11.486.410	12.618.077	10.439.274	8.558.746	
Outros serviços	3.851	4.278	5.084	7.613	13.341	10.282	13.956	10.234	13.195	13395,24107	15.113	11.552	8.175	6.370	8.251	
ANGOLA	3.946	4.012	5.408	8.820	11.149	13.389	17.525	12.439	15.267	18777,87306	20.207	21.252	20.849	15.726	14.504	

PRODUTIVIDADE

Ganhos de produtividade	
Sectores de actividade	2016
Agricult.Pecuá.Florestas	-0,62
Pescas	6,28
Petróleo e Gás	8,56
Diamantes e outros	-27,87
Indústria transformadora	-25,01
Electricidade	-14,69
Construção	-3,01
Comércio	-1,46
Transportes/armazena	-34,45
Correios/telecomunica	6,60
Bancos e Seguros	9,60
Estado	-16,20
Serviços imobiliários	2,80
Outros serviços	-5,68
ANGOLA	-5,73

PRODUTO INTERNO BRUTO: UMA ANÁLISE GERAL



Claramente duas fases distintas do crescimento económico em Angola depois da paz: um até 2008, com episódios de variação anual do PIB notáveis, tendo o pico sido em 2005, com 15%. Outro máximo ocorreu em 2007 com um valor de 13,9%.

PRODUTO INTERNO BRUTO: UMA ANÁLISE GERAL

PRODUTO INTERNO BRUTO POR SECTORES DE ACTIVIDADE EM MILHÕES DE USD									
Sectores de actividade	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2015	2016
Agricult.Pecuá.Florestas	649	1.080	1.894	2.996	3.839	4.556	6.122	5.403	4.810
Pescas	290	389	834	1.335	1.167	1.211	1.607	1.632	2.886
Petróleo e Gás	7.093	9.739	23.766	43.924	35.977	53.278	46.046	30.498	34.632
Diamantes e outros	407	575	850	866	778	727	1.241	2.550	1.924
Indústria transformadora	589	1.099	1.899	3.120	3.343	4.695	5.691	8.772	5.772
Electricidade	62	132	430	495	695	1.338	1.123	1.122	962
Construção	870	1.283	3.603	5.913	7.273	10.693	14.458	11.016	9.620
Comércio	1.704	2.882	4.925	7.928	7.215	5.802	7.160	5.924	12.506
Transportes/armazena	292	434	918	2.112	1.754	2.226	2.669	2.208	1.924
Correios/telecomunica	161	191	745	1.423	1.713	4.037	5.036	4.167	1.924
Bancos e Seguros	294	410	729	1.538	1.489	1.315	1.630	1.349	1.924
Estado	1.428	2.268	4.527	8.502	8.862	13.761	24.130	17.819	6.734
Serviços imobiliários	940	1.474	2.219	3.332	3.575	5.191	7.091	5.867	4.810
Outros serviços	1.281	1.811	5.476	6.125	6.355	7.936	5.342	4.419	5.772
Ajustamentos	-104	-186	-362	-1.228	-1.291	-1.453	1.423	0	0
PIB	15.956	23.581	52.452	88.378	82.744	115.345	129.342	102.000	96.200

A panorâmica geral do crescimento económico do país está retratada na tabela seguinte, com todos os pormenores sectoriais exigidos para a análise e a pesquisa.

Angola

IDH

Life expectancy at birth (years),"52.7"
Adult mortality rate, female (per 1,000 people),"321"
Adult mortality rate, male (per 1,000 people),"369"
Deaths due to malaria (per 100,000 people),"100.9"
Deaths due to tuberculosis (per 100,000 people),"52.0"
HIV prevalence, adult (% ages 15-49), total,"2.2"
Infant mortality rate (per 1,000 live births),"96.0"
Infants lacking immunization, DTP (% of one-year-olds),"1"
Infants lacking immunization, measles (% of one-year-olds),"15"
Public health expenditure (% of GDP),"2.1"
Stunting (moderate or severe) (% under age 5),"29.2"
Under-five mortality rate (per 1,000 live births),"156.9"
Expected years of schooling (years),"11.4"
Adult literacy rate (% ages 15 and older),"71.1"
Government expenditure on education (% of GDP),"3.4"
Gross enrolment ratio: pre-primary (% of preschool-age children),"79"
Gross enrolment ratio, primary (% of primary school-age population),"129"
Gross enrolment ratio, secondary (% of secondary school-age population),"29"
Gross enrolment ratio, tertiary (% of tertiary school-age population),"10"
Mean years of schooling (years),"5.0"
Population with at least some secondary education (% aged 25 and older),"n.a."
Primary school dropout rate (% of primary school cohort),"68.1"
Primary school teachers trained to teach (%),"47"
Pupil-teacher ratio, primary school (number of pupils per teacher),"43"
Gross national income (GNI) per capita (2011 PPP\$),"6,291"
Adjusted net savings (% of GNI),"n.a."
Domestic credit provided by financial sector (% of GDP),"31.0"
Domestic food price level index,"7.2"
Domestic food price level volatility index,"13.7"
Gross domestic product (GDP) per capita (2011 PPP \$),"6,937"
Gross domestic product (GDP), total (2011 PPP \$ billions),"173.6"
Gross fixed capital formation (% of GDP),"10.3"
Inequality-adjusted HDI (IHDI),"0.336"
Coefficient of human inequality,"36.6"
Income inequality, Gini coefficient,"42.7"
Income inequality, Palma ratio,"2.1"
Income inequality, quintile ratio,"8.9"
Inequality in education (%),"34.6"
Inequality in income (%),"28.9"
Inequality in life expectancy
(%),"46.2"

Inequality-adjusted education index,"0.316"
Inequality-adjusted income index,"0.445"
Inequality-adjusted life expectancy index,"0.270"
Overall loss in HDI due to inequality (%),"37.0"
Gender Development Index (GDI),"n.a."
Adolescent birth rate (births per 1,000 women ages 15-19),"164.3"
Estimated gross national income per capita, female (2011 PPP\$),"5,073"
Estimated gross national income per capita, male (2011 PPP\$),"7,527"
Expected years of schooling, female (years),"8.7"
Expected years of schooling, male (years),"14.0"
Gender Inequality Index (GII),"n.a."
Human Development Index (HDI), female,"n.a."
Human Development Index (HDI), male,"n.a."
Labour force participation rate, female (% ages 15 and older),"59.9"
Labour force participation rate, male (% ages 15 and older),"77.1"
Legislators, senior officials and managers, female (% of total),"n.a."
Life expectancy at birth, female (years),"54.2"
Life expectancy at birth, male (years),"51.2"
Maternal mortality ratio (deaths per 100,000 live births),"477"
Mean years of schooling, female (years),"n.a."
Mean years of schooling, male (years),"n.a."
Population with at least some secondary education, female (% ages 25 and older),"n.a."
Population with at least some secondary education, male (% ages 25 and older),"n.a."
Share of seats in parliament (% held by women),"36.8"
Unemployment rate (total), female to male ratio,"1.2"
Youth unemployment rate, female to male ratio,"1.1"
Multidimensional Poverty Index (MPI), HDRO specifications,"n.a."
Population in multidimensional poverty, headcount (%),"n.a."
Population in multidimensional poverty, headcount (thousands),"n.a."
Population in multidimensional poverty, intensity of deprivation (%),"n.a."
Population in severe multidimensional poverty (%),"n.a."
Population living below income poverty line, PPP \$1.90 a day (%),"30.1"
Population near multidimensional poverty (%),"n.a."
Working poor at PPP\$3.10 a day (% of total employment),"49.9"
Employment to population ratio (% ages 15 and older),"63.2"
Child labour (% ages 5-14),"24.0"
Employment in agriculture (% of total employment),"n.a."
Employment in services (% of total employment),"n.a."
Labour force participation rate (% ages 15 and older),"68.4"
Mandatory paid maternity leave (days),"90.0"
Old age pension recipients (% of statutory pension age population),"14.5"
Total unemployment rate (% of labour force),"7.6"
Vulnerable employment (% of total employment),"n.a."

Youth not in school or employment (% ages 15-24),"n.a."
Youth unemployment rate (% ages 15-24),"12.0"
Homicide rate (per 100,000 people),"9.8"
Birth registration (% under age five),"36"
Homeless people due to natural disaster (average annual per million people),"436"
Prison population (per 100,000 people),"106"
Refugees by country of origin (thousands),"11.9"
Suicide rate, female (per 100,000 people),"7.3"
Suicide rate, male (per 100,000 people),"20.7"
Violence against women ever experienced, intimate partner (%),"n.a."
Violence against women ever experienced, nonintimate partner (%),"n.a."
Exports and imports (% of GDP),"75.1"
Concentration index (exports),"0.958"
External debt stock (% of GNI),"23.9"
Foreign direct investment, net inflows (% of GDP),"8.5"
Net official development assistance received (% of GNI),"0.2"
Private capital flows (% of GDP),"2.3"
Remittances, inflows (% of GDP),"0.01"
Internet users (% of population),"12.4"
International inbound tourists (thousands),"595"
International student mobility (% of total tertiary enrolment),"n.a."
Mobile phone subscriptions (per 100 people),"60.8"
Net migration rate (per 1,000 people),"0.9"
Carbon dioxide emissions per capita (tonnes),"1.4"
Electrification rate, rural (% of rural population),"n.a."
Forest area (% of total land area),"46.4"
Forest area (total change %, 1990-2015),"-5.1"
Fresh water withdrawals (% of total renewable water resources),"0.5"
Natural resource depletion (% of GNI),"24.5"
Renewable energy consumption (% of total final energy consumption),"57.2"
Population, total (millions),"25.0"
Dependency ratio, young age (0-14) (per 100 people ages 15-64),"95.2"
Median age (years),"16.1"
Dependency ratio, old age (65 and older) (per 100 people ages 15-64),"4.6"
Population, ages 15-64 (millions),"12.5"
Population, ages 65 and older (millions),"0.6"
Population, under age 5 (millions),"4.7"
Population, urban (%),"44.0"
Sex ratio at birth (male to female births),"1.03"